



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO DE MINISTROS

Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009 - 2015

Novembro de 2009

Aprovada na XXI Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, aos 24/11/09

Índice

Acrónimos	v
Sumário Executivo.....	vi
1. Introdução.....	1
1.1 Contexto.....	2
1.2 Objectivos	3
Missão do Ensino Secundário	4
2. O Ensino Secundário Geral	5
2.1 O Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral em Moçambique	5
2.2 O papel do Ensino Pós Primário no desenvolvimento do país.	6
2.3 O Ensino Secundário Geral e integração internacional.....	7
2.4 A visão do Ensino Secundário Geral	9
2.5 Ligação com os outros subsistemas de ensino	10
2.6 Diagnóstico do Ensino Secundário Geral em Moçambique	11
2.6.1 Acesso	12
2.6.1.1 O crescimento e a conclusão do Ensino Primário.....	12
2.6.1.2 Evolução das taxas de conclusão do ESG	14
2.6.1.3 O Ensino à Distância	16
2.6.1.4 O Ensino Particular	17
2.6.2 Qualidade do ensino	18
2.6.2.1 Professores no ESG.....	18
2.6.2.2 Rácio alunos por turma	19
2.6.2.3 Rácio turma por professor.....	20
2.6.2.3.1 Professores com formação pedagógica	21
2.6.2.4 Tempo lectivo	23
2.6.2.5 Materiais de ensino.....	24
2.6.2.6 Taxas de reprovação e repetição	24

2.6.5	Financiamento do Ensino Secundário	28
2.7	O Problema do Ensino Secundário	29
3.	Principais Acções Estratégicas	30
3.1	Acesso	32
3.1.2	Transição do Ensino Primário para o Ensino Secundário Geral	32
3.1.3	Abertura de novas escolas secundárias	33
3.1.4	Definição de modelos de escolas secundárias e construção escolar	34
3.1.5	Educação Aberta à Distância	37
3.1.6	Cursos Nocturnos	37
3.1.7	Melhoria da eficiência interna no ESG	38
3.1.8	Outras formas de educação e formação dos jovens	38
3.1.9	Internamento	39
3.1.10	Jovens desfavorecidos e com necessidades educativas especiais	40
3.1.11	O papel do Ensino particular	40
3.2	Qualidade	45
3.2.1	Novo currículo	46
3.2.2	Formação e contratação de professores	51
3.2.3	Programas de formação de professores à distância	52
3.2.4	Políticas de materiais de ensino	53
3.2.4.1	Livro escolar	54
3.2.4.2	Ensino das Ciências Naturais	56
3.2.4.3	Ensino das TICs	58
3.2.4.4	Alunos com necessidades educativas especiais	60
3.2.5	Aumento do tempo lectivo	61
3.2.6	Reforma do sistema de exames e registo escolar	61
3.2.7	Sistema de supervisão e apoio pedagógico	62
3.2.8	Avaliação do sistema de ensino	63

3.3	Desenvolvimento Institucional	67
3.4	Questões transversais.....	70
3.4.1	Género	70
3.4.2	HIV/SIDA.....	70
3.4.3	Educação ambiental	71
3.5	Financiamento	73
3.5.1	Pressupostos de financiamento	73
3.5.2	Financiamento às Escolas	76
3.5.3	Envolvimento dos pais e encarregados de educação.....	76
3.5.4	Despesas do Ensino Secundário Geral	78
3.5.5	Prestação de contas	79
3.5.6	Divulgação	80
3.5.7	Acções Estratégicas de curto e médio prazo	80
4.	Condições para o sucesso da Estratégia.....	82
5.	Órgão implementador	84
6.	Cronograma de Implementação 2009-2015	85
7.	Bibliografia.....	86

Agradecimentos

A presente Estratégia foi elaborada por um grupo de trabalho do Ministério da Educação e Cultura (MEC), coordenado pelos Srs. **Manuel Francisco Lobo**, Assessor do Ministro da Educação e Cultura, e **Palmira Gilda Afonso Membir Palma Pinto**, Directora Nacional Adjunta da Educação Geral e incluiu os Senhores **Rogério Cossa**, **Remane Selimane** e **Ilídio Buduia**, Chefes de Departamento Central desta instituição.

A equipa agradece todo o apoio prestado pela Direcção do MEC, em particular de SEXA, o Ministro da Educação e Cultura, **Aires Bonifácio Baptista Ali**, na condução deste trabalho.

À Sr^a Directora Nacional de Educação Geral **Cristina Daniel Matere Tomo**, ao Sr. Director de Planificação **Manuel Rego** e ao **Grupo de Trabalho do Ensino Secundário** vai, igualmente, o nosso especial agradecimento pela sua participação e contribuições valiosas no processo de desenvolvimento desta Estratégia.

Aos consultores **Adrian Verspoor**, **Andrew Clegg** e **Vincent Bontoux**, que proporcionaram informação importante para a análise das políticas e custos, nas várias dimensões desta Estratégia, apresentamos, também os nossos agradecimentos.

À Sr^a **Margarida Salvador**, Assessora do Ministro da Educação e Cultura, pela sua colaboração, na fase final da elaboração desta estratégia, a equipa expressa o seu reconhecimento.

A equipa manifesta a sua gratidão pelas preciosas contribuições dos **Técnicos da DINEG, INDE, das províncias e do Dr. Virgilio Juvane**, assim como o apoio e comentários da **Sra. Jeannette Vogelaar** e do **Sr. Jorgen Friis** que acrescentaram *inputs* importantes para este trabalho.

Finalmente, os nossos agradecimentos vão para todas as entidades e instituições consultadas no âmbito da elaboração desta Estratégia.

Acrónimos

ADE	Apoio Directo às Escolas
AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
CALE	Comissão de Avaliação do Livro Escolar
CMC	Centros Multimédia Comunitários
CPRD	Centros Provinciais de Recursos Digitais
DPEC	Direcção Provincial de Educação e Cultura
EAD	Educação Aberta e à Distância
EFA	Educação Para Todos
EFA-FTI	Iniciativa Acelerada de Educação Para Todos
EP	Ensino Primário
EP1	Ensino Primário do Primeiro Grau
EP2	Ensino Primário do Segundo Grau
EPC	Escola Primária Completa
ESG	Ensino Secundário Geral
ESG1	Ensino Secundário Geral do Primeiro Ciclo
ESG2	Ensino Secundário Geral do Segundo Ciclo
ETPV	Ensino Técnico Profissional e Vocacional
FUNDEC	Fundo de Desenvolvimento de Competências
HIV/SIDA	Vírus de Imuno-deficiência Humana / Síndrome de Imuno-deficiência Adquirida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
IFP	Instituição de Formação de Professores
IMAP	Instituto do Magistério Primário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESCT	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MF	Ministério das Finanças
MINTRAB	Ministério do Trabalho
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PCESG	Plano Curricular do Ensino Secundário Geral
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
PIREP	Programa Integrado da Reforma do Ensino Técnico e Profissional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDEJT	Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia
SNE	Sistema Nacional de Educação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas para o SIDA
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UP	Universidade Pedagógica

Sumário Executivo

1. O Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC 2006 – 2011), aprovado pelo Conselho de Ministros, proporciona uma visão global sobre o sector da educação e traça um claro roteiro para a universalização do Ensino Primário (EP), rumo ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como também, reconhece a necessidade de planificação e desenvolvimento da educação pós-primária. Dando seguimento aos objectivos do PEEC, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desencadeou, em 2007, um processo de revisão da estratégia do Ensino Secundário Geral (ESG), aprovada em 2001.
2. A presente estratégia do ESG tem por objectivo dar resposta aos desafios do acesso, da qualidade de ensino, da capacidade institucional e do financiamento, que ganham maior contorno num contexto do crescimento acelerado da procura por este nível de ensino.
3. O processo de elaboração da nova estratégia do ESG incluiu uma série de actividades, dentre as quais se destacam as consultas feitas aos diferentes intervenientes na área da educação nomeadamente, às instituições de formação de professores, aos directores e professores de escolas secundárias, aos gestores de educação ao nível dos órgãos centrais, provinciais e distritais, às instituições de ensino superior, à sociedade civil, ao sector privado, aos parceiros de cooperação e à Organização Nacional dos Professores.

O contexto

4. Entre 2005 e 2007 o crescimento do número de alunos no ESG1 público, diurno, foi de 50%, tendo este atingido os 300 mil. Com a inclusão dos alunos do turno nocturno e do ensino particular, o total de alunos neste nível de ensino atingiu cerca de 520 mil em 2007.
5. O crescimento do ESG1 é resultado da expansão acelerada do Ensino Primário e do aumento das graduações neste nível, devido à introdução de um novo currículo e de novas modalidades de avaliação, entre as quais se destaca a promoção por ciclos de aprendizagem. A distribuição gratuita de livros e manuais escolares, a formação de professores, a introdução do Apoio Directo às Escolas (ADE) primárias e o incremento da participação da comunidade no processo educativo, através dos Conselhos de Escolas, contribuíram para a melhoria da qualidade de ensino e o conseqüente aumento das taxas de aprovação e de conclusão neste nível de ensino. Com efeito, a taxa bruta de conclusão do EP (7ª classe) alcançou mais de 34% em 2005, contra os 12% em 2000.
6. Tudo isto concorreu para o crescimento acelerado das graduações no EP, fenómeno que tem estado a contribuir para aumentar a pressão, sobre o ESG em todo o país. Em contrapartida, a construção de salas de aula, e a formação de professores para o ESG, não acompanharam devidamente, o crescimento da procura escolar. A situação do ESG1 é agravada pelas elevadas taxas de repetição que reduzem os espaços disponíveis para os novos ingressos e elevam os custos unitários por graduado. Por outro lado, os orçamentos para o sector da educação em geral, e para o ensino secundário em particular, não aumentam na mesma proporção que o crescimento das necessidades, o que contribui para agravar as condições e o desempenho do sistema.

Objectivos da Estratégia

7. Com a presente estratégia pretende-se alcançar os seguintes objectivos:
- Diagnosticar, exaustivamente, o ESG nas vertentes de acesso, qualidade e desenvolvimento institucional;
 - Propor acções estratégicas, a curto, médio e longo prazos, para atender aos principais problemas;
 - Desenvolver um quadro financeiro indicativo de médio e longo prazos, com vista a responder aos desafios deste nível de ensino, considerando as limitações nacionais, assim como os constrangimentos originados pelas necessidades dos outros subsistemas e níveis de ensino;

O papel do Ensino Secundário para o desenvolvimento do Capital Humano

8. Vários estudos mostram uma correlação positiva entre o ensino pós primário, a formação do capital humano e o desenvolvimento dos países. O ensino secundário tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento socio-económico, combate à pobreza e melhoria das condições de vida dos cidadãos.
9. Os grandes desafios da globalização e da integração regional exigem a formação de jovens e adultos que possam interagir num mundo cada vez mais interdependente. Os desafios da globalização exigem um ensino geral que promova uma educação de qualidade, orientada para os valores universais como o respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo meio ambiente. Os jovens deverão ser capazes de se comunicar tanto dentro como fora do país, de modo a participarem num mundo cada vez mais aberto e interactivo, fazendo um melhor uso e aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação.
10. Entende-se por Ensino Secundário Geral Profissionalizante, o ensino baseado na abordagem transversal e multidisciplinar de conteúdos, com integração de componentes práticas do *saber fazer*, com o objectivo de desenvolver nos jovens competências práticas que lhes possam ser úteis para a vida laboral, desenvolvendo uma profissão ou ofício e para o auto-emprego.
11. A reforma do currículo do ESG, ora em curso, tem em vista a profissionalização do ensino, que será feita através da introdução de disciplinas profissionalizantes e de módulos de formação profissional de curta duração, da abordagem integrada do processo de ensino e aprendizagem, da integração de conteúdos de interesse local e das línguas moçambicanas, para além dos temas transversais e actividades co-curriculares.

A missão e a visão do ESG

12. O PEEC identifica a missão do sector como a necessidade de promover serviços educativos de qualidade para formar cidadãos com elevada auto-estima e sentido patriótico e capazes de intervir activamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento do país. O PEEC, também, prevê promover e facilitar a acção dos vários intervenientes na área da Cultura.

13. Formar cidadãos competentes, com elevado espírito patriótico e humanístico, com domínio da comunicação nas línguas moçambicanas, portuguesa e, pelo menos, uma língua internacional, aptos para enfrentarem e solucionarem problemas com criatividade, aprender ao longo da vida, e para se inserirem na vida das suas comunidades e no mercado de trabalho e preparados para prosseguir os seus estudos.
14. A estratégia tem como visão universalizar, a médio e longo prazos, o acesso a um ensino básico de qualidade e de 10 classes, centrado no aluno, que permita dotar os jovens de competências para a sua inserção no mercado de trabalho e continuação de estudos a outros níveis
15. Para assegurar cumprimento da missão e da visão do Ensino Secundário será importante contar com o envolvimento de todos os intervenientes. As direcções das escolas e os professores terão a responsabilidade de preparar um ambiente seguro e saudável para os alunos. Os professores deverão desenvolver as suas actividades com profissionalismo e acompanhar, sistematicamente, os seus alunos no processo de ensino e aprendizagem. Os pais e encarregados de educação deverão assegurar que os seus educandos empreguem mais tempo para as actividades académicas, apoiando-os e acompanhando-os permanentemente. Os alunos deverão cumprir com os seus deveres escolares tanto no período de aulas como fora deste. Este mecanismo de articulação entre a escola e as famílias permitirá aumentar a eficiência e reduzir o desperdício escolar. A participação das famílias no processo de ensino é fundamental para o alcance dos objectivos programados no ensino secundário.
16. A qualidade e a equidade do ensino secundário estão fortemente dependentes da forma como estas questões serão resolvidas no ensino primário. Por sua vez, a qualidade no ensino secundário determinará a qualidade dos estudantes do ensino superior.

O Diagnóstico do Ensino Secundário Geral

17. O aumento vertiginoso das graduações no EP e o facto dos graduados deste nível serem cada vez mais jovens, não podendo, portanto, integrar-se em outras actividades que não a estudantil, aumenta a pressão sobre o ensino pós primário que se vê na contingência de absorver mais e mais jovens. É assim que a taxa bruta de escolarização no ESG1 passou de 8% em 2000, para 35% em 2007. Isto significa que o sistema matriculou cerca de 520 mil alunos em todas as escolas do ESG1 em 2007, incluído o curso nocturno, contra os 91 mil alunos em 2000.
18. Paralelamente, este crescimento dos efectivos escolares do ESG tem acontecido à custa da deterioração de alguns indicadores de qualidade, entre os quais se destacam:
 - Aumento do número de alunos por escola;
 - Aumento dos rácios alunos professor e de alunos por turma;
 - Utilização de professores e escolas do EP para leccionar o ESG1.
19. Este último elemento pode comprometer o progresso que o país já alcançou em termos de universalização do acesso a uma educação primária de qualidade, pois por vezes as melhores escolas do EP são ocupadas pelo ESG1.

20. O Governo, reconhecendo que a expansão do acesso à educação em Moçambique não pode ser resolvida apenas com a construção de novas escolas e formação de professores lançou o Projecto-piloto de Ensino Secundário à Distância (PESD) para cobrir o ESG1 (8^a, 9^a e 10^a classes).
21. O ensino particular constitui igualmente uma alternativa para expandir o acesso ao ESG. Neste momento, 45 mil alunos frequentam 115 escolas privadas e comunitárias do ESG1 e mais de 10 mil alunos encontram-se matriculados em 62 escolas do ESG2, o que representa 13% e 20% do total dos alunos matriculados nestes níveis de ensino.
22. Face ao crescimento rápido dos efectivos escolares aliado à fraca capacidade de formação de professores, o sector vê-se, em algumas situações, obrigado a contratar professores sem formação apropriada para leccionarem, sobretudo no ESG1 público.
23. No ESG1 a média nacional de professores por turma situa-se em pouco menos de 1,3 e no ESG2, pouco menos de 1,6 professores por cada turma, sendo que se verificam disparidades entre as diferentes províncias e dentro dos distritos. Denota-se a falta de professores sobretudo para as áreas de Ciências Naturais e Desenho, havendo ainda registos de províncias que têm professores com cargas horárias excessivas, ultrapassando o permitido pelo regulamento.
24. No ESG1, em 2007, a proporção de professores com formação pedagógica é de 52,7% no ESG2 é de 80%, uma diferença significativa entre os dois níveis. A expansão do ESG1, sobretudo nos distritos, está sendo feita, em parte, com recurso a professores do EP, que mesmo tendo formação pedagógica, não estão habilitados para leccionar este nível de ensino.
25. A formação de professores para ESG é uma questão fundamental para assegurar a melhoria da qualidade de ensino, pois a procura continuará a crescer devido ao aumento do número dos novos ingressos neste nível.
26. O tempo lectivo em Moçambique é reduzido quando comparado com os países da região. Pesquisas mostram que o tempo médio varia entre 39 a 40 semanas lectivas por ano com 5 a 6 horas por dia. No caso de Moçambique, por ano, o tempo lectivo situa-se entre 619 horas no curso nocturno e 780 horas no curso diurno. Considerando este quadro, torna-se evidente que em Moçambique o número de aulas deve ser incrementado criando, deste modo, condições que permitam maior interacção entre o professor e o aluno para o alcance dos resultados previstos no currículo.
27. A reforma curricular do EP introduziu novas estratégias para a provisão de livros escolares neste nível. No EP os livros são aprovados pela Comissão de Avaliação do Livro Escolar (CALE) e são distribuídos gratuitamente para os professores e alunos em todo o país. No entanto, no ESG não há livros aprovados e uma política sobre esta matéria precisa de ser estabelecida. À semelhança do que acontece com os livros, os materiais e equipamentos para laboratórios são insuficientes. As escolas das cidades foram construídas com salas para laboratórios. Os laboratórios exigem, para o seu funcionamento, a instalação de água, gás ou energia eléctrica que nem sempre está disponível nos distritos.
28. No ESG1 público, em 2006, as taxas de reprovação (26,8%) e de desistência (5,3%) ultrapassaram os 30% no turno diurno e 40% no turno nocturno. No mesmo ano, o ESG2 público registou uma taxa média de reprovação (22,3%) e de desistência (9,8%), com

maior incidência na 12^a (40%). No ESG2, turno nocturno, estas taxas atingiram níveis elevadíssimos, tendo superado os 45% e na 12^a classe 69%.

29. Em 2006, o ESG público diurno e nocturno registou elevadas taxas de repetição que variaram entre os 19% e 8% no ESG1 e ESG2, respectivamente. As taxas de reprovação contribuem para o aumento das desistências, enquanto que as de repetição reduzem a capacidade de aumentar a oferta de lugares para novos ingressos. De um modo geral, quer a desistência, quer a repetência encarecem os custos unitários por aluno graduado, pois não contribuem para a maximização dos recursos financeiros alocados para o funcionamento do sistema educativo.
30. Num contexto de cada vez maior descentralização, um dos desafios do ESG será o de assegurar uma contínua melhoria da capacidade de planificação e gestão deste nível de ensino. Os distritos deverão ser capazes de preparar planos de expansão do ESG em perfeita articulação com a capacidade de absorção dos graduados do EP. A melhoria da qualidade do ensino obriga a uma maior disponibilidade de materiais de ensino que terão que ser distribuídos pelos distritos e administrados a nível da escola. A capacidade de apoio e supervisão instalada nos SDEJT deverá ser reforçada para permitir um melhor acompanhamento deste nível de ensino. A área das construções escolares deverá, igualmente, ser melhorada para assegurar que os distritos possam administrar programas a nível local, à semelhança do que já vem sendo feito no EP.
31. As disparidades de género no ESG são, ainda, elevadas, favorecendo maior frequência escolar dos rapazes comparativamente às raparigas. Nas províncias de Maputo, Gaza e Cidade, de Maputo a proporção de raparigas, no ESG1, é superior a 50%, enquanto que nas províncias do centro e norte a proporção das raparigas é inferior à dos rapazes.
32. Igualmente, a proporção de professoras continua baixa, apesar de manifestar uma tendência positiva nos dois ciclos do ESG. Em 2004 apurou-se uma proporção de professoras na ordem dos 15% no ESG1, cifra que aumentou para 16% em 2007.
33. A saúde escolar afigura-se como um grande problema no ESG. Com efeito, as escolas não dispõem de espaços apropriados para a assistência e primeiros socorros aos alunos e centros de aconselhamento. Os professores não são formados em matéria de saúde, o que torna ainda mais difícil o apoio aos alunos. O HIV constitui uma ameaça para os alunos, professores e outros funcionários do ESG.
34. O ensino secundário é financiado por duas fontes fundamentais, o Governo e os encarregados de educação. O Governo é responsável pela maior parte do financiamento ao ensino público (salários dos professores, e outras despesas correntes), custeando ainda as despesas salariais em algumas escolas comunitárias sem fins lucrativos. O internamento é também custeado fundamentalmente pelo Governo no que respeita a salários e funcionamento.
35. Os encarregados de educação financiam, através das propinas, parte das despesas das escolas públicas e comunitárias, assim como o total das despesas das escolas privadas. Nas escolas públicas as contribuições dos pais destinam-se ao pagamento de trabalhadores que possam ser eventualmente contratados (guardas, outro pessoal auxiliar), energia e água.
36. O custo corrente unitário por aluno/ano do ESG1 nas escolas públicas está estimado em 2.000,00 Mt e no ESG2 4.600,00 Mt. No ESG1 os custos salariais representam cerca de 72% do total da despesa e no ESG2 são de 60%. Estes custos foram estimados, na base do

modelo de simulação, considerando uma certa proporção de professores por tipo de formação e as demais despesas administrativas e de funcionamento (energia, água). Nestes cálculos não estão incluídas as contribuições dos pais devido à insuficiência de informação.

Os problemas do Ensino Secundário

37. A médio prazo, o Governo deverá procurar dar resposta aos seguintes problemas:

- Como assegurar a expansão do ensino secundário e garantir a qualidade de ensino?
- Como adequar o currículo às novas exigências do desenvolvimento socio-económico do país e da integração regional?
- Como reduzir o desperdício escolar (reduzir as altas taxas de reprovação e de desistência)?
- Como atender às necessidades dos alunos que não encontram lugar nas escolas do ensino secundário?
- Como promover a participação do sector privado e da sociedade civil, pais e encarregados de educação no financiamento da educação?
- Como aumentar o financiamento ao ensino secundário sem prejuízo dos demais subsistemas e níveis de ensino.

Objectivos e Metas

38. A estratégia tem os seguintes objectivos:

- Aumentar a actual taxa bruta de escolarização de 35% para 70% em 2015, incluindo os alunos do Ensino particular (15% do total dos alunos matriculados);
- Alcançar, no ESG1, cerca de 1,2 milhões, dos quais 1,1 Milhões no ensino público e 180 mil no privado, o que significa incrementar o número médio de alunos a um ritmo anual de 11%.
- Alcançar no ESG2, a meta de 37% de escolarização bruta em 2015, partindo dos actuais 7%. O ESG2 público alcançará os cerca de 390 mil alunos e o ensino particular irá matricular 80 mil alunos. O crescimento anual médio será de cerca de 20%.
- Melhorar a qualidade de ensino, particularmente no que respeita às áreas da comunicação, matemática, ciências e informática.
- Assegurar oportunidades de formação para os alunos que não completam o ESG1, assim como para aqueles que concluem o ESG1 e não ingressam no ESG2.

Principais Acções Estratégicas

39. Com vista a atingir as metas traçadas, o Governo propõe-se a implementar as seguintes acções estratégicas a curto, médio e longo prazos:

A admissão na 8^a e 11^a classes

40. A admissão à 8^a e à 11^a classes será feita com base em quotas definidas anualmente nas reuniões de planificação. As direcções provinciais deverão assegurar o cumprimento das metas definidas. Com base nas metas estabelecidas e em critérios de equidade de género, serão seleccionados para ingresso na 8^a e na 11^a classe, tanto no ensino presencial como à distância, os alunos e alunas que cumpram com os seguintes requisitos:

- Alunos de menor idade;
- Alunos com melhor aproveitamento escolar na 7^a classe e na 10^a classe;

Entre os critérios para o ingresso estão também a necessidade do equilíbrio de género nas escolas. As turmas do ensino secundário não deverão exceder os 55 alunos. Esta norma permitirá um ambiente de trabalho propício para o processo de ensino e aprendizagem.

41. Entre os alunos admitidos no ESG1 e ESG2 os mais novos, sempre que possível, deverão preencher as vagas dos cursos diurnos e os de maior idade serão encaminhados para os cursos nocturnos ou beneficiar de outras formas de educação e formação.

Medidas para a abertura de novas escolas e construção escolar

42. A abertura de novas escolas secundárias deverá obedecer às prioridades definidas na carta escolar para melhorar a equidade regional. A construção das novas escolas será feita com base nos protótipos a serem definidos a curto prazo, priorizando os distritos com elevada procura escolar.

- A construção de novas salas de aula em escolas do EPC será uma das formas para a expansão do ESG1, acompanhada da formação de professores, aquisição de materiais escolares e criação de condições infraestruturais;
- Tendo em conta a possível redução do número de alunos do Ensino Primário, (prevê-se a redução das taxas brutas de escolarização dos actuais 169% para os 100% em 2011), algumas escolas do EPC poderão acolher o ESG.

43. A construção de novas salas de aula em Escolas Primárias Completas (EPC) deverá ser a principal estratégia para a expansão da rede escolar do ESG, o que vai permitir a evolução das EPC para integrarem o ESG1. A expansão do programa de construções escolares no ensino secundário vai garantir a promoção do acesso, a redução, não só do número de alunos por turma, mas também das distâncias entre casa e a escola, a redução da necessidade de internamento dos alunos e a redução do tamanho de escolas, o que permitirá melhorar a gestão escolar.

44. Durante o período da implementação da estratégia o Governo vai concentrar-se fundamentalmente na construção de salas de aula com sanitários e bloco administrativo essencialmente para acomodar os alunos. A construção escolar com apoio das comunidades e a custos comportáveis (custo máximo de 400 mil Meticais por sala de

aula), respeitando ainda o uso racional e eficiente dos recursos financeiros disponíveis, à semelhança do que já vem acontecendo no Ensino Primário, permitirá acomodar a expansão.

45. A estratégia define padrões mínimos de infra-estruturas que devem ser observados e que são essenciais para se estabelecer um equilíbrio na construção de novas escolas secundárias. As infra-estruturas escolares devem ser de construção evolutiva, devendo obedecer às normas para o atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais, priorizando a construção de salas de aula e casas de banho para os utentes.

O Ensino à Distância como estratégia para a expansão

46. O MEC vai promover, através do Instituto de Educação Aberta à Distância (IEDA) e do Instituto Nacional de Educação à Distância (INED), esta modalidade de ensino, como forma de contribuir para a expansão do acesso ao ESG. Neste sentido, e como primeira acção, será desenvolvida a regulamentação da EAD, incluindo um sistema de avaliação, para flexibilizar o processo da sua implementação.
47. A implementação do programa de EAD implica disponibilizar tutores formados e a construção e apetrechamento de 500 Centros de Recursos (1 centro de recurso para 240 alunos em média). O EAD deverá acomodar cerca de 10% de alunos do ESG até 2015. O financiamento deste será feito tendo em conta a partilha de custos com os beneficiários.
48. O Ministério deverá considerar a necessidade de avaliar a eficiência (custo por aluno) dos cursos à distância de modo a verificar as melhores formas de os implementar.

Respondendo à qualidade e reduzindo a reprovação

49. As reprovações e desistências constituem um grande desperdício de recursos no sistema de ensino em Moçambique e a sua redução constitui uma das prioridades do MEC. No ESG, cerca de 25% dos alunos reprovam anualmente. O MEC prevê introduzir medidas para melhorar a aprendizagem dos alunos. Em paralelo serão introduzidas medidas para desencorajar a reprovação, designadamente, a redução para apenas uma reprovação permitida em cada ciclo e a duplicação da taxa de propinas para os alunos que reprovem.

Outras formas de educação e formação

50. Serão desenvolvidas outras formas para a educação e formação dos jovens, nomeadamente o ensino particular, o ensino à distância, programas de formação técnica e profissional a serem estabelecidos conjuntamente com o ETP, o Ministério do Trabalho e o Programa Integrado de Reforma do Ensino Técnico Profissional (PIREP).

Reduzindo o internamento através da expansão do sistema

51. Tendo em conta que o internamento é muito oneroso, o Governo deverá reduzi-lo, sempre que possível, transferindo paulatinamente a responsabilidade deste para as entidades privadas e comunitárias.

Respondendo aos alunos vulneráveis e com necessidades educativas especiais

52. O acesso de jovens desfavorecidos e talentosos, assim como o acesso de jovens com necessidades educativas especiais será assegurado, por um lado, através do estabelecimento de mecanismos de isenção do pagamento de propinas e por outro lado, da adequação das infra-estruturas e aquisição de materiais escolares apropriados para os jovens portadores de deficiências. O envolvimento da comunidade será crucial na definição das modalidades, níveis de assistência e dos respectivos beneficiários.

Estimulando o desenvolvimento do Ensino particular

53. A estratégia prevê manter a proporção de alunos no ESG1 e ESG2 em 15 e 20% respectivamente, até 2015. Esta proporção significará um aumento considerável do número total de alunos matriculados no ensino particular até 2015. Para que este aumento aconteça, deverão ser tomadas medidas tendentes a simplificar os procedimentos para a abertura de escolas privadas, adoptar medidas de financiamento estatal às escolas privadas e comunitárias (pagamento de propinas para os alunos mais necessitados, a redução ou eliminação das imposições aduaneiras e fiscais, o financiamento à construção de escolas).

Melhorando a qualidade de ensino

54. A Estratégia do Ensino Secundário identifica a qualidade do ensino como um dos principais constrangimentos do sistema e que necessita de ser melhorada de forma imediata. A solução do problema da qualidade de ensino no nível secundário requer um investimento importante cujos benefícios se prevê que sejam reflectidos no aumento da eficiência do sistema, através da redução da reprovação, repetição, e desistência e no aumento das taxas de conclusão e que certamente compensarão o investimento realizado. A continuidade das reformas curriculares, a formação de professores, a política do material escolar e o aumento do tempo lectivo, constituem os aspectos mais importantes para garantir a qualidade no ESG.

Implementando o Novo Currículo

55. A estrutura curricular do ESG está orientada para uma formação integral e harmoniosa do aluno. O currículo integra os saberes locais, a educação cívica e para a cidadania, com vista a desenvolver nos jovens o espírito de tolerância e resolução pacífica de conflitos, num contexto de emergência de uma sociedade multicultural e diversa como resultado da grande mobilidade das pessoas. As novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e a necessidade da utilização racional dos recursos naturais, bem como a protecção do meio ambiente, face às mudanças climáticas, constituem outras áreas actuais de vital importância tratadas no novo currículo. A introdução das disciplinas opcionais e profissionalizantes constitui uma mais valia do novo currículo, pois vai permitir que os graduados obtenham uma formação mais orientada para o trabalho.
56. Numa primeira fase, nem todas as escolas terão condições para a implementação do currículo no seu formato actual por falta de professores formados para as novas disciplinas e por não disporem de espaços para leccionar as horas adicionais do novo plano curricular. Para estes casos, as escolas deverão dispor de autonomia para voltarem ao formato do currículo anterior assegurando a ocupação plena dos alunos e professores.

Formando os professores para o ESG

57. O sucesso da implementação do novo currículo dependerá, em grande medida, da formação e contratação de professores, para todas as disciplinas, em quantidade suficiente. Entretanto, tendo em conta que o ESG1 está sendo introduzido gradualmente nas Escolas Primárias Completas (EPC), torna-se, também importante que o programa de formação incorpore a capacitação dos professores das EPC, para leccionarem o ESG1.
58. Tanto os professores para o ESG1 como para o ESG2 deverão ser formados em cursos bi ou polivalentes a partir de 2009. Os professores do ESG1 serão formados em cursos de 12^a + 1 até 2012, altura em que será avaliado o programa para definição de novas perspectivas. Para o ESG2 serão formados professores com o nível de bacharelato, através de instituições do ensino superior.
59. A formação dos professores para as novas disciplinas e para a área das Ciências Naturais e das disciplinas de Desenho e Inglês, identificadas como as mais críticas, será fundamental para o desenvolvimento do sistema. O desenvolvimento profissional contínuo será um instrumento importante para assegurar que os professores do ESG estejam capacitados e actualizados para leccionar este nível de ensino.
60. O MEC poderá avaliar a possibilidade de transferir gradualmente os programas de formação de professores à distância para os IFP como forma de sustentar a expansão de um ESG1 de qualidade e numa perspectiva da introdução da escolarização universal de 9/10 classes em Moçambique. Esta transferência vai permitir que as IFP, para além de formarem e assistirem os professores, possam proporcionar apoio pedagógico permanente e sistemático às ESG1.

Providenciando materiais de ensino no ESG

61. Uma política do livro escolar será desenvolvida para assegurar o fornecimento de livros, e manuais e outros materiais escolares para os alunos, professores e escolas (bibliotecas, laboratórios). O envolvimento das famílias e dos parceiros do sector no financiamento deste programa será fundamental.

Desenvolvendo as TICs no ESG

62. O ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) deverá ser introduzido em 2010 no ESG1, segundo o plano curricular. Tendo em conta o enorme esforço que o MEC deverá realizar para a efectivação deste programa, a implementação plena das TIC's, sobretudo no ESG1, será feita de forma gradual, em escolas que detenham condições para a sua introdução, devendo iniciar-se no ESG2.

Respondendo aos jovens com necessidades educativas especiais

63. O crescimento de efectivos escolares no ESG vai, certamente, permitir que mais alunos com necessidades educativas especiais tenham acesso a este nível de ensino. O sucesso escolar destes alunos dependerá, em grande medida, da capacidade dos professores de comunicarem efectivamente com eles, assim como de materiais de ensino adequados às suas condições. O MEC vai desenvolver um sistema de informação para identificar os alunos com necessidades educativas especiais de forma a assegurar-lhes o apoio necessário. Este apoio poderá ser financiado através do ADE.

Aumentando o tempo lectivo

64. O número de horas lectivas no ESG é insuficiente para assegurar que os conteúdos programados sejam leccionados com os padrões de qualidade exigidos. O MEC deverá adoptar mecanismos para aumentar, gradualmente, o ano lectivo escolar, passando de 35 para 40 semanas anuais.

Melhorando a supervisão e o sistema de avaliação escolar

65. O sistema de supervisão escolar, com apoio das IFP's, deverá desempenhar um papel importante no apoio pedagógico às escolas secundárias, particularmente no domínio das Ciências Naturais e nas disciplinas de Desenho e Matemática, onde se verificam as maiores dificuldades em escolas rurais.

66. O MEC irá introduzir, a partir de 2010, um sistema para avaliar a qualidade da formação no Ensino Secundário que vai incluir também a avaliação das escolas.

Desenvolvendo a capacidade do sistema

67. No âmbito do desenvolvimento da capacidade institucional será fundamental a formação de directores de escolas e quadros para a supervisão e inspecção, uma vez que este aspecto é essencial para assegurar uma gestão escolar eficiente e centrada na qualidade da educação. O desenho e implementação de um sistema de supervisão e inspecção escolar descentralizado têm um papel preponderante no acompanhamento e monitoria do sistema.

Atendendo às disparidades de género no ESG

68. O objectivo do sector, no âmbito do género, é de alcançar a paridade em 2015 no ESG1. Neste sentido, deverão ser desenvolvidas acções para assegurar que a paridade na conclusão do EP2 seja alcançada, através da construção de escolas secundárias nas comunidades e da implementação de um sistema de incentivos à frequência do ESG1 por parte das raparigas. O equilíbrio de género em termos de professoras a leccionar no ESG é, igualmente um objectivo a atingir. Para o efeito, o MEC assegura a criação de incentivos, como bolsas de estudo para que estas frequentem os IFP, sobretudo para as disciplinas de Ciências Naturais e Desenho.

Respondendo ao HIV/SIDA

69. O HIV/SIDA é um grande factor de risco para o desenvolvimento harmonioso do sistema de educação, uma vez que, por um lado os alunos deste nível estão numa faixa etária que os torna mais susceptíveis de serem infectados pelo HIV e os professores estão também expostos ao HIV e aos seus efeitos. A criação de centros de atendimento à pandemia a nível das escolas e a implementação da política sobre a pandemia do HIV no local de trabalho vai minorar os efeitos do HIV no seio alunos e dos docentes. O MEC deverá assegurar a substituição dos professores falecidos, tratamento e apoio aos infectados, bem como a formação dos professores em matérias relacionadas com a Saúde Escolar, incluindo o HIV/SIDA.

Financiando o ESG

70. O financiamento às escolas secundárias continuará a ser feito, fundamentalmente através do Estado e dos pais e encarregados de educação. O Governo deverá continuar a disponibilizar 20% do Orçamento do Estado para o sector da Educação. A parte do Orçamento da Educação dedicada ao Ensino Secundário Geral deverá crescer dos actuais cerca de 15% para os 35% em 2015, o que significará, de acordo com as projecções, a duplicação (de 5,4 mil milhões de Mt para 8,2 mil milhões de Mt) do financiamento ao ESG durante o período.

71. Portanto, os custos do ESG1 deverão aumentar como indicado na tabela 19, de 4.027,0 Milhões de Mt para cerca de 5.558,7 Milhões de Mt em 2015. Os custos correntes por aluno irão aumentar paulatinamente dos actuais cerca de 2.000 Mt para os 3.300 Mt, em resultado do aumento do financiamento às escolas (ADE). Destes, cerca de 45% representarão despesas não salariais, o que indica o aumento das despesas para a melhoria da qualidade de ensino.

72. No ESG2, os custos irão aumentar dos 1.461,7 Milhões de Mt para os 2.605,6 Milhões de Mt em 2015. As despesas de investimento aumentarão até 2012, altura em que haverá maiores crescimentos do ESG2, prevendo-se que irão reduzir após esta altura, o que resultará numa redução do crescimento das despesas totais deste nível de ensino em 2013. Assim, as despesas correntes por aluno deverão aumentar dos 4.622 Mt em 2006, para os 6.240 Mt por aluno em 2015.
73. O ADE e as contribuições dos pais deverão ser gradualmente aumentadas com o fim de financiar programas relacionados com a promoção da qualidade de ensino, funcionamento, manutenção e segurança das escolas.
74. O MEC vai desenvolver e introduzir em 2009, instrumentos para o controlo de fundos nas escolas, sobretudo os fundos da Acção Social Escolar (ASE), do ADE e das propinas, formando igualmente as direcções de escolas em matéria de planificação, orçamentação e gestão escolar e prestação de contas e promovendo auditorias anualmente em, pelo menos, 10% das escolas estatais, cujos resultados serão divulgados para assegurar o funcionamento adequado dos Conselhos de Escola.

Mecanismos de comunicação e de informação

75. A sociedade, como principal beneficiária e parceira do Governo no processo de implementação da Estratégia do ESG, deverá ser permanentemente informada sobre o programa do sector para este nível de ensino.

Condições para o sucesso da estratégia

76. Existem condições apropriadas para a implementação, com sucesso, da estratégia do ensino secundário, entre as quais se destacam a estabilidade interna e o crescimento da economia, o compromisso do Governo para com a educação e o apoio externo ao país em geral e ao sector em particular.
77. A definição de acções estratégicas de curto e médio prazo, dentro de um contexto de desenvolvimento do sistema de educação, a melhoria da capacidade de administração deste nível de ensino, o aumento da capacidade de construção de salas de aula a custos sustentáveis, a capacidade de formação de professores e de aprovisionamento de materiais de ensino, assim como a capacidade de gestão do impacto do HIV/SIDA serão elementos importantes para o êxito da estratégia. Um sistema de monitoria e avaliação deverá identificar e disseminar as experiências positivas assim como corrigir eventuais aspectos negativos constatados no processo de implementação da estratégia.

1. Introdução

O Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC 2006 – 2011), aprovado pelo Conselho de Ministros, proporciona uma visão global sobre o sector da educação e traça um claro roteiro para a universalização do Ensino Primário (EP), rumo ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como também, reconhece a necessidade de planificação e desenvolvimento da educação pós-primária.

Dando seguimento aos objectivos do PEEC, o MEC desencadeou, em 2007, um processo de revisão da estratégia do Ensino Secundário Geral (ESG). Aprovada em 2001, a anterior estratégia do ESG definia o acesso, a qualidade da educação, o desenvolvimento e a qualificação dos professores, o aumento da capacidade dos sistemas de apoio e o financiamento da reforma como seus pilares fundamentais. Todavia, embora os principais desafios definidos pela Estratégia do ESG ainda se mantenham actuais, as transformações ocorridas no país e no ensino entre 2001 e 2006, assim como o rápido crescimento deste nível do ensino geral tornam necessária a sua actualização por forma a responder a estas mudanças.

A presente Estratégia para o ESG tem por objectivo dar resposta aos desafios do acesso, da qualidade de ensino, da capacidade institucional e do financiamento que emergem num contexto do crescimento acelerado da procura por este nível de ensino.

O processo de elaboração da nova Estratégia para o ESG incluiu uma série de actividades, dentre as quais se destacam as consultas feitas aos diferentes intervenientes na área da educação como as instituições de formação de professores, os directores e professores de escolas secundárias, os gestores de educação ao nível dos órgãos centrais, provinciais e distritais, as instituições de ensino superior, a sociedade civil, o sector privado, os parceiros de cooperação e a Organização Nacional dos Professores.

A presente Estratégia estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro é o da introdução, em que se aborda o contexto, os objectivos em que se insere a estratégia e a missão do ESG; o segundo é o do ensino secundário, como tal, onde é apresentado o diagnóstico e as questões do desenvolvimento do ESG em Moçambique, seu papel e a sua ligação com outros subsistemas. No terceiro capítulo são discutidas e apresentadas as principais acções estratégicas para o desenvolvimento do ESG a curto, médio e longo prazos e o seu financiamento e, finalmente, o quarto compreende as condições para o sucesso da Estratégia.

1.1 Contexto

A implementação do primeiro Plano Estratégico da Educação resultou na expansão acelerada da rede escolar e do acesso ao ensino em todo o país e a todos os níveis. No EP o número de alunos duplicou no período entre 1999 e 2005. No mesmo período, o ESG triplicou o número de alunos matriculados. Estes crescimentos representaram um importante esforço do Governo e de todos os seus parceiros internos e externos para promover o acesso ao ensino.

Em 2005 o ESG público diurno foi frequentado por um total de 210 mil alunos, enquanto o privado diurno registou uma cifra equivalente a 35 mil alunos. O número de alunos nos cursos nocturnos representou um terço do total de alunos do ESG, o que reflecte o esforço do sector da educação para responder à procura.

Entre 2005 e 2007 o crescimento do número de alunos no ESG1 público, diurno, foi de 50%, tendo este atingido os 300 mil. Tomando em consideração, os alunos do turno nocturno e do ensino particular, o total de alunos neste nível de ensino atingiu cerca de 520 mil em 2007.

O crescimento do ESG1 é consequência da expansão acelerada do Ensino Primário e do aumento das graduações neste nível, devido à introdução de um novo currículo e de novas modalidades de avaliação, entre as quais se destaca a promoção por ciclos de aprendizagem. A distribuição gratuita de livros e manuais escolares, a formação de professores, a introdução do Apoio Directo às Escolas (ADE) primárias e o incremento da participação da comunidade no processo educativo, através dos Conselhos de Escolas, contribuíram para a melhoria da qualidade de ensino e o consequente aumento das taxas de aprovação e de conclusão neste nível de ensino. Com efeito, a taxa bruta de conclusão do EP (7ª classe) alcançou os mais de 34% em 2005, contra os 12% em 2000.

Este cenário conduziu ao crescimento acelerado das graduações no EP, fenómeno que tem estado a contribuir para a existência de uma pressão, cada vez maior, sobre o ESG em todo o país. Em contrapartida, a construção de salas de aula, e formação de professores para o ESG, não acompanharam devidamente, o crescimento da procura escolar. A situação do ESG1 é agravada pelas elevadas taxas de repetição que reduzem os espaços disponíveis para os novos ingressos. De igual forma, os orçamentos para o sector da educação em geral e para o ensino secundário em particular não aumentam na mesma proporção que o crescimento das necessidades, o que contribui para agravar as condições do desempenho do sistema.

Com vista a desenvolver o ESG, de forma sustentável, a longo prazo, e em linha com o programa de desenvolvimento do país, o Plano Estratégico da Educação e Cultura recomendou a elaboração de uma estratégia específica deste nível de ensino.

É neste contexto que surge a presente Estratégia para o ESG, que visa responder aos enormes desafios deste nível do ensino.

1.2 Objectivos

Com a presente estratégia pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

- Diagnosticar, exaustivamente, o ESG nas vertentes de acesso, qualidade e desenvolvimento institucional;
- Propor medidas acções estratégicas, a curto, médio e longo prazo, para responder aos principais problemas com que se debate este nível de ensino, em estreita ligação com todos os parceiros do Ministério da Educação e Cultura;
- Desenvolver um quadro financeiro indicativo de médio e longo prazo, com vista a responder aos desafios deste nível de ensino tendo em consideração as limitações nacionais assim como os constrangimentos originados pelas necessidades dos outros subsistemas e níveis de ensino;

Missão do Ensino Secundário

Formar cidadãos competentes, com elevado espírito patriótico e humanístico, com domínio da comunicação nas línguas moçambicanas, portuguesa e, pelo menos, uma língua internacional, aptos para enfrentarem e solucionarem problemas com criatividade, aprender ao longo da vida, e para se inserirem na vida das suas comunidades e no mercado de trabalho e preparados para prosseguir os seus estudos.

2. O Ensino Secundário Geral

A abordagem do ESG neste capítulo inicia-se com uma breve caracterização histórica deste nível de ensino após a Independência Nacional, seguida da descrição do seu papel no desenvolvimento do país e a sua correlação com a formação do Capital Humano e o desenvolvimento sócio-económico em geral. Após esta caracterização e descrição, a estratégia prossegue discutindo o ensino secundário em Moçambique, o seu papel no processo de integração internacional e regional e a sua ligação com outros subsistemas de ensino. Neste capítulo é definido o problema e descrita a visão futura do Governo sobre o ESG, terminando com a apresentação do diagnóstico, onde são abordados aspectos como o crescimento e a conclusão do EP e suas consequências para a procura do ensino secundário, evolução das taxas de conclusão no ESG e qualidade de ensino nas suas mais variadas vertentes (professores, rácios alunos/turma e alunos/professor, tempo lectivo, acesso aos materiais de ensino e a eficiência do ESG).

2.1 O Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral em Moçambique

Após a Independência Nacional, em 1975, o nível de analfabetismo era de 93%. Com vista a acelerar os níveis de formação da população moçambicana, o Governo decidiu nacionalizar o ensino, tendo, a Lei nº4/83 determinado a escolarização obrigatória e gratuita do ensino primário de 7 classes¹. A institucionalização da escolaridade obrigatória tinha em vista facultar, a todos os cidadãos, a oportunidade de frequentarem o ensino, na perspectiva de aumentar a capacidade do capital humano e reduzir o alto índice de analfabetismo. Esta medida surtiu impacto imediato, aumentando, de forma acelerada, o número de alunos em todos os níveis de ensino. Os programas de alfabetização e as campanhas de escolarização constituíram estratégias de sucesso que levaram ao aumento acentuado do número de efectivos escolares. Estas medidas permitiram reduzir, em todo o país, a taxa de analfabetismo de 93%² para 51,8% em 2006, fenómeno apurado pelo Conselho Coordenador do Recenseamento, População e Escolarização.

O crescimento dos efectivos escolares, conjugado com o êxodo de uma porção significativa dos professores portugueses, no período pós Independência, obrigou à tomada de medidas com vista a acelerar a formação de professores nacionais para todos os níveis de ensino. Foi neste contexto que em 1977 o Governo decidiu orientar os graduados da 9ª classe, assim como os alunos das 10 e 11ª classe, para o Centro 8 de Março, onde prosseguiriam os seus estudos em programas considerados prioritários para o desenvolvimento do país, entre os quais, se destacavam os cursos de formação de professores.

Em 1983 a Assembleia da Republica aprovou a lei do Sistema Nacional da Educação. O sistema de ensino foi reorganizado em 12 classes, 5 subsistemas (Educação Geral, Educação de Adultos, Educação Técnico-Profissional, Formação de Professores e Educação Superior) e 4 níveis, nomeadamente Primário, Secundário, Médio e Superior. O subsistema de Educação

¹ Lei nº 4/83, “Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais da sua aplicação.

² Conselho Coordenador do Recenseamento, População e Escolarização, Análise Nacional, Volume 4, Tomo 1, pág. 2, 1982

Geral foi estruturado em EP com a duração de 7 anos, dos quais 5 para o 1º grau e 2 para o 2º grau, ESG com a duração de 5 anos e subdivide-se em dois ciclos, dos quais o 1º ciclo (8ª à 10ª classes) e o 2º ciclo (11ª e 12ª classe). Foram igualmente introduzidos novos programas de ensino.

De 1982 a 1986 a economia moçambicana degradou-se, progressivamente, como consequência de vários factores, entre os quais se destacam a guerra e as calamidades naturais. A partir de 1987 foram introduzidas algumas alterações importantes à economia nacional, foi autorizada a propriedade privada e introduzidas as propinas no ensino. Estas afectaram, sobretudo o ESG e Técnico Profissional, já que no EP existiam apenas as taxas de Acção Social Escolar. Em 1990, através do decreto 11/90, de 1 de Junho de 1990 foi autorizado o exercício da actividade lectiva a título privado.

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, iniciou-se o processo de recuperação económica. A partir de então a economia moçambicana tem vindo a crescer a um ritmo de aproximadamente 7% ao ano. Esta recuperação é fruto da paz e das medidas macroeconómicas, que têm contribuído para acelerar o investimento nacional e estrangeiro no país. Nesse ano foi feita uma nova revisão à lei do Sistema Nacional de Educação que resultou na Lei nº6/92. As alterações introduzidas à nova Lei do SNE não afectaram a estrutura da Educação Geral.

O sector da educação contribui de forma significativa para o crescimento do país através da formação de quadros para todos os sectores da economia. Até muito recentemente, o desenvolvimento do sistema de educação priorizava o EP, mas a sustentabilidade do crescimento económico, a longo prazo, deverá ser feita com recurso a uma força de trabalho cada vez mais qualificada e treinada. Neste contexto, o ESG e Ensino Técnico Profissional e Vocacional desempenham um papel importante, dada a sua estreita ligação com o desenvolvimento do capital humano, elemento crucial para acelerar o desenvolvimento sustentável da nação moçambicana.

2.2 O papel do Ensino Pós Primário no desenvolvimento do país.

Vários estudos mostram uma correlação positiva entre o ensino pós primário, a formação do capital humano e o desenvolvimento dos países. O ensino secundário tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento socio-económico, combate à pobreza e melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Apesar dos progressos alcançados após a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, o país continua a ser afectado pela pobreza que, segundo os dados do PARPA, atinge parte considerável da população, com destaque para as zonas rurais. Em 1997, estimava-se que 62% da população urbana e 71% da população rural eram assoladas pelos efeitos da pobreza absoluta. O relatório do Desenvolvimento Humano de 2001 colocava Moçambique como o sexto país com menor Índice de Desenvolvimento Humano (0.323, em 1999).³

A situação da pobreza está a regredir gradualmente, graças ao desenvolvimento económico que se tem observado nos últimos anos. Com efeito, em 2003, 54% da população moçambicana vivia abaixo da linha da pobreza, sendo que desta 51,5% vivia nas zonas

³ Relatório do Desenvolvimento Humano, 2001

urbanas e 55,3% nas zonas rurais, de acordo com o Inquérito Demográfico de Saúde realizado naquele ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem vindo a melhorar, à semelhança de outros indicadores de pobreza. Segundo os dados de 2006, o país estava no 168º lugar em termos de IDH, tendo melhorado o seu posicionamento em mais três 3 lugares em relação a 2001.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) contém vários cenários de redução da pobreza e estima que a mesma seja reduzida entre 10 e 15% até 2010. Para a concretização desta perspectiva, o PARPA prevê aumentar os investimentos para o desenvolvimento do capital humano, sobretudo na Educação, por considerar o seu efeito positivo na vida das pessoas e da sociedade em geral. De acordo com o PARPA, a previsão de recursos para a educação deverá manter-se na ordem dos 20% do Orçamento do Estado, incluindo o ensino superior, elemento que vai permitir que a educação beneficie o crescimento económico nacional.

O UNICEF, no seu estudo sobre “A Pobreza na Infância em Moçambique” demonstrou que nas famílias moçambicanas onde o chefe do agregado tem o ensino secundário ou superior concluído existem menores taxas de desnutrição e mortalidade infantil. De igual forma as crianças destes agregados familiares são menos propensas à privação de educação. O mesmo estudo mostra ainda que as jovens do sexo feminino com maior escolaridade têm uma tendência a atrasar o início da actividade sexual e a melhorar a prevenção das doenças de transmissão sexual, reduzindo os riscos de contágio pelo HIV em comparação com as jovens menos escolarizadas. Por este motivo, o investimento no ensino secundário é de grande importância no combate aos efeitos da pobreza e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

2.3 O Ensino Secundário Geral e integração internacional

Os grandes desafios da globalização e da integração regional exigem a formação de jovens e adultos que possam interagir num mundo cada vez mais interdependente. Os desafios da globalização exigem um ensino geral que promova uma educação de qualidade, orientada para os valores universais como os do respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo meio ambiente. Os jovens deverão ser capazes de comunicar tanto dentro como fora do país, de modo a participarem num mundo cada vez mais aberto e interactivo, fazendo um melhor uso e aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação.

O Protocolo da Educação da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que Moçambique ratificou em 2001, indica que se deverá caminhar, a passos cada vez mais acelerados, para a integração dos sistemas de educação e harmonização dos diferentes currículos a nível regional, enfatizando a componente prática da formação pós primária. O país deverá avançar rumo a uma formação universal de pelo menos 9/10 classes. No sentido de alcançar os objectivos preconizados pelo Protocolo da Educação da SADC, Moçambique deverá universalizar a escolarização primária e apostar, cada vez mais, na formação dos jovens com a 10ª classe ou o seu equivalente. A nova estratégia do ESG está orientada para caminhar, paulatinamente, para uma escolaridade universal de 10 classes, no quadro da política continental da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e regional (da SADC).

A nível global, a UNESCO definiu que se deverão reestruturar os sistemas de educação de modo a torná-los mais flexíveis, integrando as habilidades e valores necessários para a vida e para inserção laboral dos jovens, reforçando as componentes práticas e vocacionais, educando os adolescentes para adoptarem comportamentos responsáveis face à pandemia do HIV-SIDA. A acção das direcções de escolas, dos professores e de outros actores do processo de ensino e aprendizagem, neste nível de ensino, será fundamental para que estes objectivos sejam alcançados. Por isso, torna-se necessário, por um lado, dar estabilidade aos corpos directivos das instituições de ensino e assegurar a sua capacitação permanente e por outro formar continuamente os professores com vista a promover nos jovens valores e competências essenciais para a vida numa sociedade cada vez mais globalizada.

A reforma do currículo do ESG, ora em curso, tem em vista a profissionalização do currículo, que será feita através da introdução de disciplinas profissionalizantes e de módulos de formação profissional de curta duração, da abordagem integrada do processo de ensino e aprendizagem, da integração de conteúdos de interesse local e das línguas moçambicanas, para além dos temas transversais e actividades co-curriculares.⁴

Deste modo, o sistema educativo deverá desenvolver esforços que visam aprimorar o currículo do ESG, privilegiando o desenvolvimento de competências e habilidades práticas que permitam a inserção do graduado num mercado de trabalho globalizado e competitivo.

⁴ Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), Maputo, 2007

2.4 A visão do Ensino Secundário Geral

O PEEC identifica a missão do sector como a necessidade de promover serviços educativos de qualidade para formar cidadãos com elevada auto-estima e sentido patriótico e capazes de intervir activamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento do país. O PEEC também prevê promover e facilitar a acção dos vários intervenientes na área da Cultura.

Assim, a visão do Ensino Secundário Geral consiste em universalizar, a médio e longo prazos, o acesso a um ensino básico de qualidade e de 10 classes, centrado no aluno, que permita dotar os jovens de competências para a sua inserção no mercado de trabalho e continuação de estudos a outros níveis.

A visão do ensino secundário geral consiste na sua universalização, a médio e longo prazo. O objectivo será de alcançar um ensino básico de qualidade, de 10 classes, com uma componente profissionalizante, alinhado com os objectivos nacionais e da integração regional e internacional.

A implementação da Estratégia, deverá assegurar que os graduados do primeiro ciclo do ensino secundário desenvolvam competências na área da comunicação nas línguas portuguesa, moçambicanas e, em pelo menos uma língua internacional, dominem a matemática e as ciências naturais, assim como os valores e a cultura moçambicana e estejam preparados para uma vida social participativa, saudável e para o mercado de trabalho. Neste sentido espera-se que estes adquiram competências gerais e que sejam capazes de trabalhar em grupo e resolver problemas.

Os graduados do segundo ciclo do ensino geral deverão consolidar e desenvolver os conhecimentos académicos e competências adquiridos no ESG1 num nível mais elevado que lhes permita preparar-se para a integração no mercado de trabalho e para a continuação dos seus estudos no ensino técnico e superior.

Um ensino de qualidade pressupõe a redução das desistências e das reprovações e o aumento da eficiência na utilização dos recursos da Educação. O Governo pretende aumentar os níveis de graduação em todos os níveis de ensino geral. Actualmente, de cada 1000 alunos que entram no sistema, apenas 653 terminam o EP2, 336 completam o ESG1 e 216 concluem o ESG2 o que mostra um sistema extremamente ineficiente. O PEEC indica a necessidade de se reduzirem as taxas de reprovação e desistência de modo a aumentar os níveis de graduação. O objectivo da Estratégia do ESG é de reduzir o desperdício escolar até 2011. Assim, de cada 1000 alunos que ingressem na 1ª classe, 735 alunos deverão completar o EP2, 630 terminar o ESG1 e 570 concluir o ESG2, mais do que duplicando a conclusão neste último nível, em relação a 2007. As taxas de reprovação e desistência deverão manter-se em cerca de 5% em todos os níveis de ensino.

Para assegurar o desenvolvimento de um ensino de qualidade será importante o envolvimento de todos os intervenientes. As direcções das escolas e os professores terão a responsabilidade

de preparar um ambiente seguro e saudável para os alunos. Os professores deverão desenvolver com profissionalismo as suas actividades de ensino e propor trabalho de casa para os alunos, por forma a aumentar o seu tempo de trabalho. Além disto, deverão assegurar um acompanhamento sistemático da situação de cada aluno. Para que isto seja possível é necessário que o número de alunos por turma não seja excessivamente elevado.

Os pais e encarregados de educação deverão assegurar que os seus educandos empreguem mais tempo para as actividades académicas, apoiando-os e acompanhando-os permanentemente. Os alunos deverão cumprir com os seus deveres escolares tanto no período de aulas como fora deste. Este mecanismo de articulação entre a escola e as famílias permitirá aumentar a eficiência e reduzir o desperdício escolar. A participação das famílias no processo de ensino é fundamental para o alcance dos objectivos programados no ensino secundário.

Um dos objectivos, a nível nacional, será o da redução das assimetrias regionais e de género que ainda se verificam no sistema. O Governo deverá garantir o acesso a alunas e alunos que, sendo competentes não tenham capacidades financeiras para frequentar a escola.

Para que estes objectivos sejam atingidos, o MEC vai disponibilizar a formação de professores e gestores do sistema (incluindo dos directores de escolas), tanto inicial como em serviço, e o desenvolvimento de um sistema de carreiras atractivo que assegure a promoção e progressão de professores e gestores de modo a garantir a sua retenção. A construção de escolas secundárias, em parceria com o sector privado, e a diversificação da oferta de formação utilizando vários recursos, entre os quais se destaca o ensino à distância, constituirá formas de assegurar que mais alunos sejam integrados no ensino secundário.

O ESG deverá adoptar novas estratégias para garantir a disponibilidade de materiais de ensino nas escolas com vista a melhorar a qualidade do processo educativo. Estes aspectos são importantes no reforço do desempenho e aumento da aprendizagem dos alunos, o que deverá contribuir para reduzir as taxas de reprovação e desistência.

2.5 Ligação com os outros subsistemas de ensino

A qualidade e equidade do ensino secundário estão fortemente dependentes da forma como estas questões estão sendo resolvidas no ensino primário, da mesma forma que a qualidade no ensino secundário determinará não só o grau de satisfação do mercado de trabalho, mas também da qualidade dos estudantes do ensino superior.

O aumento vertiginoso das graduações no EP e o facto de os graduados destes serem cada vez mais jovens, não podendo, portanto integrar-se em outras actividades que não seja o ensino, aumenta a pressão sobre o ensino pós primário que se vê na contingência de absorver cada vez mais jovens.

Como consequência da elevada procura escolar, a expansão do ESG vem sendo feita, nalguns casos, sacrificando a qualidade de ensino. A falta de instalações escolares contribui para o aumento do número de alunos por turma. Para além disso, parte dos professores em exercício não têm formação adequada e, em alguns casos, professores do ensino primário leccionam o ESG. Constata-se, de um modo geral, que os professores no domínio das ciências são insuficientes, bem como os livros e outros materiais de ensino, aspectos que interferem negativamente na melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Face a estas condições de trabalho, cresce a sensação colectiva de que a qualidade de ensino está a ser afectada, fenómeno que é corroborado pelas altas taxas de reprovação e de desistência.

As características da educação geral, particularmente as do ensino secundário constituem um factor que, em parte, contribui para que os graduados deste nível não se empreguem com facilidade, o que por um lado, faz aumentar a procura pelo ensino superior, e por outro conduz uma parte dos graduados do ensino secundário a uma condição de desemprego ou sub-emprego. Com vista a modificar este cenário, o MEC iniciou um processo de revisão curricular do Ensino Geral, de modo a integrar uma componente profissionalizante, na perspectiva de proporcionar aos jovens competências e habilidades para enfrentarem com sucesso o mercado de trabalho e os desafios do desenvolvimento sócio-económico. Paralelamente, o ensino secundário geral vai proporcionar conhecimentos e competências que permitam aos graduados prosseguirem os estudos no ensino superior, com vista a dotar o país de quadros capazes de competir no mercado da SADC, região em progressiva integração e desenvolvimento.

A Reforma do Ensino Técnico e Profissional, em curso, trará alternativas para estes graduados, uma vez que, através dos cursos modulares, em fase de criação, estes poderão adquirir uma profissão que lhes permita empregar-se ou criar o seu próprio empreendimento. A Estratégia do Ensino Secundário define outras alternativas para responder às preocupações destes jovens. Dentre estas alternativas prevê-se uma progressiva transformação das escolas do ensino geral em politécnicas.

2.6 Diagnóstico do Ensino Secundário Geral em Moçambique

O presente diagnóstico foi feito com base nos dados estatísticos disponíveis no MEC e referem-se ao período compreendido entre 1993 e 2007.

Moçambique alcançou, nos últimos anos, resultados positivos no campo da Educação. No ESG, registou-se um crescimento acentuado dos efectivos escolares. A utilização intensiva das infra-estruturas e dos professores, através da expansão dos cursos nocturnos, permitiu elevar as taxas de transição do EP para o ESG1 até cerca de 72%, em 2007. A taxa bruta de escolarização no ESG1 passou de 8% em 2000, para 35% em 2007. Isto significa que o sistema matriculou cerca de 520 mil alunos em todas as escolas do ESG1 em 2007, incluído o curso nocturno, contra os 91 mil alunos em 2000.

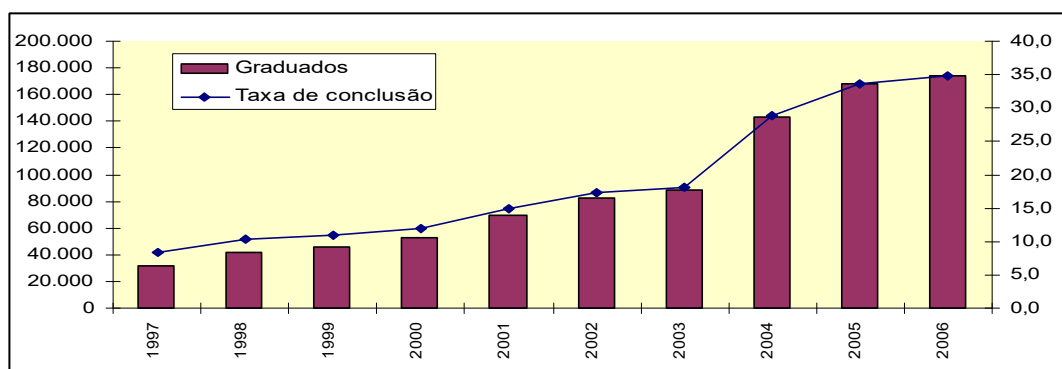
2.6.1 Acesso

Nesta secção é analisada a problemática do acesso, nas vertentes do crescimento, a conclusão do EP, a evolução das taxas de conclusão do ESG, o ensino à distância, e o ensino particular e comunitário.

2.6.1.1 O crescimento e a conclusão do Ensino Primário

Na sequência da introdução do currículo do EP em 2004 que, entre outras estratégias, inclui a progressão por ciclos de aprendizagem, o fluxo de alunos no Ensino Primário melhorou consideravelmente, afectando positivamente as graduações deste nível de ensino. Como consequência, a procura pelo ESG1 tem vindo a crescer de forma acentuada. O gráfico abaixo mostra que em 2006 o sistema graduou mais de 170 mil alunos no EP. Contudo, a taxa de conclusão⁵ no Ensino Primário do 2º Grau (EP2) manteve-se em cerca 35%.

Gráfico 1. Evolução do número de graduados e da taxa de conclusão na 7ª classe, 1997/2006



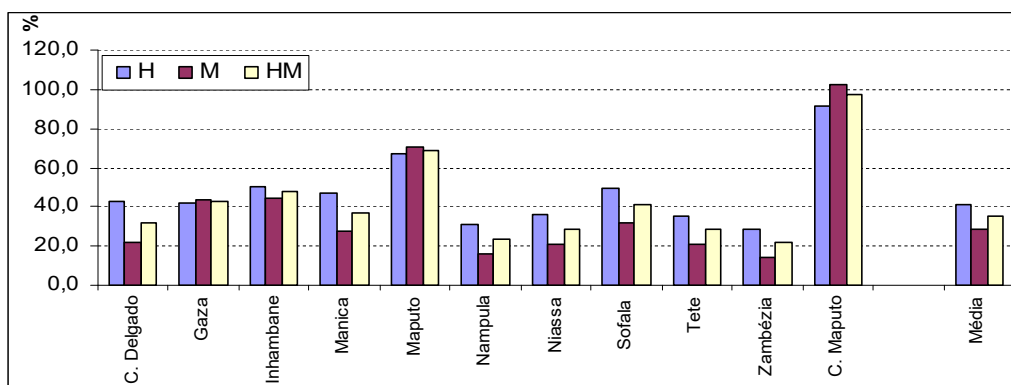
Fonte: MEC

As taxas brutas de conclusão no EP2 não são homogéneas, pois variam entre 21,5% na Zambézia e 97% na cidade de Maputo, valores que demonstram disparidades assinaláveis entre as províncias. As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, e Tete têm taxas de conclusão abaixo da média nacional (35%), como mostra o gráfico 2. De um modo geral, o desempenho escolar dos rapazes é superior ao das raparigas em quase todas as províncias, com excepção de Gaza, Maputo província e cidade.

O país ainda tem que desenvolver um esforço enorme para atingir, em 2015, taxas de conclusão próximas aos 100% em todas as províncias na perspectiva de alcançar a escolarização primária universal.

⁵ Taxa de conclusão: Relação entre o número de graduados (no EP2) e a população com idade oficial correspondente para concluir esse nível de ensino (12 anos)

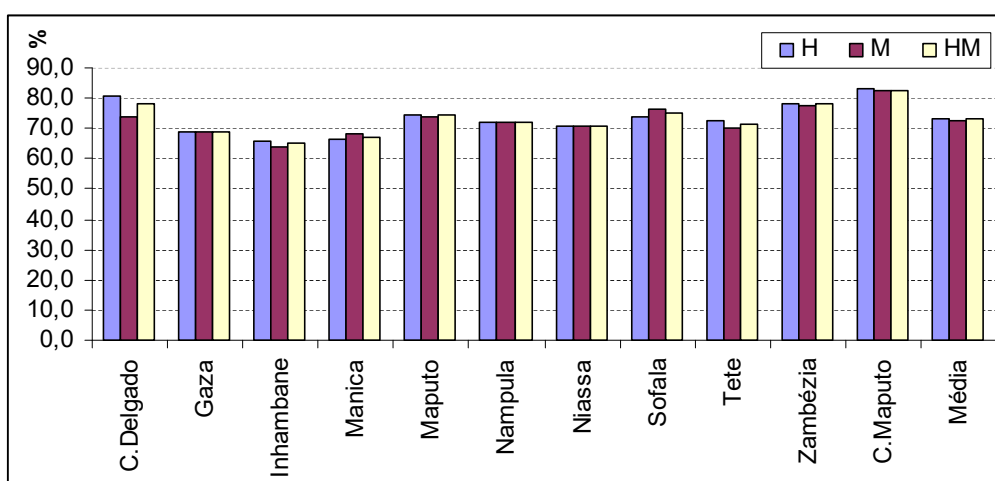
Gráfico 2: Taxa bruta de conclusão no EP2 por província e sexo, 2006



Fonte: MEC

Em 2006 registou-se uma taxa média de aproveitamento escolar no EP2 de 73%. A cidade de Maputo registou uma taxa de aproveitamento máxima de 83%, enquanto a taxa mínima verificou-se na província de Inhambane (65%). Em média, não se verificam grandes disparidades de género no aproveitamento escolar no EP2. O gráfico 3 abaixo mostra a variação das taxas de aproveitamento desagregadas por províncias e sexo. O nível de aproveitamento escolar apurado demonstra que a reprovação continua elevada, variando entre os mais de 30% em Manica, Gaza e Inhambane, e os menos de 20% em Maputo cidade. Com estas taxas de reprovação o país vai enfrentar enormes dificuldades para atingir as metas de desenvolvimento do Milénio.

Gráfico 3: Taxas de aproveitamento escolar no EP2, por província e sexo, 2006



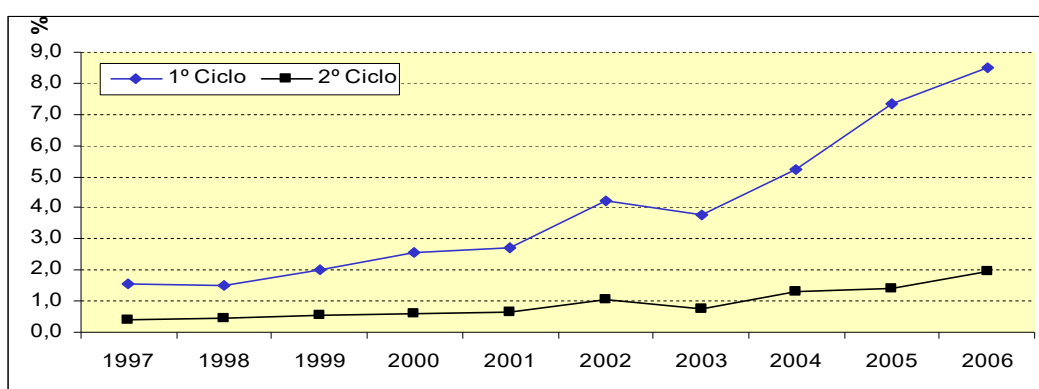
Fonte: MEC

2.6.1.2 Evolução das taxas de conclusão do ESG

De acordo com o gráfico 3, as taxas médias de conclusão no ESG têm estado a melhorar, de maneira significativa, com maior incidência no ESG1.

A taxa de conclusão no ESG1 aumentou de 2,6% em 2000 para se situar acima dos 8,5% em 2006. O mesmo fenómeno está acontecendo com as taxas de conclusão do ESG2 que atingiram os 2% em 2006. Isto significa que em 2006 foi apurado um total correspondente a 41,3 mil graduados do ESG1 e 8,9 mil alunos do ESG2, cifras que o sistema, de momento, não tem capacidade de acomodar nos níveis subsequentes.

Gráfico 4: Evolução das taxas brutas de conclusão por nível de ensino



Fonte: MEC

A distribuição das taxas de conclusão por província, em 2006, ilustra disparidades importantes, pois no ESG1 varia entre 4,9% (Zambézia e Nampula) e 40,5% (Cidade de Maputo) e no ESG2 entre 0,5% (Manica e Niassa) e 10,8% (Cidade de Maputo).

Em igual período, no ESG1, este indicador, por sexo, favorece mais os rapazes (10,5%) do que as raparigas (6,6%), situação extensiva ao 2º Ciclo, pois enquanto os rapazes tiveram um nível de graduação de 2,3%, as raparigas situaram-se em 1,5%. A Cidade de Maputo constitui excepção, em ambos os níveis de ensino, porque as taxas de conclusão das raparigas superam as dos rapazes.

Assim, urge corrigir estas disparidades por forma a equilibrar o desenvolvimento do sistema educativo em todo o país. A correcção destas disparidades passa pela universalização da conclusão do Ensino Primário, de modo a garantir, em todas as províncias, as mesmas oportunidades de acesso e conclusão ao ensino secundário para meninas e rapazes.

Tabela 1: Taxas de conclusão por sexo e nível de ensino, 2006

Província	ESG1			ESG2		
	H	M	HM	H	M	HM
Cabo Delgado	9,4	4,1	6,7	1,6	0,5	1,1
Gaza	8,2	8,0	8,1	2,3	1,5	1,9
Inhambane	12,2	7,8	9,9	2,7	1,4	2,1
Manica	9,8	3,8	6,7	0,8	0,3	0,5
Maputo	15,5	13,5	14,5	3,4	2,7	3,1
Nampula	7,0	2,9	4,9	1,8	0,7	1,3
Niassa	11,0	3,7	7,4	0,8	0,2	0,5
Sofala	12,9	7,1	10,0	4,6	2,4	3,5
Tete	7,4	4,2	5,8	1,0	0,8	0,9
Zambézia	7,3	2,6	4,9	1,3	0,6	1,0
Cidade de Maputo	38,9	42,1	40,5	10,4	11,2	10,8
Total	10,5	6,6	8,5	2,3	1,5	1,9

M – Mulheres; HM – Homens e Mulheres

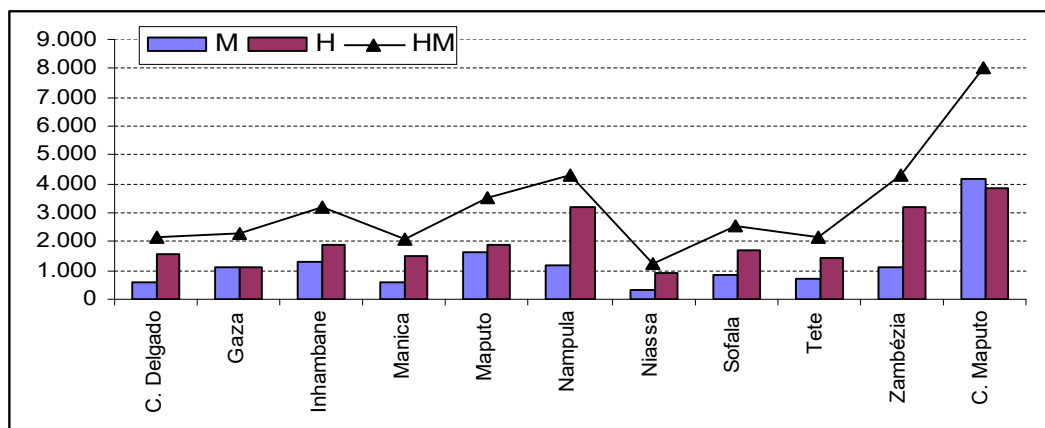
Fonte: MEC

De um modo geral, este indicador permite constatar que a cobertura educativa do ESG é fraca e desequilibrada. A procura do ESG continua a crescer e a capacidade de oferta escolar ainda é insuficiente quando comparada com as necessidades da população em idade escolar. A oferta de mais lugares passa pela construção acelerada de mais salas de aula, formação de professores em quantidade suficiente e sua distribuição por todas as escolas, elevação do índice de aprendizagem nas escolas e da redução da repetição.

O número de graduados do primeiro ciclo do ensino secundário público foi de cerca de 35,9 mil, dos quais 22% foram apurados na cidade de Maputo contra 3,5% na província de Niassa, a que menos graduados produziu em 2006.

À exceção da cidade de Maputo e Gaza, onde se verificam mais graduados do sexo feminino, as restantes províncias registam o fenómeno inverso.

Gráfico 5: Graduados da 10ª classe do curso diurno, por província e sexo em 2006 – Ensino público



Fonte: MEC

O gráfico 5 mostra o número de graduados no ESG1 público em 2006. Como se pode verificar, a província de Niassa, Tete, Manica e C. Delgado foram as que menos graduados produziram em 2006, com cerca 2000 cada. As províncias de Nampula, Zambézia e a cidade de Maputo são as que têm maior índice de graduação no ESG1.

2.6.1.3 O Ensino à Distância

O MEC, reconhecendo que a expansão do acesso à educação em Moçambique não pode ser resolvida apenas com a construção de novas escolas e formação de professores, em Março de 2004, lançou em cinco distritos (Namapa, Namialo, Mecubúri, Moma e Rapale) da província de Nampula, o Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD) para cobrir o ESG1 (8ª, 9ª e 10ª classes). Este Projecto, por ser piloto, envolve um total de 250 alunos e a respectiva estrutura obedece a um modelo do ESG presencial. Constituem disciplinas lectivas deste programa: Português, Inglês, História, Geografia, Biologia, Física, Química e Matemática.

A elaboração dos materiais de ensino registou algum atraso, o que pode ter afectado o ritmo normal de aprendizagem e de expansão desta modalidade de ensino. Neste momento, estão em processo de finalização os materiais da 9ª classe, enquanto os da 10ª classe serão elaborados em 2009, de modo a serem introduzidos em 2010. A produção dos módulos tem sido lenta e deve ser acelerada de modo a que no momento da sua conclusão estes não sejam ultrapassados pelas possíveis alterações curriculares.

Para a 8ª classe foram produzidos mais de 70 módulos o que faz prever que a expansão deste programa poderá ser afectada pelos custos dos materiais de ensino.

Igualmente, iniciou-se em 2007, no ESG2, um programa de ensino à distância com a elaboração dos materiais de aprendizagem para todas as disciplinas deste nível que deverá ser introduzido através de um programa piloto em 2010 nas províncias de Gaza, Sofala, Niassa e Nampula.

O ensino à distância é considerado como uma modalidade que permite aumentar o acesso ao ensino secundário, pois não requer grandes investimentos em infra-estruturas escolares.

2.6.1.4 O Ensino Particular

O ensino particular em Moçambique foi autorizado em 1990 e as primeiras escolas privadas começaram a surgir a partir de então. Em 2007, no ESG1 foi apurado um total correspondente a 45 mil alunos distribuídos em 115 escolas privadas e comunitárias, sendo que, no ESG2 foram apurados mais de 10 mil alunos distribuídos por 62 escolas. O número de alunos matriculados, apesar de representar cifras baixas comparativamente ao ensino público, constitui uma contribuição importante no acesso a estes níveis de ensino. O ESG1 privado matriculou 13% do total de alunos diurnos e o ESG2 20%.

O ensino particular debate-se com o problema do pagamento dos impostos, pois este tipo de ensino tem o mesmo tratamento que as demais instituições privadas. De igual forma as escolas privadas devem pagar as imposições aduaneiras resultantes da importação de materiais escolares ou equipamento para o seu funcionamento.

Muitos dos professores que leccionam nas escolas privadas e comunitárias trabalham em regime parcial, em virtude de serem efectivos em outras instituições, sobretudo nas escolas públicas, o que cria dificuldades de estabilidade e gestão do pessoal docente.

As escolas comunitárias têm um tratamento diferenciado das escolas privadas, pois não têm carácter lucrativo e são, em muitos casos, co-financiadas pelo Governo, sobretudo no que concerne ao pagamento dos salários. Porém, não existe regulamentação sobre o financiamento do Estado às escolas comunitárias.

Através da análise da tabela 2, denota-se um decréscimo do papel do ensino particular no ESG. Em 2004, 15% do total de alunos estava matriculado no ESG1 privado, já em 2006 esta proporção decresceu para os 13,6%. O mesmo aconteceu com o ESG2, onde 25% do total de alunos matriculou-se no ensino não público em 2004 e esta proporção decresceu para os 17% em 2006. Esta situação mostra uma tendência de redução da importância deste tipo de ensino para a integração de alunos deste nível.

Ao longo do período da implementação da Estratégia o MEC deverá consolidar a relação com o ensino particular e comunitário e incentivar a criação de mais escolas privadas do ESG no país, bem como aumentar o número de alunos nestas escolas.

Tabela 2: Evolução da proporção de efectivos escolares por tipo de ensino

Ano	ESG1			ESG2			
	Lectivo	Comunitário	Privado	Público	Comunitário	Privado	Público
2004		11,9	3,3	84,8	20,4	4,3	75,3
2005		12,4	2,8	84,8	17,4	3,2	79,4
2006		10,4	3,1	86,4	15,2	4,3	80,6
2007		9,8	2,9	87,3	13,7	4,1	82,2

Fonte: MEC

2.6.2 Qualidade do ensino

O crescimento dos efectivos escolares do ESG tem implicado, em parte, a deterioração de alguns indicadores de qualidade, entre os quais se destacam:

- Aumento do número de alunos por escola;
- Aumento dos rácios alunos professor e de alunos por turma;
- Utilização de professores e escolas do EP para leccionar o ESG1.

Este último elemento pode comprometer o progresso que o país já alcançou em termos de universalização do acesso a uma educação primária de qualidade, pois por vezes as melhores escolas do EP são ocupadas pelo ESG1.

Entre 2000 e 2006 as escolas do ESG (públicas e privadas) aumentaram de tamanho em termos de número médio de alunos, ou seja, passaram de 490 alunos por escola para 752 alunos em todos os turnos. Em 2006, as escolas públicas do ESG1 e ESG2 tinham, respectivamente, uma média de 890 e 650 alunos em todos os turnos. Esta situação torna complexa a gestão escolar e pode afectar negativamente o processo de ensino e aprendizagem e a manutenção da disciplina escolar.

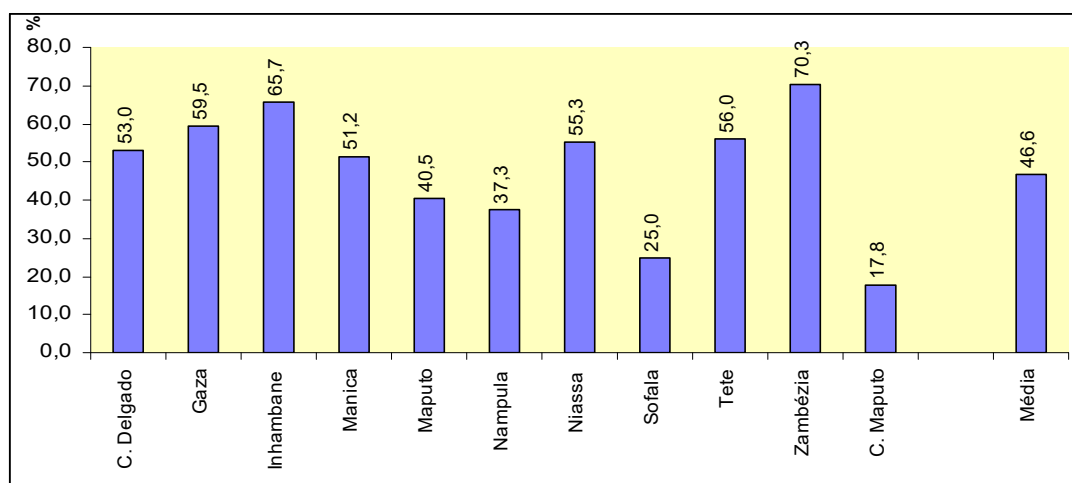
A raiz deste fenómeno prende-se com a insuficiência de espaços educativos para acolher um número, cada vez mais crescente, dos graduados do EP. A pressão sobre o ESG tem sido evidente a nível de todo o país, pelo que urge acelerar a construção de novas salas como tem sido solicitado pelas províncias. Todavia, o crescimento deste nível de ensino deve ser efectuado através de estratégias que garantam a melhoria da qualidade de ensino e salvaguardem a concretização dos compromissos assumidos pelo país de universalizar o EP.

2.6.2.1 Professores no ESG

Face ao crescimento rápido dos efectivos escolares aliado à fraca capacidade de formação de professores, o sector vê-se, em algumas situações, obrigado à contratar professores sem formação apropriada para leccionarem, sobretudo no ESG1 público. Por esta razão, este nível

de ensino tinha, em 2007, cerca de 46,6%, em média, de professores sem formação apropriada. Por província, a situação é mais crítica na Zambézia, onde 70,3% dos professores do ESG1 não têm formação adequada, contrariamente à Cidade de Maputo com uma proporção de 17,8%. No ESG2 cerca de 16% dos professores do ensino público não têm formação.

Gráfico 6: Proporção de professores do ESG1 sem formação por província



Fonte: MEC

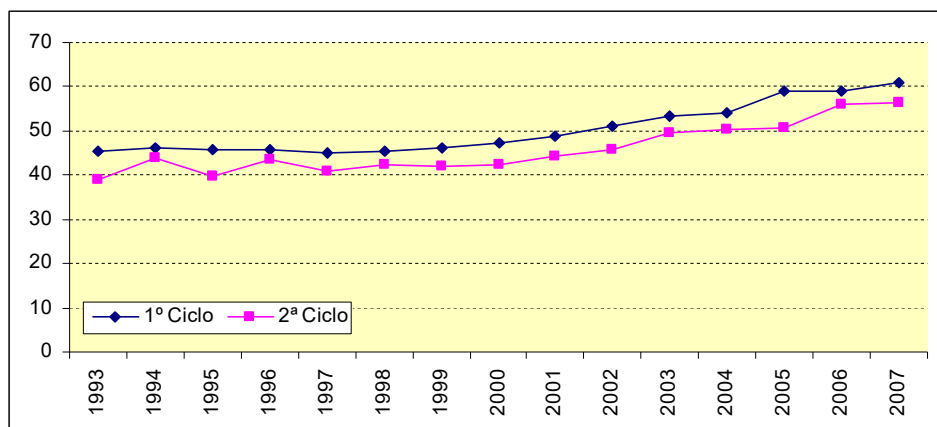
Foi neste contexto que o PEEC, aprovado em 2006, introduziu um novo modelo de formação de professores que determina que os professores do ESG1 deverão ter uma formação mínima de 13 classes (12ª classe do Ensino Secundário Geral mais um ano de formação pedagógica). O curso, que entrou em funcionamento em 2007, está sendo implementado pela Universidade Pedagógica (UP). No ESG2 mantém-se a política de contratar professores com a formação superior, bacharéis e/ou licenciados.

2.6.2.2 Rácio alunos por turma

Segundo o gráfico 7, o rácio alunos por turma no ESG tende a aumentar, com maior incidência a partir de 2003. Este aumento é um resultado conjugado da melhoria das taxas de fluxo no EP, na sequência da implementação do primeiro Plano Estratégico da Educação e da introdução, em 2004, do currículo do EP que alterou o sistema de avaliação, introduzindo a promoção por ciclos de aprendizagem.

Este crescimento, significa também, que a oferta escolar que o sistema educativo tem vindo a proporcionar aos novos ingressos no ESG, não é acompanhada pela entrada em funcionamento de novos edifícios escolares, o que pressupõe o enquadramento desses alunos, nas escolas existentes, elevando deste modo o rácio alunos por professor.

Gráfico 7: Evolução do rácio alunos por turma e nível de ensino no ESG



Fonte: MEC

No ESG1, o rácio alunos por turma por província variou, em média, em 2007 entre 56 e 70, enquanto no ESG2 variou entre 51 e 85. Esta situação dificulta a gestão pedagógica e tem consequências para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A gestão de turmas tão numerosas é complexa, sobretudo para disciplinas que exigem trabalhos práticos, como é o caso das ciências naturais. Para se melhorar a qualidade de ensino é urgente adoptar estratégias que permitam conter ou reduzir o rácio alunos por turma.

2.6.2.3 Rácio turma por professor

Para melhor compreensão deste indicador, é importante referir que no EP1, por regra, cada professor lecciona uma turma, ou seja a relação é de 1:1. Isto significa que quando a escola está em funcionamento todos os professores estão ocupados leccionando a respectiva turma.

No EP2 e ESG, onde a organização do processo de ensino e aprendizagem é feita por horas lectivas e por disciplina, a relação turma por professor assume um comportamento diferente, não podendo, portanto, ser de 1:1.

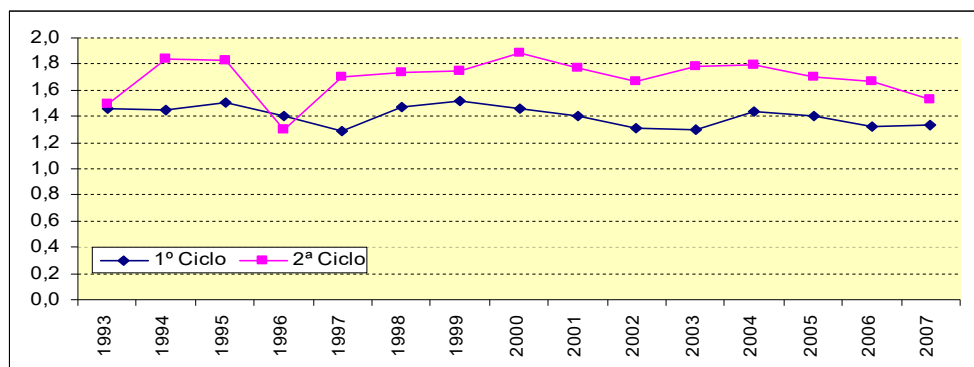
No ESG1 os professores leccionam 24 tempos lectivos⁶ por semana e no ESG2 leccionam 20 tempos lectivos, contra os 30 tempos lectivos de aulas por semana que cada turma tem. Neste sentido, a relação ideal de professores por turma no ESG1 deve ser de 30/24, ou seja 1,25 professores por turma e, no ESG2, 30/20, ou seja, 1,5 professores para cada turma.

No ESG1 a média nacional situa-se em pouco menos de 1,3 professores por turma e no ESG2, pouco menos de 1,6 professores por cada turma. Porém, esta situação não reflecte as disparidades existentes no país, pois no ESG os professores leccionam por disciplina e, em certas províncias verificam-se faltas de professores, sobretudo para as áreas de Ciências Naturais e Desenho. Há registos de províncias que têm professores com cargas horárias excessivas, ultrapassando o permitido pelo regulamento. Os professores nestas condições não podem receber a remuneração de todas as horas extras leccionadas, o que contribui para a sua

⁶ Um tempo lectivo equivale a 45 minutos.

desmotivação. Pelo contrário, ao nível dos grandes centros urbanos, existem casos de professores que não completam as cargas horárias.

Gráfico 8: Evolução do rácio professor por turma e nível de ensino no ESG



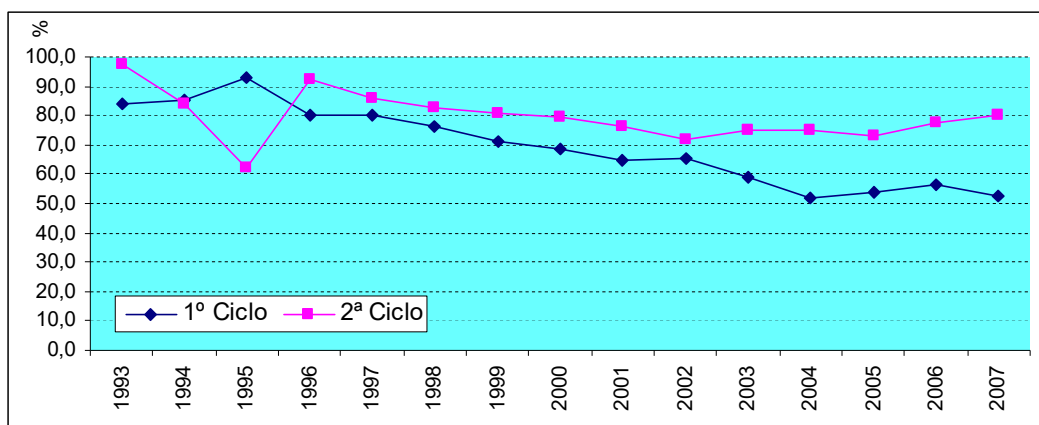
Fonte: MEC

Assim, de acordo com o gráfico 8, observa-se que, entre 1993 e 2007, o rácio aluno professor no ESG1 tem variado entre 1,3 e 1,5 professores, enquanto no ESG2 vem oscilando entre 1,3 e 1,9. A partir de 2004, nota-se que o rácio professor por turma tende a baixar, em ambos os níveis de ensino, o que permite constatar que, de um modo geral, o número de professores existentes está a diminuir (há menos contratações de professores em relação aos alunos admitidos), resultando na sua utilização mais intensiva.

2.6.2.3.1 Professores com formação pedagógica

Conforme o gráfico 9, o comportamento da proporção de professores com formação, tendo em conta os dois níveis do ESG, registou duas tendências, ou seja, enquanto no ESG1 tem estado a diminuir desde 1996, no 2º Ciclo registou a mesma tendência até 2002, tendo assumido um comportamento contrário até 2007.

Gráfico 9: Evolução da proporção de professores com formação pedagógica⁷



Fonte: MEC

Enquanto que no ESG1, em 2007, a proporção de professores com formação pedagógica é de 52,7%, no ESG2 é de 80%, uma diferença significativa entre os dois níveis. A redução que se tem verificado no ESG1 é consequência do recrutamento de professores sem formação pedagógica, de modo a fazer face à elevada procura dos serviços de educação. É também consequência da fraca capacidade de formação de professores e das dificuldades financeiras que as províncias enfrentam para suportar os custos da contratação de professores com a formação pedagógica exigida. A expansão do ESG1, sobretudo nos distritos, tem sido impulsionada parcialmente com recurso a professores do EP, que mesmo tendo formação pedagógica, não estão habilitados para leccionar este nível de ensino.

Em 2007 a proporção de professores com formação pedagógica, por província, no ESG1 variou entre 29,7% e 82,2% e no ESG2 entre 50,8% e 100%. Estas cifras demonstram a existência de disparidades importantes entre as províncias, sobretudo no ESG1, o que sugere a adopção de procedimentos que permitam melhorar o equilíbrio na afectação de professores com formação pedagógica.

A formação de professores para ESG1 é uma questão central para assegurar a melhoria da qualidade de ensino, pois a procura continuará a aumentar devido ao número crescente dos novos ingressos no ESG1.

Neste momento, para o ESG funcionam os cursos de formação de professores de 12^a + 1, introduzidos em 2007. Estes cursos, leccionados pela Universidade Pedagógica, são monovalentes e têm a duração de um ano. Os graduados destes cursos deverão leccionar o ESG1.

Decorrem, em várias universidades do país, cursos de formação de professores de nível de bacharelato e licenciatura. Tanto na UEM como na UP, estes cursos são monovalentes e os professores formados estão habilitados a leccionar qualquer classe do ESG.

⁷ Professores com formação pedagógica são todos aqueles que frequentaram Instituições de Formação de professores e obtiveram o certificado de docência.

2.6.2.4 Tempo lectivo

O *Fast Track Initiative* (FTI)⁸, assim como o PEEC, identificaram a insuficiência do tempo lectivo como um dos principais constrangimentos para se atingir a qualidade de ensino desejada, sobretudo no Ensino Primário, apesar do mesmo fenómeno também se verificar no ensino secundário. O tempo lectivo tem um efeito importante na interacção entre os alunos e os professores e permite que os professores possam cumprir integralmente os programas de ensino, desenvolver actividades práticas e outras, com vista a elevar a qualidade da aprendizagem na escola.

O tempo lectivo nas escolas moçambicanas depende de dois elementos essenciais. Por um lado, do calendário escolar, que varia de ano para ano e do sistema de avaliação, sobretudo no que diz respeito aos exames e ao período de matrículas, que consomem cerca de 3 meses. O calendário escolar de 2007 era de 33 semanas para as classes com exames e 35 semanas para as classes sem exames. Por outro lado, o período de aulas é de 4,5 horas diárias, ou seja, 6 tempos lectivos de 45 minutos cada, nos cursos diurnos. Os cursos nocturnos têm, diariamente, um tempo lectivo a menos, devendo cumprir com o mesmo programa de ensino, o que agrava a sua situação.

O tempo lectivo em Moçambique é reduzido, quando comparado com os países da região. Pesquisas mostram que o tempo médio varia entre 39 a 40 semanas lectivas por ano com 5 a 6 horas por dia. Comparando estes dados com os outros países, sobretudo ao nível da SADC, constata-se que o número de horas lectivas anuais, incluindo o tempo para os exames, varia entre 950 e 1025, sendo a norma aproximadamente igual a 970⁹. Esta média é equivalente a 39 semanas de aulas com 25 horas semanais (5 horas por dia). No caso de Moçambique, o tempo lectivo situa-se entre 619 horas no curso nocturno e 780 horas por ano no curso diurno¹⁰.

Considerando este quadro, torna-se evidente que o número de aulas deve ser incrementado, criando condições que permitam maior interacção entre o professor e o aluno para o alcance dos resultados previstos no currículo. Esta medida vai exigir a introdução de alterações no calendário escolar, concretizando, desta forma, um dos objectivos traçados no PEEC.

O aumento do tempo lectivo resulta em ganhos em relação à melhoria da qualidade de ensino, pois os alunos, neste caso vertente, vão dispor de mais tempo para as aulas práticas, na perspectiva do ensino profissionalizante.

⁸ Parceria internacional lançada em 2002, para assegurar financiamento para os países em desenvolvimento que se encontravam em risco de atingir o objectivo de conclusão do ensino primário e das metas de desenvolvimento do milénio para a Educação.

⁹ Comparação do TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study) em 42 países

¹⁰ Calculado pela equipa de trabalho, com base no documento das Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o período de 2007 a 2009, Maputo, Novembro de 2006.

2.6.2.5 Materiais de ensino

A reforma curricular do EP introduziu novas estratégias para a provisão de livros escolares neste nível. No EP os livros são aprovados pela Comissão de Avaliação do Livro Escolar (CALE) e são distribuídos gratuitamente para professores e alunos em todo o país.

No entanto, no ESG não há livros aprovados e a política sobre esta matéria precisa de ser estabelecida. Algumas editoras e empresas assumiram a responsabilidade de desenvolver materiais de ensino para o ESG que se encontram à venda no mercado. Para além destes, existem ainda outros manuais e textos de apoio para o ensino secundário. Porém, os professores não dispõem de manuais que os orientem nas suas actividades diárias, ao contrário do que acontece no ensino primário. Algumas escolas recomendam a utilização dos materiais existentes, mas nem todos alunos adquirem os materiais exigidos pois não existe obrigação para o fazerem.

Verifica-se que a maior parte dos alunos do ESG não dispõem de livros e de outros materiais de ensino, mesmo em escolas da Cidade de Maputo. A situação dos livros é mais crítica nas províncias e nos distritos, pois as famílias não dispõem de fundos para os adquirir. Nas cidades, grande parte das escolas dispõem de bibliotecas escolares que lhes permitem conservar algum material para consulta, facto que não acontece nos distritos, em virtude destas enfrentarem mais dificuldades para obter e conservar o referido material.

À semelhança do que acontece com os livros, os materiais e equipamentos para laboratórios são insuficientes. As escolas das cidades foram construídas com salas para laboratórios. Os laboratórios exigem, para o seu funcionamento, a instalação de água, gás ou energia eléctrica que nem sempre está disponível nas regiões distantes dos centros urbanos. A sua manutenção é onerosa e muitas escolas não conseguem utilizar estes espaços para os fins para que foram construídos. Por este motivo, os alunos não realizam as actividades práticas exigidas pelas disciplinas de Ciências Naturais, constatação feita através do estudo realizado pelo então Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), que indica a existência de “uma fraca cultura de ciência e tecnologia nas escolas secundárias”¹¹.

A Estratégia para a solução destes problemas exige alternativas inovadoras que vão desde a formação dos professores até à colocação de livros e manuais escolares, materiais e equipamentos de laboratório menos onerosos, partilha de custos e ainda um currículo e uma gestão escolar flexíveis.

2.6.2.6 Taxas de reprovação e repetição

No ESG1 público, as taxas de reprovação (26,8%) e de desistência (5,3%) ultrapassaram, em 2006, os 30% no turno diurno e no nocturno os 40%. No mesmo ano, o ESG2 público registou uma taxa média de reprovação (22,3%) e de desistência (9,8%), com maior incidência na 12 (40%). No ESG2, turno nocturno, estas taxas atingiram níveis elevadíssimos, tendo superado os 45% e na 12ª classe 69%.

¹¹ Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Maputo, 2007

Em 2006, o ESG público, diurno e nocturno, registaram elevadas taxas de repetição, que variaram entre os 19% e 8%, no ESG1 e ESG2, respectivamente. As taxas de reprovação contribuem para o aumento das desistências, enquanto que as de repetição reduzem a capacidade de aumentar a oferta de lugares para novos ingressos. De um modo geral, quer a desistência, quer a repetência encarecem os custos unitários por aluno graduado, pois não contribuem para a maximização dos recursos financeiros alocados para o funcionamento do sistema educativo.

Este desperdício escolar é consequência de vários factores entre os quais se destacam o currículo, o sistema de avaliação, a insuficiência de professores com formação psico-pedagógica, métodos de ensino expositivos, a falta de materiais de ensino, que aliados a uma fraca supervisão e apoio pedagógico tornam este nível de ensino ineficiente.

2.6.3 Capacidade Institucional

A reforma do sector público já realizou mudanças significativas nos processos de gestão do ensino, em particular do ESG. Do conjunto de reformas, é importante destacar a descentralização da nomeação dos directores de escolas do primeiro ciclo para o nível provincial. Contudo, ainda prevalece a gestão centralizada das direcções de escolas do ESG2.

Não existe uma carreira definida de director de escola. Os directores das escolas do ESG, entre outros critérios, são nomeados tendo como base a sua experiência profissional enquanto professores, sem passarem por uma formação específica na área de gestão.

Todavia, o processo de descentralização encontra-se bastante avançado. Neste momento, os distritos têm competências para o recrutamento dos professores e outros funcionários, em função da planificação distrital.

Num contexto de cada vez maior descentralização, o desafio do ESG será o de assegurar uma contínua melhoria da capacidade de planificação e gestão deste nível de ensino. Os distritos deverão ser capazes de preparar planos de expansão do ESG em perfeita articulação com a capacidade de absorção dos graduados do EP.

A melhoria da qualidade do ensino obriga a uma maior disponibilidade de materiais de ensino que terão que ser distribuídos pelos distritos e administrados a nível da escola. A capacidade de apoio e supervisão instalada nas SDEJT deverá ser reforçada para permitir um melhor acompanhamento deste nível de ensino. A área das construções escolares deverá igualmente ser melhorada para assegurar que os distritos possam administrar programas a nível local, à semelhança do que já vem sendo feito no EP.

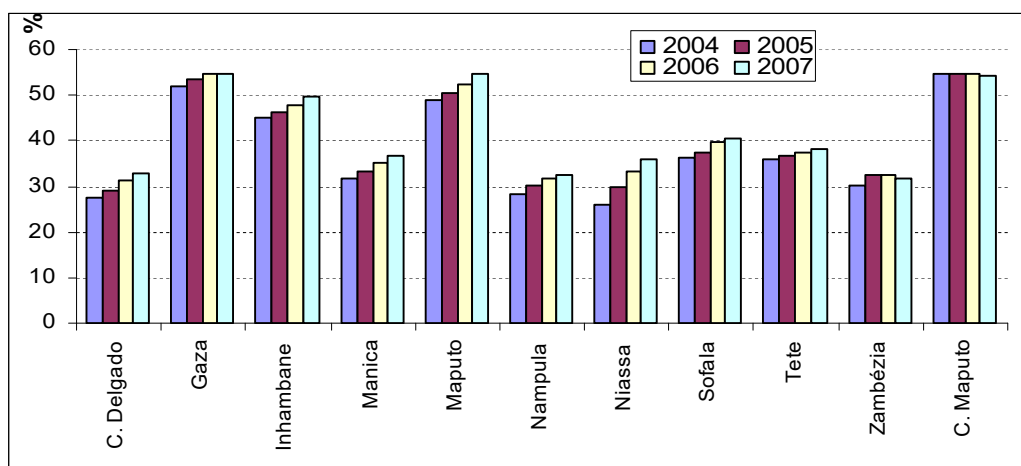
2.6.4 Questões transversais

A problemática das disparidades de género e de saúde escolar no ESG, assim como o HIV/SIDA, tem impacto negativo no funcionamento do sistema educativo.

2.6.4.1 Género no ESG

As disparidades de género no ESG são ainda elevadas, favorecendo uma maior frequência escolar dos rapazes comparativamente às raparigas. Nas províncias de Maputo, Gaza e Maputo cidade, a proporção de raparigas, no ESG1, é superior a 50%, enquanto que nas províncias do centro e norte a proporção das raparigas é inferior à dos rapazes, ou seja, as oportunidades de frequência e retenção escolar favorecem os rapazes. Contudo, no ESG1, em média, a proporção de raparigas passou de 41% em 2004, para 43,3% em 2007.

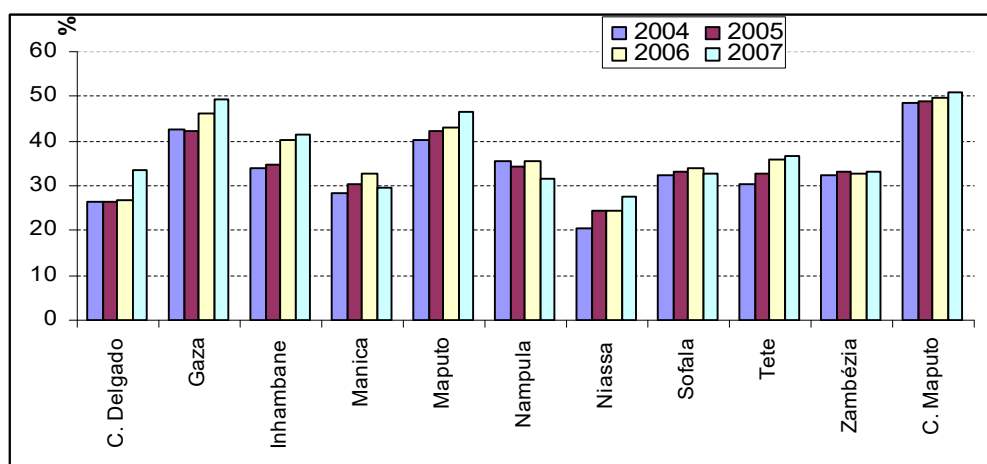
Gráfico 10: Evolução da proporção de raparigas no ESG1, 2004/2007



Fonte: MEC

A proporção de professoras é igualmente baixa, apesar de manifestar uma tendência positiva nos dois ciclos do ESG. Em 2004 apurou-se uma proporção de professoras na ordem dos 15% no ESG1, cifra que aumentou para 16% em 2007.

Gráfico 11: Evolução da proporção de raparigas no ESG2, 2004/2007



Fonte: MEC

As cifras apuradas no ESG2, nas províncias de Gaza e Cidade de Maputo mostram uma evolução positiva da participação feminina no ESG2. As províncias de Manica e Niassa registam as cifras mais baixas, com menos de 30% de frequência escolar feminina. Em média, a proporção das raparigas no ESG2 evoluiu ligeiramente, tendo passado de 39% para 40% entre 2004 e 2007.

A proporção de professoras no ESG2 aumentou de 12,7% em 2004 para 19% em 2007.

A equidade de género no ESG passa pela superação do problema a montante, ou seja, o aumento da frequência e da conclusão do Ensino Primário por parte das raparigas.

2.6.4.2 Saúde escolar e HIV

A saúde escolar afigura-se como um grande problema no ESG. As escolas não dispõem de espaços apropriados para a assistência e primeiros socorros aos alunos, bem como centros de aconselhamento. Os professores também não são formados em matérias de saúde, o que torna ainda mais difícil o apoio aos alunos.

O HIV constitui uma ameaça para os alunos no ESG, dado que se encontram numa idade sexualmente activa e, portanto, de risco.

Os professores também correm grandes riscos de serem afectados. Estimativas do UNAIDS indicam que cerca de 16,1% da população estava afectada pelo vírus do HIV em 2005. Segundo o relatório da UNAIDS de 2007 as taxas de prevalência do HIV em Moçambique tendem a aumentar.

2.6.5 Financiamento do Ensino Secundário

O ensino secundário é financiado por duas fontes fundamentais: o Estado e os encarregados de educação. O Estado participa com a maior parte do financiamento para o ensino público (salários dos professores, e outras despesas correntes), custeando ainda as despesas salariais em algumas escolas comunitárias sem fins lucrativos. Os encarregados de educação financiam, através das propinas, parte das despesas das escolas públicas e comunitárias assim como o total das despesas das escolas privadas. Nas escolas públicas as contribuições dos pais servem para o pagamento de eventuais trabalhadores (guardas, outro pessoal auxiliar), energia e água.

Embora exista o regulamento de propinas, o mesmo encontra-se desactualizado e, portanto é pouco utilizado. As taxas de matrícula e de propinas são acordadas entre os Conselhos de Escolas e as respectivas direcções para posterior aprovação pelas DPEC's. As contribuições variam entre 100 a 350 Mt por ano, consoante o nível, o turno e a localização da escola.

Nas escolas comunitárias e privadas estes valores são mais elevados chegando a atingir cerca de 45.500,00 Mt por ano (1820,00 USD). Estes valores são pagos pelos pais e financiam todos os custos operacionais das mesmas.

O custo corrente anual por aluno nas escolas secundárias públicas varia de acordo com a qualificação dos professores e o tamanho das turmas, sendo que os encargos salariais representam a maior proporção das despesas do Estado.

O custo corrente unitário por aluno/ano do ESG1 nas escolas públicas está estimado em 2.000,00 Mt e no ESG2 4.600,00 Mt. No ESG1 os custos salariais representam cerca de 72% do total da despesa e no ESG2 são de 60%. Estes custos foram estimados, na base do modelo de simulação, considerando uma certa proporção de professores por tipo de formação¹², as demais despesas administrativas e de funcionamento (energia, água). Nestes cálculos não foram incluídas as contribuições dos pais devido à insuficiência de informação.

Normalmente, as escolas funcionam com os dois níveis de ensino, o que torna complexa a separação de custos pelo ESG1 e ESG2. É ainda importante salientar que neste momento algumas despesas do ensino secundário, como livros e materiais para laboratório, não são suportadas pelo Estado de uma maneira sistemática.

O internamento é também financiado pelo Estado, sobretudo no que se refere ao pagamento de salários, despesas de funcionamento e de alimentação. Neste domínio, os pais contribuem com valores que vão desde os 300,00 a 3.000,00 Mt anuais, dependendo da localização do centro internato. O custo do internamento foi calculado em cerca de 17.000,00 Mt por aluno por ano.

Para além da contribuição do Estado e das famílias no funcionamento das escolas públicas tem havido, embora em pequena escala, iniciativas locais de cooperação entre as escolas e o empresariado local, resultando desta a intervenção na manutenção, aquisição de bens e equipamentos para as escolas secundárias. As escolas públicas também obtêm fundos através do aluguer de centros sociais e outras instalações a privados. Finalmente, tem havido acções

¹² Segundo o modelo de simulação, em 2006, o ESG1 tinha 80% de professores de nível médio ou inferior, 8% de professores bachareis e 12% de licenciados, enquanto que no ESG2 41% dos professores eram de nível médio, 15% bachareis e 44% eram licenciados.

de gemelagem entre escolas moçambicanas e escolas fora do país que têm resultado na concessão de apoios para as primeiras.

2.7 O Problema do Ensino Secundário

Actualmente, no ESG e Técnico e Profissional, tem-se observado o crescimento sistemático da procura escolar em todo o país, como resultado da melhoria das taxas de conclusão do EP. Porém, o Governo não tem capacidade suficiente para providenciar a oferta escolar a todos os graduados daquele nível com a qualidade desejada.

É evidente que o aumento do número de efectivos escolares no nível secundário, nalguns casos, não é acompanhado da criação de condições materiais, financeiras e humanas para assegurar a melhoria da sua qualidade. Por isso, é importante a adopção de estratégias para a contenção de ingressos, por forma a garantir a qualidade de ensino aceitável. Isto significa dizer que a universalização de um ensino de 10 classes é um objectivo de longo prazo. A curto e médio prazos, o Estado não terá capacidade de expandir a rede escolar para absorver todos os graduados do ensino primário e garantir, ao mesmo tempo, a qualidade de ensino.

O número de matrículas no ensino secundário tem aumentado essencialmente por intermédio do crescimento excessivo do tamanho de escolas e do aumento do tamanho das turmas, devido à fraca capacidade de construção de novas salas de aula. Paralelamente, esse mesmo crescimento é feito com recurso a professores e instalações do ensino primário e sem livros e materiais de ensino suficientes para todos os alunos. Esta situação afecta o cumprimento das metas de desenvolvimento do milénio e tem consequências negativas para a qualidade da formação dos alunos. O sistema é ainda afectado por altas taxas de reprovação e de desistência.

Por este motivo o Governo terá que, a médio prazo, dar resposta aos seguintes problemas:

- Como assegurar a expansão do ensino secundário e garantir a qualidade de ensino?
- Como adequar o currículo às novas exigências do desenvolvimento sócio-económico do país e da integração regional?
- Como reduzir o desperdício escolar (reduzir as altas taxas de reprovação e de desistência)?
- Como atender às necessidades dos alunos que não encontram lugar nas escolas do ensino secundário?
- Como promover a participação do sector privado e da sociedade civil, pais e encarregados de educação no financiamento da educação?
- Como aumentar o financiamento ao Ensino Secundário Geral?

3. Principais Acções Estratégicas

O diagnóstico do sistema do ESG realizado, no capítulo anterior, identifica os principais constrangimentos do ESG, que devem ser solucionados no sentido de melhorar o desempenho deste nível de ensino. O principal objectivo, a médio e longo prazos, é de aumentar o acesso a uma educação de qualidade, introduzindo gradualmente um ensino básico de 10 classes em todo o país. Neste momento, o sector está a trabalhar para assegurar a universalização da escolaridade básica de 7 classes até 2015. Assim, os objectivos e metas da estratégia são:

- Aumentar a actual taxa bruta de escolarização de 35% para 70% em 2015, incluindo os alunos do Ensino particular (15% do total dos alunos matriculados);
- Alcançar, no ESG1, cerca de 1,2 milhões, dos quais 1,1 Milhões no ensino público e 180 mil no privado, o que significa incrementar o número médio de alunos a um ritmo anual de 11%.
- Alcançar no ESG2, a meta de 37% de escolarização bruta em 2015, partindo dos actuais 7%. O ESG2 público alcançará os cerca de 390 mil alunos e o ensino particular irá matricular 80 mil alunos. O crescimento anual médio será de cerca de 20%.
- Melhorar a qualidade de ensino, particularmente no que respeita às áreas da comunicação, matemática, ciências e informática.
- Assegurar oportunidades de formação para os alunos que não completem o ESG1, assim como para aqueles que concluem o ESG1 e não ingressam no ESG2.

Para o efeito, o Governo deverá investir na formação de professores, em particular nas áreas de Ciências, Matemática e Informática, na reforma curricular, na construção de salas de aula e na distribuição de materiais escolares. O processo de ensino e aprendizagem deverá ser acompanhado através de um sistema de supervisão descentralizada e a qualidade de ensino monitorada através de um sistema de avaliação da aprendizagem.

No sentido de se alcançarem as metas definidas o Governo deverá continuar a manter o financiamento ao sector da Educação Cultura em torno dos 20%, devendo o sector internamente aumentar a proporção do financiamento ao ensino secundário geral dos actuais 15% para os 35% em 2015.

Pré-condições que afectam as metas

O alcance das metas depende:

- Das condições de evolução dos novos ingressos na primeira classe
- Da eficácia interna do Ensino Primário (reprovação, repetição, desistência) e da taxa de transição entre o EP1 e EP2.

Assumindo que (i) a taxa bruta de escolarização no EP1 vai reduzir dos actuais 169% em 2007 para os 100% em 2011, (ii) que haverá melhorias no aproveitamento escolar e que as taxas de aprovação definidas no PEEC II atingirão efectivamente os 90% no EP, o total de alunos matriculados na 7ª classe poderá alcançar os 520 mil ou 670 mil, caso as taxas atinjam os 95%. Isto significará duplicar, em 2011, o número de alunos matriculados na 7ª classe em 2007 (307 mil alunos).

A outra variável é a taxa de transição entre o EP2 e o ESG1 que é a relação entre o número de novos ingressos na 8ª classe e o número de alunos graduados na 7ª classe no ano anterior. A taxa de transição deverá decrescer entre 2009 e 2015, uma vez que o crescimento das matrículas na 7ª classe vai exceder largamente o crescimento de espaços disponíveis na 8ª classe. As projecções indicam que a taxa de transição entre o EP2 e o ESG1 no ensino público vai situar-se em 50% e em 15% no Ensino particular, totalizando 65%, até 2015. Por seu turno, no ESG2 as matrículas são determinadas pelo crescimento das matrículas no ESG1 e entre estes dois níveis a taxa de transição nas escolas públicas irá situar-se no 37% e para as escolas privadas e comunitárias em 12,5%, totalizando 50%, até 2015.

Um aumento da taxa de transição entre o EP2 e o ESG1 público para 60% em 2011, comparado com o que é agora assumido pelo modelo (50%), levaria a um aumento das necessidades em espaços para 70 mil crianças adicionais em 2011 e para 130 mil crianças em 2015, implicando o aumento das necessidades de construções escolares e de novos professores, materiais e equipamentos. Esta alteração nas taxas de transição entre o EP2 e ESG1 elevaria também a necessidade de novos lugares no ESG2 de 2.500 em 2011, para os 73 mil em 2015.

Caso a taxa de conclusão no EP2 aumente para os 60%, em 2011, o que é o mais provável, a taxa de transição entre o EP2 e o ESG1 poderá manter-se nos 73%.

Com vista a atingir as metas traçadas, o MEC propõe-se a implementar as seguintes acções estratégicas a curto, médio e longo prazo:

3.1 Acesso

A admissão na 8ª e 11ª classe será feita com base em quotas definidas anualmente entre o MEC e as províncias. Serão seleccionados para ingresso:

- os alunos de menor idade;
- alunos com melhor aproveitamento escolar na 7ª classe e 10ª classe;

As direcções provinciais deverão assegurar o cumprimento das metas definidas, tendo em atenção critérios de equidade de género,

As turmas do ESG não deverão exceder os 55 alunos. Esta norma permitirá um ambiente de trabalho propício para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem com qualidade.

No âmbito da constituição das turmas, os alunos mais novos, sempre que possível, deverão preencher as vagas dos cursos diurnos e os de maior idade serão encaminhados para os cursos nocturnos ou beneficiar de outras formas de educação e formação.

A redução do desperdício escolar terá um impacto positivo no funcionamento do sistema educativo porque vai promover um maior fluxo de alunos entre as diferentes classes e permitir que mais graduados do EP2 tenham acesso ao ESG1. Para assegurar a redução do desperdício escolar, o aluno só pode reprovar uma vez em cada ciclo do ESG. Esta medida visa melhorar o desempenho escolar dos alunos e responsabilizar os pais e ou encarregados de educação no acompanhamento dos seus educandos.

A tabela 3, abaixo mostra o número de alunos a matricular anualmente em cada um dos níveis de ensino.

Tabela 3: Número de alunos previsto no ESG1 e ESG2 entre 2009-2015

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ESG1 Público	722.46 9	805.89 1	898.006	954.121	1.032.67 4	1.065.48 4	1.069.23 8
ESG1 Privado	103.93 8	119.94 1	137.945	150.519	167.300	176.823	181.723
Total ESG1	826.40 7	925.83 2	1.035.95 1	1.104.64 0	1.199.97 4	1.242.30 7	1.250.96 1
ESG2 Público	161.11 0	212.91 6	266.327	307.467	340.275	369.888	387.382
ESG2 Privado	30.056	40.585	51.495	59.982	66.910	73.225	77.102
Total ESG2	191.16 6	253.50 1	317.822	367.449	407.185	443.113	464.484

3.1.2 Transição do Ensino Primário para o Ensino Secundário Geral

Conforme referido anteriormente, a transição do EP para o ESG irá atingir os 65%, o que significa que o ESG1 crescerá mais de 1.2 milhões de alunos em 2015. A taxa bruta de escolarização será de 70%. Ao mesmo tempo, no ESG2 será alcançada a cifra de 460 mil alunos, o que corresponde a uma taxa de transição de 50% e uma taxa bruta de escolarização de 37%.

Este crescimento significativo vai exigir maior eficiência na utilização dos recursos, isto é, a aceleração das construções escolares e a formação de professores suficientes para o ESG.

Estima-se que 45% de alunos que concluem o Ensino Primário anualmente não tenham lugares no ESG1. Estes alunos serão encaminhados para a formação profissional e para o ensino à distância. A estratégia prevê acomodar cerca de 10% destes jovens em programas de ensino à distância em 2015.

3.1.3 Abertura de novas escolas secundárias

A abertura de novas escolas secundárias deverá obedecer a certos mecanismos e prioridades por forma a corrigir as disparidades regionais que ainda se verificam. Com efeito, o Governo deverá priorizar não só a construção de novas escolas em distritos (11 distritos no ESG1 e 15 distritos no ESG2), onde ainda não existe em funcionamento o nível secundário, mas também conjugar este factor com a elevada demanda escolar.

- A construção de novas salas de aula em escolas do EPC será uma das formas para a expansão do ESG1, devendo, para o efeito, serem criadas condições para o funcionamento deste nível de ensino, nomeadamente a formação de professores, materiais escolares e criação de condições infra-estruturais.
- Tendo em conta a possível redução do número de alunos do Ensino Primário, (prevê-se a redução das taxas brutas de escolarização dos actuais 169% para os 100% em 2011), algumas escolas do EPC poderão albergar o ESG.

A construção de novas salas de aula em Escolas Primárias Completas (EPC) deverá ser a principal estratégia para a expansão da rede escolar do ESG, pois vai permitir a evolução das EPC para posterior integração do ESG1. A expansão do programa de construções escolares no ensino secundário vai garantir a:

- Promoção do acesso;
- Redução, não só do número de alunos por turma, mas também das distâncias entre casa e a escola;
- Redução da necessidade de internamento dos alunos;
- Redução do tamanho de escolas, o que permitirá melhorar a gestão escolar.

O envolvimento da comunidade em programas de construção de salas de aula será fundamental para o aumento da oferta escolar neste nível de ensino, bem como para a conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Condições para a abertura de novas escolas secundárias

O número mínimo de alunos que permite o funcionamento eficiente de uma escola secundária do primeiro ciclo é 270 alunos, numa situação em que a maior parte dos professores são formados para leccionar duas disciplinas. Isto permite a criação de 6 turmas de 45 alunos o que corresponderia a 7 ou 8 professores.

Para o caso dos professores leccionarem apenas uma disciplina, o número mínimo de alunos para o funcionamento eficiente de uma escola é de 540 alunos, distribuídos em 12 turmas de 45 alunos cada, com 18 professores.

Em ambos os casos, os professores são utilizados de forma racional, considerando que, a maior parte deles leccionam 24 tempos lectivos por semana. Em qualquer caso a escola necessita de pelo menos 4 a 6 salas de aula e um bloco administrativo.

Nos casos onde não existem condições para a criação de escolas secundárias, nos termos atrás descritos, o crescimento do ESG poderá ser feito através da sua introdução nas EPCs.

Os distritos, em colaboração com as comunidades, deverão identificar os locais onde existe a necessidade de construção de escolas. De igual modo, deverão elaborar um plano para a expansão de desenvolvimento da educação, tendo em conta as capacidades financeiras locais para a construção de salas e para o recrutamento de professores. Neste contexto, é fundamental o desenvolvimento da carta escolar, de plantas escolares para a construção com custos sustentáveis que vão servir de base para a planificação de novas construções e definição dos recursos necessários.

Durante o período da implementação da estratégia o Governo vai concentrar-se fundamentalmente na construção de salas de aula com sanitários e bloco administrativo essencialmente para acomodar os alunos. A construção escolar com apoio das comunidades e a custos comportáveis, tendo em conta o uso racional e eficiente dos recursos financeiros disponíveis, à semelhança do que já vem acontecendo no Ensino Primário, permitirá acomodar a expansão. A estratégia define um custo máximo de 400 mil Meticais por sala de aula.¹³

3.1.4 Definição de modelos de escolas secundárias e construção escolar

A necessidade de uma rápida expansão do ensino secundário exige a construção acelerada e a custos sustentáveis de escolas pequenas e junto das comunidades, com vista a reduzir as distâncias entre o domicílio e a escola. Entende-se por escolas pequenas aqueles que tem 10 a 12 salas de aulas, o que corresponde entre 500 a 1500 alunos. Escolas com estas dimensões

¹³ A introdução de um custo por sala permite calcular o custo total dos investimentos necessários para a expansão do Ensino secundário, tendo em conta as metas estabelecidas para os novos ingressos no ESG1 e os parâmetros de qualidade definidos pela estratégia

permitem uma melhor gestão pedagógica e administrativa, condições importantes para elevar a qualidade e a eficiência do ensino.

A definição de padrões mínimos de infra-estruturas que devem ser observados é essencial para se estabelecer um equilíbrio na construção de novas escolas secundárias. As infra-estruturas escolares devem ser de construção evolutiva, tendo em vista a concretização do desígnio da transformação de escolas do ESG em politécnicas. Igualmente, a construção deve obedecer às normas para o atendimento a alunos com necessidades educativas especiais. Assim, a Estratégia define como instalações básicas para o funcionamento de uma escola secundária:

- Salas de aulas com mobiliário escolar adequado e casas de banho em função do número de alunos e alunas existente. As escolas, em parceria com as comunidades, poderão aumentar o número de salas e de outras infra-estruturas para atender às necessidades específicas e ao crescimento dos efectivos escolares;
- Bloco administrativo composto por salas para a direcção, secretaria da escola, sala dos professores e um posto de saúde escolar, se forem escolas novas (nas EPCs deverá ser utilizado o bloco administrativo existente);
- Biblioteca escolar, que pode ser uma sala de aula adaptada para o efeito, com condições para a manutenção dos materiais escolares, protecção das intempéries, mobiliário adequado e luz suficiente;
- Sala multi-uso para a realização de aulas de Ciências Naturais, TICs e outras actividades (com acesso à energia eléctrica e água corrente);
- Casas para o director e adjunto pedagógico da escola e bloco residencial para os professores (em fases posteriores).
- Campos de jogos para a educação física e prática desportiva.

A área das construções escolares é uma das áreas chave para a concretização dos objectivos da estratégia do ESG. Considerando o rápido crescimento do ESG, o Governo deverá prestar particular atenção nesta área para assegurar escolas suficientes, rácios alunos/turma, em conformidade com as normas estabelecidas. A expansão do Ensino Secundário em escolas do Ensino Primário deverá ocorrer através da construção de salas para albergar a todos os alunos de modo assegurar boas condições infra-estruturais para ambos os níveis de ensino.

Entre 2009 e 2015, o país deverá construir anualmente, em média, 3.300 salas de aula, em todos os níveis do subsistema de educação geral. O custo de uma sala de aulas para o ESG deverá manter-se em torno dos 400.000,00Mt por sala, conforme mostra a tabela 4 abaixo.

Numa primeira fase, entre 2009 e 2012, há uma necessidade imperiosa de acelerar a construção, pois neste período o impacto do crescimento dos efectivos escolares no ESG será maior. Assim, entre 2009 e 2012 o sector vai necessitar de uma média de 4.200 salas anuais. A partir de 2013 a 2015 o número de salas necessárias, anualmente, deverá baixar para 1.300.

Até 2012, as construções de infra-estruturas de elevado custo devem ser evitadas privilegiando apenas a construção de salas de aula e blocos sanitários. A partir de 2012 novas políticas de construções poderão ser adoptadas e infra-estruturas adicionais construídas para acomodar outras necessidades (salas especializadas, casas e outras).

Tabela 4: Média anual de salas de aula necessárias para todos os níveis da Educação Geral

Nível de ensino	Média anual de salas necessárias 2007-2015	Custo médio por sala de aula (mil Mt)	Custo Médio Anual Total (Milhões de Mt)
EP1	800	300	240
EP2	1220	300	366
ESG1	930	400	372
ESG2	350	400	140
Total	3.300		1.118

Deverá ser mantida uma certa proporcionalidade entre as áreas destinadas à administração escolar e as áreas para leccionação.

A construção de casas para os directores e adjuntos pedagógicos e residências para os professores visa assegurar que os professores qualificados possam ser colocados em regiões mais recônditas, por forma a assegurar a equidade no desenvolvimento deste nível de ensino.

Tendo em conta que algumas escolas secundárias do ESG já estão a funcionar em Escolas Primárias Completas, é necessário assegurar que as condições nelas existentes beneficiem, de forma equitativa, tanto os alunos do EP como do secundário. Para o efeito, a introdução do nível secundário em escolas primárias (salas anexas) deve ser antecedida da criação de condições adequadas para o funcionamento de ambos os níveis, sobretudo de construção de salas de aula adicionais, salas especializadas para as novas disciplinas do ESG e outras infra-estruturas.

Espera-se que a partir de 2012, a pressão sobre as necessidades de construção reduza e o Governo inicie um novo programa de construção de infra-estruturas adicionais, reabilitação e manutenção, melhorando as condições das infra-estruturas já existentes. Prevê-se que a manutenção e a reabilitação das salas de aula construídas a custos reduzidos varie entre os 3 e os 6% do total de salas existentes, o que significará um incremento do número de salas a reabilitar de 2.380 para as 4.570 salas.

Para o efeito, o MEC deverá desenvolver os protótipos de escolas assim como a carta escolar para orientar a construção de infra-estruturas tendo em atenção as necessidades territoriais priorizando os distritos com elevada procura escolar.

3.1.5 Educação Aberta à Distância

A Educação Aberta à Distância (EAD) afigura-se como uma modalidade para os jovens e adultos que pretendam continuar os estudos, incluindo aqueles que se encontram em locais distantes dos centros urbanos em que a procura não justifica a construção de uma escola mesmo que pequena.

O MEC vai promover, através do Instituto de Educação Aberta à Distância (IEDA) e do Instituto Nacional de Educação à Distância (INED), esta modalidade de ensino como forma de contribuir para a expansão do acesso ao ESG. Neste sentido, e como primeira acção, será desenvolvida a regulamentação da EAD, incluindo um sistema de avaliação, para flexibilizar o processo da sua implementação.

Para assegurar que os módulos produzidos correspondam ao novo currículo do ESG, será feita uma avaliação do material e realizadas as devidas correcções e adaptações necessárias. Os módulos da EAD serão utilizados como material instrucional adicional no ensino presencial.

A fim de implementar o programa de EAD, o MEC deverá formar tutores em número suficiente e assegurar a abertura (construção e apetrechamento) de 500 Centros de Recursos (1 centro de recurso para 240 alunos em média). A modalidade do EAD deverá acomodar cerca de 10% de alunos do ESG até 2015 e o financiamento desta será feito tendo em conta a partilha de custos com os beneficiários. Isto significará incorporar em programas do EAD cerca de 120 mil alunos em 2015. Para o efeito, serão definidos critérios de ingresso para cursos de EAD, de forma a assegurar a qualidade dos seus resultados.

O Ministério deverá considerar a necessidade de avaliar a eficiência (custo por aluno) dos cursos à Distância de modo a verificar as melhores formas de os implementar.

3.1.6 Cursos Nocturnos

Os cursos nocturnos foram concebidos para atender às necessidades dos adultos que, trabalhando durante o dia, pretendiam continuar os seus estudos, no período nocturno, com vista a melhorarem o seu desempenho profissional.

Contudo, ao longo do tempo e devido à grande pressão do elevado número de jovens que terminam o EP, os lugares do curso nocturno passaram a ser ocupados simultaneamente por ambos os grupos etários (jovens e adultos).

A frequência conjunta de jovens e adultos no ESG nocturno não contribui para melhorar a aprendizagem de ambos, pois as grandes diferenças de idades que se verificam dificultam a aplicação de estratégias de ensino específicas para cada grupo etário. Por esta razão, o MEC decidiu transferir os cursos nocturnos para a gestão da Direcção Nacional de Educação de Adultos. Neste sentido, deverão ser tomadas medidas para que as escolas criem condições que permitam a separação dos dois grupos. Os jovens deverão ser enquadrados num turno específico (3º turno) que será uma extensão do turno diurno. Por outro lado, os adultos serão integrados no turno nocturno, o qual terá um currículo específico e deverá adoptar estratégias de ensino orientadas para a aprendizagem do adulto.

3.1.7 Melhoria da eficiência interna no ESG

No ESG, cerca de 25% dos alunos reprovam anualmente. As reprovações constituem um grande desperdício de recursos no sistema de ensino em Moçambique e a sua redução constitui uma das prioridades do MEC. As taxas de reprovação contribuem para o aumento das taxas de desistências, repetições e ainda para reduzir as taxas de conclusão no ESG, condicionando negativamente o desempenho do sistema. Neste contexto, serão introduzidas medidas para melhorar a aprendizagem dos alunos. Estas medidas passam também por uma revisão profunda do sistema de avaliação, cuja filosofia será descrita mais adiante.

De acordo com o regulamento de avaliação em vigor, um aluno pode reprovar até duas vezes em cada ciclo do ESG. Uma das medidas a introduzir para melhorar o fluxo de alunos no sistema será a redução do número de reprovações admitidas no ciclo de duas para uma. Em paralelo, os alunos que reprovem deverão ficar sujeitos ao aumento para o dobro das taxas de matrícula e propinas estipuladas em cada um dos níveis.

Tendo em conta que um dos objectivos estratégicos do sector é melhorar a qualidade de ensino, o que passa, entre outros aspectos, pela redução das taxas de repetência, o MEC vai introduzir medidas para garantir que os melhores alunos tenham acesso ao ESG e Ensino Técnico Profissional Elementar e Básico (ETP). Neste sentido, serão estabelecidos critérios de transição dos graduados do EP para o ESG1 e ETP básico. Medidas idênticas serão adoptadas para a transição entre o ESG1 e ESG2. Note-se que no Ensino Técnico e Profissional existem em vigor os exames de admissão ao nível médio que regulam esta transição.

Os jovens que não respondam aos critérios estabelecidos poderão recorrer ao ensino particular, ao EAD e outros programas de formação profissional a serem estabelecidos conjuntamente com o ETP, o Ministério do Trabalho e o Programa Integrado de Reforma do Ensino Técnico Profissional (PIREP) para que possam integrar-se no mercado de trabalho.

3.1.8 Outras formas de educação e formação dos jovens

A implementação do novo currículo do EP vai contribuir para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, da qualidade de ensino, aumentando, desta forma, o número de alunos graduados, fenómeno importante tendo em conta o compromisso do sector de educação em alcançar a escolaridade primária universal até 2015. Esta melhoria do processo de ensino e aprendizagem aumentará a demanda escolar nos níveis de ensino subsequentes ao primário, com maior destaque para os ensinos secundário geral e técnico profissional e vocacional.

Ao mesmo tempo, o Governo será chamado a atender a jovens que não tenham concluído o EP, ESG e ETP. As estratégias a adoptar para atender estes jovens serão distintas. Para o efeito, o MEC, em parceria com outros intervenientes, deverá adoptar mecanismos que visem o atendimento destes jovens.

Para a concretização desta acção, o MEC, conjuntamente com outras instituições do Governo, da sociedade civil e do sector privado deverão adoptar mecanismos para a oferta de oportunidades de educação e formação profissional. Assim, é necessário consolidar a articulação entre as estratégias do ESG, ETPV (PIREP, Fundo de Desenvolvimento de Competências-FUNDEC) e Educação de Adultos (Educação Não Formal), de modo a definir-se acções comuns de enquadramento dos jovens em questão.

O subsistema da educação técnico profissional e vocacional, que neste momento absorve cerca de 5% dos graduados do EP, deverá aumentar a sua contribuição na educação e formação profissional de uma força de trabalho qualificada para reforçar o crescimento económico e tirar os cidadãos e as comunidades da pobreza. Para o efeito, a estratégia do desenvolvimento do ETP compreende o programa integrado da reforma de educação profissional (PIREP) e prevê, entre várias actividades, a construção de 22 escolas de Artes e Ofícios, 6 institutos técnicos, reabilitação e apetrechamento da rede de instituições de ETP e formação de 340 novos professores no novo currículo baseado em padrões de competência.

No âmbito da educação técnico profissional, particular destaque vai para o “FUNDEC, instrumento para apoiar a emergência de programas de Educação Profissional orientados para a procura, no âmbito do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP). Assim, o FUNDEC é um programa de carácter competitivo e vocacionado para dar resposta à demanda do mercado.

Neste sentido, a missão do FUNDEC é estimular a criação de programas de formação profissional inovadores que respondam de forma cabal às necessidades do mercado de trabalho. A perspectiva, a médio prazo, é de aumentar a capacidade de cobertura de jovens, o que significa passar dos actuais 14 000 beneficiários directos para o dobro

As instituições de educação e formação não tuteladas pelo Ministério da Educação e Cultura e a educação de adultos (educação não formal) constituem outras oportunidades de oferta escolar aos jovens, principalmente no que diz respeito à formação de habilidades e competências necessárias seu enquadramento nas respectivas comunidades e no mercado laboral.

Igualmente, o Governo reconhece e estimula a acção de explicadores, numa perspectiva de absorção de jovens e adultos fora do sistema educativo, de forma a prepará-los para realizar exames nacionais do sistema educativo, como alunos externos, cabendo ao MEC o papel regulador e fiscalizador desta actividade.

3.1.9 Internamento

O internamento constitui um pesado encargo para o ESG, pois envolve recursos financeiros avaliados em cerca de 17.000,00 Mt aluno/ ano. Todavia, em alguns casos, o internamento é incontornável, pois constitui um meio importante para assegurar o acesso ao sistema educativo dos jovens que residem em regiões distantes, desfavorecidos e órfãos. Considerando que o internamento é muito oneroso, o Governo deverá reduzi-lo, sempre que possível, transferindo paulatinamente a responsabilidade de gestão dos centros internatos para as entidades privadas e comunitárias.

No âmbito da ligação escola/comunidade, e na situação de insuficiência de espaço para acomodação dos alunos nos centros de internatos, o Governo encorajadas que os alunos possam ser acolhidos pelas comunidades locais, mediante uma comparticipação, a ser acordada entre as partes envolvidas. Este procedimento é aplicável aos que tenham de estudar numa escola sem internato, longe da sua zona de residência, matéria a ser regulamentada pelos órgãos competentes.

O Governo vai incentivar o internamento em instituições privadas através do pagamento de bolsas de estudo para os alunos mais necessitados, como forma de estimular o funcionamento destas instituições e reduzir os desequilíbrios regionais e de género no acesso ao ESG.

3.1.10 Jovens desfavorecidos e com necessidades educativas especiais

O acesso de jovens desfavorecidos e talentosos, assim como o acesso de jovens com necessidades educativas especiais será assegurado, por um lado, com recurso ao estabelecimento de mecanismos de isenção do pagamento de propinas e, por outro lado, através da adequação das infra estruturas e aquisição de materiais escolares apropriados para os jovens portadores de deficiências. O envolvimento da comunidade será crucial na definição das modalidades, níveis de assistência e respectivos beneficiários.

3.1.11 O papel do Ensino particular

O ensino particular constitui uma boa alternativa para dar resposta à procura pelas mais variadas formas de educação, incluindo a educação especial. O ensino particular é também uma opção para expandir a educação secundária para todo o país, incluindo as regiões distantes dos centros urbanos. As ONGs e instituições religiosas podem ser parceiras importantes do Governo neste processo.

A estratégia prevê manter a proporção de alunos no ESG1 e ESG2 em 15 e 20% até 2015. Esta proporção significará um aumento considerável do número total de alunos matriculados no ensino particular até 2015. Para que este aumento aconteça deverão ser tomadas medidas tendentes a simplificar os procedimentos para a abertura de escolas privadas, assim como outras medidas para assegurar o seu desenvolvimento.

O Governo poderá adoptar medidas de financiamento às escolas privadas e comunitárias que incluam o pagamento de propinas para os alunos mais necessitados, a redução ou eliminação das imposições aduaneiras e fiscais, o financiamento à construção de escolas, entre outras medidas. Um regulamento será estabelecido para assegurar o acesso das instituições privadas a estes mecanismos de apoio. As condições para que as escolas privadas e comunitárias acedam a este tipo de financiamento são as seguintes:

- O seu registo diante das estruturas competentes;
- A implementação do currículo nacional (os alunos têm que prestar exames nacionais);

- Acesso dos inspectores do MEC e outras instituições estatais;
- Matrícula de alunos desfavorecidos (incluindo os deficientes) que qualifiquem para os lugares disponíveis em proporção a definir.

De acordo com o diagnóstico realizado, o número de alunos matriculados no Ensino particular tende a reduzir lentamente em proporção do total de alunos do ensino público. Caso se mantenha esta tendência, a contribuição do ensino particular poderá baixar até 2012. A revisão do regulamento para a abertura deste tipo de escolas, assim como o seu financiamento, tem em vista incrementar a participação do sector privado e comunitário dos actuais 13 para 15% do total de alunos no ESG1. A estratégia prevê manter a proporção de alunos no ESG2 nos 20% até 2015. Isto significará aumentar o número de alunos nas escolas privadas do ESG1 de 45 mil em 2007 para 180 mil em 2015. O ESG2 vai ter que aumentar a participação das escolas privadas e comunitárias de 10 mil alunos em 2007 para cerca de 80 mil alunos em 2015.

Com vista a elevar ou manter a proporção de alunos no ensino particular, a estratégia propõe a revisão da legislação para a abertura e funcionamento das escolas privadas. O MEC deverá facilitar o estabelecimento do paralelismo pedagógico nas escolas privadas para que estas realizem os seus próprios exames finais, à semelhança das escolas públicas. Isto permitirá reduzir a pressão que as escolas privadas, sem paralelismo pedagógico, exercem sobre as públicas, sobretudo no período de realização de exames finais dos ciclos de aprendizagem.

O Governo deverá desenvolver parcerias com o sector privado para aumentar a participação deste na abertura de escolas e centros internatos. O Governo deverá considerar benefícios para as entidades privadas envolvidas na abertura e gestão de instituições de ensino privadas à luz da lei do Mecenato, aprovada em 1994. Esta lei, que estabelece os princípios básicos para o envolvimento das entidades públicas ou privadas no apoio a actividades em diversas áreas sociais, incluindo a cultura, será o principal instrumento que irá reger a parceria MEC sector privado na educação.

Em paralelo, o Governo deverá definir critérios para o financiamento das entidades privadas envolvidas no ensino, através do pagamento ou bolsas de estudo, para assegurar que os alunos de regiões onde não existam escolas secundárias possam ter acesso a este nível de ensino.

Tabela 5 - Acesso

Objetivos Estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e Metas	Pressupostos de reformas
Expandir rapidamente o acesso ao ESG1 com vista a tornar este nível de ensino acessível a todos os graduados do Ensino Primário e assegurar gradualmente a introdução do ensino básico de 10 classes.	Implementar a estratégia do ESG	Atingir a TBE de 70% no ESG1 em 2015; Atingir a TBE de 35% no ESG2 em 2015;	Adopção das medidas constantes da estratégia, construção e apetrechamento de escolas e formação e recrutamento de professores
	Desenvolver planos distritais para a expansão do ESG	Todos os distritos têm planos de desenvolvimento do ESG em 2010	
Assegurar o acesso equitativo ao ESG dando atenção especial às raparigas, jovens com necessidades educativas especiais e das regiões mais distantes.	Construção de novas salas de aula, com apoio das comunidades priorizando os distritos sem ESG1.	Todos os distritos têm, pelo menos uma escola do ESG1 pública ou privada em 2010; 60% dos distritos têm ESG2 em 2012	Monitoria a partir dos dados do Inquérito Demográfico de Saúde. (IDS).
	Atribuir bolsas de estudo para garantir que crianças carentes não sejam excluídas por dificuldades de pagamento das taxas de matrícula	Duplicar no ESG1 a proporção de crianças dos agregados familiares mais pobres até 20% em 2015	
	Apoiar as raparigas que se mantêm no sistema (EP2) com vista a melhorar o desempenho escolar;	Aumentar a proporção das raparigas no ESG1 até 50% em 2015;	

Objectivos Estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e Metas	Pressupostos de reformas
	Identificar crianças com necessidades educativas especiais, tipo de necessidades e providenciar-lhes oportunidade aprendizagem	Aumento da proporção de crianças com necessidades educativas especiais matriculadas no ESG;	Determinação dos dados de base em 2009 através do inquérito de 3 de Março; Avaliação de impacto em 2014;
Aumentar a construção de escolas para reduzir o tamanho das turmas, assegurando que os alunos estudem em condições adequadas de aprendizagem	Adoptar um programa de construções a custos sustentáveis com apoio das comunidades	Até 2012 construir anualmente cerca de 4.200 salas para o subsistema de educação geral, das quais 1.280 para o ESG De 2013 a 2015 construir por ano cerca de 1.300 salas EP1/EP2/ESG1/ESG2	As construções muito onerosas devem ser evitadas
	Expandir as EPCs para acomodar o ESG1	EPCs introduzem gradualmente novas salas para o ESG1	Reforma do SNE
	Estabelecer mecanismos para estimular a provisão do ensino secundário por provedores privados e comunitários Estabelecer critérios para financiamento à construção de escolas privadas e comunitárias	Proporção de alunos em escolas privadas ou comunitárias mantém-se em 15 % no ESG1 e ESG2	Revisão do regulamento para a abertura e financiamento às escolas privadas e comunitárias

Objectivos Estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e Metas	Pressupostos de reformas
	Definir metas anuais de ingresso no ESG1 e ESG2 tendo em conta a equidade de género, número de alunos por turma, assegurando que os alunos mais novos e os melhores qualificados tenham acesso.	Relação alunos/turma decresce até 55 em média, em 2015	Revisão do sistema de ingresso no ESG1 e ESG2
Providenciar oportunidades de educação para jovens	Concluir a elaboração dos módulos e criar centros de recursos para o funcionamento do programa de EAD no ESG	Materiais do EAD produzidos e centros de recursos e criados e equipados; Tutores formados em 50% dos distritos em 2012 10% de alunos do ESG matriculados em cursos de EAD em 2015	Estratégia para atender aos jovens desenvolvida e implementada; Estratégia e regulamentação da EAD desenvolvida e aplicada Finalizar a elaboração dos materiais compatíveis com o novo currículo Partilha de custos entre as partes envolvidas no EAD

Objectivos Estratégicos	Acções Estratégicas	Indicadores e Metas	Pressupostos de reformas
		5% dos jovens frequentam cursos vocacionais de curto prazo em 2015; 5% dos jovens frequentam cursos de educação não formal (adultos)	Política de assistência social aprovada e implementada Sinergias com outros Ministérios, sector privado e com o PIREP estabelecidas Desenvolvimento de um sistema de financiamento de formação profissional e vocacional

3.2 Qualidade

O Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC) identificou a qualidade do ensino como um dos principais constrangimentos do sistema e que necessita de ser melhorado de forma imediata. A solução do problema da qualidade de ensino no nível secundário requer um investimento significativo. Contudo, os benefícios que se prevêem reflectidos no aumento da eficiência do sistema, nomeadamente a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, vão certamente compensar o investimento realizado.

Neste contexto, o Governo vai desenvolver as suas acções prioritariamente para o estabelecimento de medidas sustentáveis que promovam a qualidade de ensino. O currículo, a formação de professores, a política do material escolar e o aumento do tempo lectivo constituem os aspectos mais importantes para garantir a qualidade no ESG.

Assim, o Governo estimula o surgimento de escolas de *excelência*, na base de um programa de identificação de escolas com o melhor desempenho escolar, de acordo com critérios a serem definidos. Estas escolas beneficiarão de apoio para adequar ao seu nível de desempenho. Igualmente, o Governo estimula os alunos talentosos através de concessão de bolsas de estudos dentro e fora do país, entre outros incentivos.

3.2.1 Novo currículo

O Programa do Governo e o PEEC orienta o MEC para a revisão curricular do ESG, de modo a torná-lo mais relevante e profissionalizante, ajustando-o às mudanças político-económicas e sócio-culturais ocorridas nos últimos tempos e como resposta às exigências da sociedade para o desenvolvimento de novas competências e habilidades para a vida por parte dos graduados, sobretudo os do ESG1.

Como forma de adequar o currículo às novas exigências do desenvolvimento socio-económico do país e da integração regional, a estrutura curricular do ESG foi orientada para dotar o aluno de uma formação integral e harmoniosa através do:

- Desenvolvimento de competências consubstanciadas na introdução progressiva das línguas nacionais, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesas e na Língua Francesa;
- Abordagem de ensino e aprendizagem orientada para a resolução de problemas concretos, numa perspectiva de interdisciplinaridade.
- Desenvolvimento de valores universais impregnados nas disciplinas e através de temas transversais que abordam questões candentes da actualidade.

O currículo procura integrar, entre outras componentes, os saberes locais e a educação cívica e para a cidadania, com vista a desenvolver nos jovens o espírito de tolerância e resolução pacífica de conflitos, aspecto determinante dado o contexto de emergência de uma sociedade multicultural e diversa, como resultado da grande mobilidade das pessoas. As novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), a necessidade da utilização racional dos recursos naturais, bem como a protecção do meio ambiente, tendo em atenção as mudanças climáticas e a educação para a saúde, constituem outras áreas de vital importância que são também tratadas no novo currículo.

A alternância entre o trabalho dentro e fora da sala de aula, através de círculos de interesse e de actividades junto à comunidade, foram as estratégias adoptadas para que o currículo do ESG seja implementado com êxito. Nesta perspectiva, enquadra-se também o desenvolvimento de actividades no âmbito da produção escolar. Para incentivar esta actividade deve existir maior interacção entre as aulas das disciplinas profissionalizantes e as actividades produtivas correspondentes. A avaliação nas disciplinas profissionalizantes deve conferir maior peso às actividades produtivas.

O currículo do ESG está organizado em áreas que, no ESG1, seguem a estrutura do EP, nomeadamente as áreas da Comunicação e Ciências Sociais, Matemática e Ciências Naturais e Actividade Práticas e Tecnológicas, que integram as várias disciplinas do ciclo. No ESG2 o currículo organiza-se de forma similar à do 1º ciclo, diferindo apenas na área das Actividades Práticas e Tecnológicas que é substituída pela de Artes Visuais e Cénicas.

O novo currículo do ESG propõe a introdução de mudanças importantes no processo de ensino e aprendizagem, com incidência no ensino centrado no aluno e para disciplinas opcionais e profissionalizantes, medidas de grande impacto para o sistema educativo. Assim, no currículo moçambicano, entende-se por Ensino Secundário Geral Profissionalizante, ao ensino baseado na abordagem transversal e multidisciplinar de conteúdos, com integração de componentes práticas do *saber fazer*, com o objectivo de desenvolver nos jovens

competências práticas que lhes possam ser úteis para a vida laboral, desenvolvendo uma profissão ou ofício e para o auto-emprego.

No âmbito das disciplinas profissionalizantes as escolas devem privilegiar o envolvimento de empreendedores e profissionais por forma a permitir a transmissão da sua experiência prática aos alunos e professores. Este envolvimento vai contribuir para potenciar a ligação teoria-prática.

Contudo, a introdução das novas disciplinas vai exigir redução da carga horária das disciplinas gerais no ESG1, a formação e colocação de professores e a melhoria da gestão escolar para as acomodar.

A implementação das disciplinas opcionais e profissionalizantes será mais complexa nos cursos nocturnos e vai obrigar as direcções das escolas a introduzir mecanismos de gestão apropriados para assegurar a operacionalização do currículo. No sentido de garantir a implementação do novo currículo, com a mesma qualidade de ensino nos cursos diurnos e nocturnos, podem ser consideradas as seguintes alternativas:

- A utilização dos sábados, para que os alunos dos cursos nocturnos possam ter o mesmo número de horas que os do curso diurno e assim acomodar as disciplinas profissionalizantes;
- A introdução de mais um ano para cada um dos ciclos do ESG nocturno;

Tabela 6: Plano Curricular do ESG1

ÁREAS	DISCIPLINAS	Horas por disciplina			Total 8ª 10ª Classe	% de tempo	Opcionais
		8ª Classe	9ª Classe	10ª Classe			
Comunicação e Ciências Sociais (40%)	Português	5	4	4	13	13,4%	Escolhe uma no ciclo entre: Línguas Moçambicanas, Artes Cénicas, Francês
	Inglês	3	3	2	8	8,2%	
	História	2	2	2	6	6,2%	
	Geografia	2	2	2	6	6,2%	
	Artes Cénicas, Francês, Línguas Moçambicanas	2	2	2	6	6,2%	
Matemática e Ciências Naturais (32%)	Matemática	5	4	4	13	13,4%	
	Física	2	2	2	6	6,2%	
	Biologia	2	2	2	6	6,2%	
	Química	2	2	2	6	6,2%	
Actividades Práticas e Tecnológicas (28%)	Educação Visual	2	2	2	6	6,2%	
	Educação Física	2	2	2	6	6,2%	
	TIC (na 10ª classe)			2	2	2,1%	
	Noções de Empreendedorismo		2	2	4	4,1%	
	Agro-pecuária, etc	2	2	2	6	6,2%	
	Reunião de Turma	1	1	1	3	3,1%	
Total		32	32	33	97	1,00	

Fonte: Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Documento Orientador, Maputo, 2007

No ESG2 o currículo está organizado em disciplinas de tronco comum (obrigatórias), disciplinas de áreas específicas (onde o aluno escolhe três) e uma disciplina ou módulos profissionalizantes (o aluno escolhe uma disciplina). O 2º ciclo está dividido em 3 áreas, nomeadamente: Comunicação e Ciências Sociais, Matemática e Ciências Naturais, Artes Visuais e Cénicas.

Para cada uma das opções do Plano Curricular do ESG2 os alunos terão um total de 10 disciplinas, das quais 6 serão obrigatórias e 4 opcionais. Das disciplinas opcionais, três permitem a comunicação com o ensino superior e uma é profissionalizante, o que dá ao graduado a possibilidade de aceder ao mercado de trabalho.

Tabela 7 – Plano Curricular do ESG2

ÁREAS	Disciplinas	Horas por disciplina		Nº horas 11a-12a classe	% de tempo
		11ª Classe	12ª Classe		
Tronco Comum (67,2%)	Português	5	5	10	16,4%
	Inglês	5	5	10	16,4%
	Filosofia	3	3	6	9,8%
	Matemática	3,5	3,5	7	11,5%
		3/4	¾		
	TICs	2	2	4	6,6%
Educação Física	2	2	4	6,6%	
Opção A (Comunicação e Ciências Sociais (Escolhe 3 disciplinas) (10,9%)	História	3	3	6	
	Geografia	3	3	6	3,3%
	Artes Cénicas	2	2	4	
	Línguas Moçambicanas	3	3	6	3,3%
	Francês	4	4	8	4,4%
5/3		5/3			
Opção B (Matemática e Ciências Naturais (Escolhe 3 disciplinas) (10,2%)	Geografia	3	3	6	
	Química	3	3	6	3,4%
	Física	3	3	6	3,4%
	Biologia	3	3	6	3,4%
Opção C (Artes Visuais e Cénicas (Escolhe 3 disciplinas) (10,5%)	Desenho e Geometria Descritiva	3	3	6	3,9%
		3	2	5	3,3%
	Educação Visual	2	3	5	3,3%
Disciplinas Profissionalizantes (1,3%)	Noções de Empreendedorismo, Agropecuária, Introdução à Psico Pedagogia	1	1	2	1,3%
1,3%	Reunião de Turma*	1	1	2	1,3%
Total				51	100%

* A aula de reunião de turma não tem efeitos para a formação de professores

Fonte: Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Documento Orientador, Maputo, 2007

O sucesso da implementação do novo currículo dependerá, segundo o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), de vários factores, entre os quais se destacam os sócio-económicos e políticos. Um aspecto importante para uma implementação adequada do novo currículo é, ainda segundo o PCESG, a “mudança na maneira de ensinar” que, “é mais

importante que qualquer manipulação estrutural ou de conteúdos do currículo”¹⁴. Assim, a implementação do novo currículo do ESG exige:

- Melhorar e consolidar a formação de professores, em regime presencial e a distância, para todos os subsistemas, tanto inicial como em serviço, incluindo a formação dos professores para as novas disciplinas;
- Provisão de materiais escolares e adaptação das escolas às necessidades da implementação do novo currículo;
- Melhoria da gestão escolar.

No âmbito da implementação do Currículo do Ensino Secundário, o MEC deverá desenvolver novos instrumentos de registo e gestão escolar que serão aplicados pelas escolas.

A Estratégia preconiza a introdução em 2010 de mais disciplinas profissionalizantes, com vista a responder a realidade actual e a necessidade de preparação dos jovens para a vida e sua inserção no mercado de trabalho. Neste contexto, a proporção de disciplinas profissionalizantes no currículo do ESG irá aumentar dos actuais 8% até 30%, variando em função das potencialidades das actividades sócio económicas que o local onde a escola se encontra inserida oferece. Este processo visa a transformação progressiva de escolas do ESG em politécnicas, fortalecendo as abordagens sobre o empreendedorismo.

No mesmo período, o MEC deverá realizar uma avaliação do Currículo do ESG para iniciar a preparação da 2ª fase da reforma. Um estudo neste sentido deverá ser conduzido para avaliar as melhores combinações de disciplinas a integrar no ESG1, como por exemplo, História e Geografia em Ciências Sociais e da Biologia, Física e Química em Ciências Naturais. Esta filosofia visa responder à necessidade de melhorar o equilíbrio entre o tempo e os conteúdos destinado às diferentes áreas de ensino, o que poderá ser implementado a partir de 2015.

Em todas as disciplinas deverá estar prevista a realização de actividades práticas, como forma de desenvolver no aluno as competências do saber fazer.

A longo prazo, o MEC deverá trabalhar na preparação de um currículo mais flexível, orientado para a universalização do ESG1 no quadro da integração dos sistemas educativos da SADC.

Numa primeira fase nem todas as escolas terão condições para a implementação do currículo no seu formato actual, quer pela falta de professores formados para as novas disciplinas, como pelo facto das escolas não disporem de espaços para leccionar as horas adicionais estabelecidas no novo plano curricular. Para estes casos, será importante que as escolas tenham autonomia para, sempre que tal aconteça, voltarem ao formato do currículo anterior, assegurando a ocupação plena dos alunos e professores.

¹⁴ Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Documento Orientador, Maputo, 2007, pag.75

3.2.2 Formação e contratação de professores

O sucesso da implementação do novo currículo dependerá, em grande medida, da formação e contratação de professores para todas as disciplinas, em quantidade suficiente. Entretanto, tendo em conta que o ESG1 tem sido gradualmente introduzido nas Escolas Primárias Completas (EPC), torna-se também importante que o programa de formação incorpore a capacitação dos professores das EPC para leccionarem o ESG1, isto é, o subsistema de formação de professores deverá adequar-se a estas novas exigências do desenvolvimento do ensino secundário.

Como mostra a tabela 8, o país vai necessitar nos próximos anos de uma média anual de cerca de 2.630 professores para o ESG1 e cerca de 1.200 professores para o ESG2 no ensino público, o que significa que o ESG vai precisar, em média, de cerca de 3.800 professores por ano. O número de professores necessários para os dois níveis varia de 4.000 em 2009 e atingirá o pico em 2011 com 4.720 professores necessários, seguido de um decréscimo nas necessidades de formação.

Tabela 8: Professores necessários para o ESG público no período 2009-2015

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ESG1	3.730	2.771	3.068	2.324	2.923	1.936	1.297
ESG2	904	1.519	1.653	1.581	1.183	948	717
Total	4.634	4.289	4.721	3.905	4.106	2.884	2.014

A contratação de professores suficientes, em função das necessidades e das exigências do processo de ensino e aprendizagem, é fundamental, pois vai contribuir para a redução do rácio de alunos por professor e melhorar a interacção entre ambos, aspectos importantes para a melhoria da qualidade de ensino. A proporção de professores necessários por disciplina e níveis de ensino está indicada nas tabelas 6 e 7 referente ao plano curricular, na coluna “% de tempo”.

Os professores do ESG1 serão formados em cursos de 12^a + 1 até 2012, altura em que será avaliado o programa para a definição de novas perspectivas. Para o ESG2 serão formados professores com o nível de bacharelato, através de instituições do ensino superior. Para todos estes cursos o MEC deverá assegurar a formação de professores bivalentes ou polivalentes a partir de 2009. Neste contexto, as Universidades deverão adaptar os seus cursos às necessidades definidas pelo Governo, de modo a assegurar a concretização da expansão deste nível de ensino para todo o país e sobretudo para as zonas rurais. Poder-se-á, igualmente, recrutar professores licenciados para o ESG2.

Para além da formação profissional, a formação dos professores vai ainda abranger outras áreas, dando a estes a possibilidade de uma melhor interacção com os alunos, em contextos diversos, de forma a responder às questões de género e aos alunos com necessidades educativas especiais. A gestão de turmas numerosas será, numa primeira fase, um aspecto importante da formação, uma vez que até 2012 não se prevêem grandes reduções no número de alunos por turma.

As áreas das Ciências Naturais e das disciplinas de Desenho e Inglês foram identificadas como críticas no que respeita ao desempenho escolar dos alunos. As estatísticas demonstram

que há falta de professores para estas áreas, com particular destaque nas zonas rurais. A solução deste problema constituirá um dos grandes desafios do MEC e seus parceiros.

Assim, a Estratégia de Formação de Professores deverá adoptar mecanismos que assegurem o incremento da formação de professores para as novas disciplinas, com maior incidência para Ciências Naturais, Desenho, Inglês e das disciplinas profissionalizantes.

Deverá ser implementado um sistema de bolsas de estudo e outros incentivos para motivar os candidatos a aderir aos cursos de formação de professores destas disciplinas. Em simultâneo, os professores com uma formação monovalente serão encorajados a frequentarem um segundo curso para que possam adquirir habilitações que os permitam leccionar uma segunda disciplina.

A formação dos professores para as novas disciplinas iniciou-se em 2008 nas proporções indicadas na coluna “% de tempo” das tabelas 6 e 7 e a formação dos professores para a disciplina das TIC deverá iniciar-se em 2010.

O MEC vai ainda capacitar os professores destas disciplinas que se encontram em exercício, actualizando-os em novas metodologias de ensino, incluindo a realização de experiências e aulas práticas, pois muitos destes professores nunca tiveram contacto com os materiais de laboratórios. As instituições de ensino superior serão as principais parceiras do MEC na elaboração e implementação de programas de capacitação destes professores.

Para incentivar a formação de professores polivalentes, a estratégia recomenda a instituição de um subsídio para os professores formados em mais de uma disciplina. A formação de professores bivalentes ou polivalentes será fundamental para assegurar que os professores estejam ocupados a tempo inteiro.

3.2.3 Programas de formação de professores à distância

Neste momento, a capacidade anual de formação de professores dos cursos de 12^a + 1, leccionados pela Universidade Pedagógica é de 1.300. Esta deverá ser aumentada para os 2.700 professores por ano a partir de 2009.

Prevê-se que o défice de professores para o ESG1 seja coberto, numa primeira fase, pelos professores das EPC (formados em cursos de 10^a + 1 ou 10^a + 2) que passam a leccionar o ESG1. Estes professores necessitarão de uma formação profissional em serviço para leccionarem o ESG. Cursos de formação à distância, combinados com uma formação presencial de curta duração, poderão ser adoptados para melhorar o desempenho destes professores na sala de aula.

Os cursos de formação à distância deverão permitir que os professores graduados dos programas de 12^a + 1 possam se formar numa segunda disciplina, desta forma as escolas pequenas poderão maximizar a sua utilização.

Para tornar os cursos de formação à distância eficientes será importante o envolvimento das IFPs (Instituições de Formação de Professores) no processo, uma vez que estas se encontram em todas as províncias, está mais próximas das escolas secundárias e têm pessoal qualificado e infra-estruturas que permitem a formação dos professores ao longo de todo o ano.

A transferência gradual da coordenação dos programas de formação de professores à distância para os IFP é também considerada uma alternativa sustentável para a expansão de um ESG1 de qualidade, numa perspectiva da introdução da escolarização universal de 9/10 classes em Moçambique. Esta transferência vai permitir que as IFP, para além de formarem e assistirem os professores, possam também proporcionar apoio pedagógico permanente e sistemático às Escolas.

As instituições de ensino superior, sobretudo a UP, deverão igualmente desenvolver cursos de formação à distância para os professores em exercício que se formaram por intermédio de cursos monovalentes de bacharelato e licenciatura.

Programa de capacitação dos professores das EPC para leccionarem no ESG1

O funcionamento do ESG nas escolas do EPC exige a capacitação dos professores primários. Uma das formas de realizar esta capacitação será através da introdução de cursos intensivos nas IFP durante as férias e intervalos lectivos. Para o efeito, o MEC deve coordenar a preparação (incluindo um estudo de viabilidade) e implementação dos módulos para a formação e de trabalhos práticos a serem realizados ao longo do ano.

Os professores formados nesta modalidade serão certificados, desde que completem com sucesso o número de módulos estabelecidos. A título de exemplo, os professores podem ser formados durante as férias e interrupções lectivas, em programas de 10 dias de formação presencial intensiva (6 horas por dia) nos IFP, recebendo por período de frequência um determinado número de créditos que, por sua vez, correspondem a um ano de formação profissional. O professor formado neste tipo de cursos pode ser promovido para a categoria subsequente e beneficiar de um incremento salarial.

3.2.4 Políticas de materiais de ensino

O ESG funciona com fortes carências do livro escolar, ao contrário do que sucede no EP. É também notória a falta de outros materiais didácticos, como mapas, materiais de laboratório, modelos diversos, entre outros. A falta de livros didácticos e de leitura dificulta a extensão do processo de aprendizagem para fora da escola. Os alunos, da maior parte das escolas, usam apontamentos das matérias leccionadas que são produzidos pelos professores. Este material não é suficiente, tendo em conta a necessidade de se diversificarem as fontes bibliográficas para uma aprendizagem efectiva. Por outro lado, os professores nem sempre dispõem dos materiais que necessitam para o seu trabalho. A falta de materiais e livros é tanto mais grave, quanto mais distantes as escolas se encontram das cidades.

O Governo e os parceiros deverão adoptar mecanismos que assegurem os investimentos necessários em material e livro escolar principalmente para as disciplinas de Ciências Naturais, TICs e para as disciplinas profissionalizantes.

O custo total dos materiais de ensino no ESG1, excluindo o custo de aquisição do material informático, está estimado em cerca de 460,00Mt/aluno/ano. No ESG2 este custo é de 473,00Mt/aluno/ano.

3.2.4.1 Livro escolar

O Governo está a elaborar uma política do livro escolar que visa fornecer livros aos alunos do ESG. A nova política incluirá um sistema de financiamento que tenha em conta a partilha de custos entre todos os intervenientes, nomeadamente o Governo, os parceiros de cooperação, os alunos e a sociedade civil.

As editoras estão em processo de elaboração de livros escolares do ensino secundário sem o envolvimento do MEC. Neste contexto, o Governo vai regulamentar os processos de edição, produção, avaliação e provisão dos novos livros e outros materiais de ensino para este nível.

No âmbito do programa do livro, a estratégia preconiza:

- A colocação de livros nas bibliotecas das escolas secundárias, por forma a garantir que os alunos e professores tenham materiais de ensino;
- A formação de bibliotecários para assegurar uma gestão adequada de bibliotecas escolares;

Para complementar, o Governo encoraja a produção de outros materiais de ensino pelos próprios professores bem como o estabelecimento de programas com envolvimento de vários sectores para apoio à produção de meios de ensino, material didáctico, entre outros.

Um dos requisitos para que as escolas primárias possam leccionar o ESG será a identificação de um espaço com condições de segurança, protecção contra as intempéries e higiene para que possam ser mantidos os livros escolares. Nestes locais poderão funcionar as bibliotecas escolares que, numa primeira fase, irão dar resposta à falta do livro para alunos e manuais para os professores. Os manuais escolares para os professores serão essenciais para o apoio dos professores das EPC que não tenham formação.

As DPECs devem identificar, anualmente, as escolas primárias que vão passar a leccionar o ESG1 e preparar um pacote de materiais escolares (livros para os alunos e manuais para os professores) para o apetrechamento das bibliotecas.

Os livros escolares para o ensino secundário serão financiados conjuntamente pelo Governo, os parceiros de cooperação e os alunos. O objectivo será assegurar o fornecimento de 7 títulos numa proporção variável de livros por aluno. As disciplinas de Português e Matemática terão uma relação de um livro por aluno, as disciplinas de Francês, Inglês, História, Geografia Física, Química, Biologia e Desenho terão uma relação de 1 livro para cada dois alunos. As restantes disciplinas terão uma relação de 1/5. Para se atingir esta meta o Governo adoptará as seguintes medidas:

- a) Lançamento de um concurso, nos meados de 2009, para a produção de todos os livros do ESG.
- b) Financiamento da aquisição e da distribuição do *stock* inicial de livros produzidos;
- c) Avaliação e adopção de um título para as disciplinas de Educação Visual, Artes Cénicas, Desenho e Geometria Descritiva e Agropecuária que será

adquirido para apetrechar as bibliotecas escolares. Para as restantes o MEC deverá adoptar até 3 títulos por disciplina e por classe, uma vez que nestas disciplinas se prevê maior número de alunos.

- d) Elaboração de um manual para a gestão do livro nas escolas;
- e) Financiamento e incentivo para as escolas de forma a prepararem as condições para a recepção dos livros (formação de bibliotecários e aquisição de mobiliário para as escolas);
- f) Definição de uma taxa do livro, a ser paga anualmente, pelos alunos no acto da matrícula. Esta taxa deverá criar na escola um fundo do livro para financiar parte das despesas com o livro escolar; Aquisição e distribuição de livros escolares entre 2009 e 2010 em todas escolas secundárias nas proporções indicadas;
- g) Implementação de um programa de Apoio Directo às Escolas e de financiamento pelos pais para a aquisição dos livros de reposição anual; (a responsabilidade pela aquisição dos livros será das escolas);
- h) Formação de pessoal para a gestão do livro escolar a nível da escola, considerando que o livro, numa primeira fase, ficará armazenado nas escolas.

O custo do *stock* inicial de um programa desta natureza está estimado em cerca de 120 Milhões de Meticais, ou seja 4,8 a 5 milhões de dólares americanos em 2010, considerando o número de alunos previstos e um custo de 150 Meticais por livro. O crescimento anual das matrículas, a duração do livro e a necessidade de reposição num total conjugado de 32% do *stock* anual, obrigarão o Governo a financiar parte dos fundos indicados na tabela abaixo:

Tabela 9: Projecção do custo do livro escolar entre 2010-2015 (Milhões de Meticais)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos ESG1	925.832	1.035.95	1.104.64	1.199.97	1.242.30	1.250.96
Custo do livro do ESG1	100,5	112,5	120,0	130,3	134,9	135,8
Alunos ESG2	158.164	191.166	253.501	317.822	367.449	407.185
Custo do livro do ESG2	19,3	23,3	30,9	38,8	44,8	49,7
Custo total do livro ESG1 e ESG2	119,8	135,8	150,9	169,1	179,7	185,5

Estes custos representam um investimento de menos de 110 Mt por aluno / ano. Parte deste valor pode ser financiado pelo ADE e a outra pelos pais.

Os custos projectados incluem apenas a elaboração, produção e distribuição do livro escolar. Adicionalmente, o MEC deverá financiar a formação de bibliotecários e a aquisição de mobiliário para o armazenamento do livro nas salas de aula. Ao nível das escolas deverá ser assegurada a capacidade para o controlo, manutenção e conservação do livro, assim como a sua utilização nas salas de aula.

Possivelmente, a existência dos livros e o seu armazenamento nas salas de aula vai exigir uma nova forma de gestão escolar, onde as salas de aula serão destinadas a certas disciplinas e nelas ficarão armazenados os livros escolares da disciplina em causa. Nestas condições serão os alunos, e não os professores, que terão de mudar de sala em função das disciplinas.

3.2.4.2 Ensino das Ciências Naturais

Algumas das escolas secundárias existentes dispõem de laboratórios para a realização de experiências. Contudo, por falta de meios adequados para a realização de experiências (instrumentos apropriados, reagentes e outros) essas escolas têm dificuldade de utilização dos espaços para os fins para os quais foram concebidos. Outros constrangimentos são a falta de pessoal qualificado para a gestão destes espaços, professores capacitados e dificuldades no abastecimento de água e energia. Por isso, em algumas escolas, os laboratórios são usados como salas normais para aumentar a capacidade de absorção dos alunos, devido à grande elevada procura de lugares nas escolas.

Os materiais para o funcionamento e manutenção dos laboratórios são onerosos e a maioria das escolas não dispõem de fundos para a sua aquisição. Nestas condições, torna-se difícil a sua utilização e mesmo as escolas situadas nos grandes centros urbanos enfrentam dificuldades na implementação de programas de estudo das ciências naturais em condições adequadas, devido à falta de materiais, equipamentos e fundos para despesas correntes.

Assim, o ensino das ciências naturais passa pela tomada de medidas que possam assegurar a sua concretização, nomeadamente:

1. A formação inicial dos professores para leccionarem aulas práticas de ciências;
2. A capacitação em serviço dos professores existentes;
3. A criação e apetrechamento de uma sala para o funcionamento do grupo de professores das ciências naturais onde tais salas não existam;
4. A adequação de, pelo menos, uma sala de aula para a o ensino das ciências naturais, com condições para o armazenamento dos respectivos kits e livros de trabalho.
5. Adopção e aquisição de kits para as aulas práticas de ciências;
6. Apoio financeiro às escolas para que estas possam suportar as despesas de aquisição dos kits de ciências;

O MEC deverá identificar, por classe, as principais experiências de natureza obrigatória, com base nas quais seriam definidos os materiais e equipamentos para estas disciplinas e normas para a sua aquisição. Ao mesmo tempo, deverá proporcionar às escolas os fundos necessários para a sua aquisição, via apoio directo às escolas secundárias.

Tabela 10: Kits de Micro ciência para o ESG1 e ESG2

Área Científica	Micro ciência		Distribuição por aluno por ano	Custo por aluno por ano
	Nº de workstations por <i>Kit</i>	Custo aproximado do <i>kit</i> (USD)		
ESG1 <i>Kit</i> de Química Geral e Biologia	1	24	0,2	4,8
ESG1 <i>Kit</i> de electricidade (pilhas não incluídas)	1	20	0,2	4
ESG1/2 <i>Kit</i> de Electromagnetismo				0
ESG1 <i>Kit</i> de Dinâmica (trolleys)	1	302	0,01	3,02
ESG1 <i>Kit</i> de Óptica	1	110	0,02	2,2
Total do ESG1				14,02
ESG2				
ESG2 <i>Kit</i> de Química	1	17	0,2	3,4
ESG2 <i>Kit</i> de Biologia*	1	20	0,2	4
ESG2 <i>Kit</i> de Física (ondas, luz e som)	1	240	0,01	2,4
Microscópio e <i>Kit</i> incluem slides pré seleccionados	1	24	0,2	4,8
Total do ESG2				14,6

Os custos dos *kits* para os alunos do ESG1 e ESG2 foram estimados com base na informação existente dos *kits* da empresa RADMASTE e aproximadamente iguais.

Tabela 11: Previsão de custo dos kits de Ciências (Milhões de MT)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos ESG1	925.832	1.035.951	1.104.640	1.199.974	1.242.307	1.250.961
Custo total dos kits de ciências no ESG1	324.504	363.101	387.176	420.591	435.429	438.462
Alunos ESG2	253.501	317.822	367.449	407.185	443.113	464.484
Custo total dos kits de ciências no ESG2	92.528	116.005	134.119	148.623	161.736	169.537
Custo Total (Mil de Mt)	417.032	479.106	521.295	569.213	597.165	607.998

A tabela acima mostra os custos dos kits de ciências para o ESG1 e para o ESG2. O custo médio por aluno / ano, no ESG1, está estimado em 350 Mt por aluno o equivalente a cerca de 14 dólares, enquanto o custo médio do kit do ESG2 está estimado em 265,00 Mt por

aluno/ano, o equivalente a cerca de 10,5 USD Estes custos estimam uma relação kit por aluno indicada na tabela anterior.

3.2.4.3 Ensino das TICs

O ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) deverá ser introduzido no ESG1 em 2010, segundo o plano curricular. Para o efeito, são necessárias salas de aula adequadas, com energia eléctrica, mobiliário e equipamento (computadores, estabilizadores de corrente eléctrica (UPS), impressoras, Televisores, Videos e reprodutores de DVD e material audiovisual). Os computadores deverão estar ligados a uma rede local e à Internet, por forma a assegurar que a disciplina seja convenientemente leccionada.

Em 2009 todos os IFPs, assim como as instituições de ensino superior, principalmente a UP, deverão criar condições para a formação de professores em TIC's. O curso de FP, a ser introduzido em 2009, deverá contar com equipamento para possibilitar que os formandos realizem aulas práticas e dominem os conhecimentos desta área.

A política de informática do país deve facilitar o acesso das escolas à Internet e permitir a sua massificação. Para o efeito, o sector deverá disponibilizar fundos às escolas secundárias, para a manutenção e pagamento das comunicações, como forma de contribuir para a implementação do novo currículo.

O programa internacional de um computador por criança pode constituir uma alternativa viável à implementação da disciplina das TIC's, devido ao custo reduzido dos equipamentos (computadores portáteis de fácil armazenamento).

A implementação das TIC's, sobretudo no ESG1, será feita de maneira gradual, em escolas que disponham de condições para a sua introdução. Para as restantes, será desenvolvido um plano de implementação que incluirá os custos referentes aos professores, às salas especializadas, aos equipamentos, aos serviços (incluindo pagamento de comunicações) e à manutenção.

Para a concretização do ensino das TICs será estabelecida uma colaboração mais estreita entre as escolas e os Centros Multimédia Comunitários (CMC) e Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRD) para que professores e alunos tenham maior acesso às TICs.

O MEC deverá desenhar uma estratégia das TICs com indicação clara dos objectivos e metas (alunos por computador), responsabilidades e custos para se atingirem os resultados esperados em 2015. É igualmente importante que se desenhem *sites* para o intercâmbio de informação e apoio aos professores, sobretudo para os das áreas das ciências.

O MEC vai priorizar, até 2015, o programa de uso das TICs no ESG2. O custo para a implementação deste programa pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 12: Previsão do custo de provisão de computadores para a 10ª classe (Milhões de Mt)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos da 10ª classe (público diurno)	162.254	202.705	221.574	252.462	264.657	297.745
Stock de Computadores	6.491,0	8.109,0	8.863,0	10.099,0	10.587,0	11.910,0
Computadores a adquirir anualmente	6.491,0	2.916,2	2.375,8	3.008,6	2.507,8	3.440,4
Custo dos computadores (milhões Mt)	162,3	72,9	59,4	75,2	62,7	86,0
Custo da construção salas de informática	162,3	32,5	40,5	44,3	50,5	52,9
Custo das impressoras (1/25 computadores)	6,5	2,9	2,4	3,0	2,5	3,4
Total (computadores+impressoras)	331,0	108,3	102,3	122,5	115,7	142,4
Manutenção (10%)	33,1	10,8	10,2	12,3	11,6	14,2
Custo total (Milhões de Mt)	364,1	119,1	112,5	134,8	127,3	156,6

Os custos de aquisição de equipamentos informáticos para todas as escolas no ESG1 constituirão um elevado encargo adicional para o Estado, considerando o número crescente de alunos. Estes custos foram calculados tendo como base as 10 horas e 5 dias por semana de utilização dos computadores. Também foi tomada em conta a aquisição de impressoras numa base de 1 por cada 25 computadores e construção e apetrechamento das salas de informática. Anualmente, o MEC deverá adquirir computadores para os novos alunos e substituir 20% dos equipamentos antigos.

Não foram calculados os custos do software, nem da instalação de energia eléctrica onde a mesma não existe. Todavia, estes devem ser considerados, uma vez que os computadores necessitarão de software para funcionar e muitas das escolas do ESG1 encontram-se em regiões sem energia eléctrica. Uma opção seria a instalação de painéis solares nas escolas rurais e considerar um custo adicional ao dos computadores. Para efeitos de cálculo, estipulou-se a aquisição de computadores e impressoras ao preço de 25.000,00 MT por unidade, incluindo o UPS, e o custo para construção de uma sala de informática a 625.000,00 Mt.

Tratando-se de custos elevados para a introdução desta disciplina, uma das alternativas para o MEC seria considerar a possibilidade de adiar o início da implementação da disciplina das TICs na 10ª classe, com recurso a computadores de 2010 para 2015. Outra possibilidade seria manter a disciplina das TICs na 10ª classe como opcional, onde as escolas com possibilidades para tal possam implementá-la.

Os custos previstos para a introdução das TICs no ESG2 estão indicados na tabela abaixo e foram calculados da mesma forma que os custos para o ESG1.

Tabela 13: Previsão do custo de provisão de computadores para o ESG2 (Milhões de MT)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos ESG2	253.501	317.822	367.449	407.185	443.113	464.484
Stock de computadores	10.141	12.713	14.698	16.288	17.725	18.580
Computadores a adquirir p/ ano	10.141	4.600	4.527	4.529	4.694	4.400
Custo dos computadores (milhões Mt)	253,5	115,0	113,2	113,2	117,4	110,0
Custo de construção salas de informática	253,5	50,7	63,6	73,5	81,4	88,6
Custo de impressoras (1 p cada 25 computadores)	10,1	4,6	4,5	4,5	4,7	4,4
Total (salas+computadores+impressoras)	517,2	170,3	181,3	191,3	203,5	203,0
Manutenção (10%)	51,7	17,0	18,1	19,1	20,3	20,3
Custo total	568,9	187,3	199,4	210,4	223,8	223,3

O MEC poderá explorar outras alternativas de aquisição de computadores mais baratos, como a nova parceria para montagem de computadores nas escolas do Ensino Técnico e Profissional e a aquisição de computadores do projecto OLPC (One Laptop Per Child, um projecto internacional para montagem de computadores acessíveis nos países com menos recursos), alternativa viável para a redução dos custos do programa.

3.2.4.4 Alunos com necessidades educativas especiais

O crescimento de efectivos escolares no ESG vai certamente permitir que mais alunos com necessidades educativas especiais tenham maior acesso a este nível de ensino. O sucesso escolar destes alunos dependerá, em grande medida, da capacidade dos professores de comunicarem efectivamente com eles, assim como de materiais de ensino adequados às suas condições. Assim, a formação dos professores em linguagem de sinais, Braille e outras, para trabalharem com alunos com diferentes necessidades, será importante para o seu melhor desempenho escolar.

Neste sentido, os cursos de formação de professores deverão prever estas matérias e os professores em exercício deverão ser capacitados para levarem a bom termo as tarefas de atendimento a estes alunos. De igual forma, será importante que sejam disponibilizados materiais de ensino apropriados para estes alunos. Por isso, o MEC deverá identificar os alunos com necessidades educativas especiais, através do sistema de informação, e calcular os custos da sua formação, como condição para lhes assegurar o apoio necessário. Este apoio poderá ser financiado por intermédio do ADE.

3.2.5 Aumento do tempo lectivo

Um dos grandes desafios identificados, tanto no desenvolvimento do FTI, como na elaboração do PEEC, foi o reduzido tempo de aprendizagem em vigor para os alunos. Na sequência desta situação, os professores não conseguem cumprir com as actividades previstas nos programas e os alunos não adquirirem as competências necessárias.

A experiência internacional e da região mostra que, em média, os alunos têm entre 950 a 1025 horas lectivas anuais. Portanto, esta situação deve ser resolvida através do alargamento do calendário escolar para 40 semanas lectivas, o que representaria 900 horas anuais para o curso diurno e 750 para o curso nocturno. Por outro lado, os alunos das classes com exames necessitam de mais tempo lectivo, pelo que o seu calendário escolar não deve ser inferior ao calendário daqueles das classes sem exames.

Assim, as férias devem ser reduzidas, diminuindo o número de conselhos de notas para apenas um no final do ano lectivo. A redução dos conselhos de notas implica um maior envolvimento das direcções pedagógicas, dos grupos de disciplina e dos directores de turma que devem acompanhar sistematicamente o processo de aprendizagem dos alunos. A extensão do ano lectivo deve ser feita de forma paulatina, adicionando uma semana por ano, até se atingir, em 2015, as 40 semanas.

3.2.6 Reforma do sistema de exames e registo escolar

O sistema de avaliação e exame é uma componente importante no âmbito do processo de ensino e aprendizagem e consome uma porção significativa do tempo que poderia ser dedicado à leccionação. Assim, para alargar o calendário escolar até 40 semanas, torna-se necessária a revisão urgente do sistema de avaliação e exames, através da desconcentração de algumas responsabilidades para as escolas. O objectivo desta desconcentração é de alargar o ano lectivo até finais do mês de Novembro.

As escolas privadas devem realizar todo o processo de exames nacionais nas suas próprias instalações. Para o efeito, o MEC deverá definir o tempo limite para que estas criem condições de obter o paralelismo pedagógico (no máximo 2 anos após a sua criação). Esta medida vai reduzir a pressão que os alunos destas escolas têm vindo a exercer sobre as escolas oficiais durante o período de exame.

O MEC deverá avaliar a possibilidade de reduzir as disciplinas a avaliar em exame final, em cada um dos ciclos, para diminuir o tempo necessário à sua aplicação e correcção.

Como forma de promover o sucesso escolar dos alunos e assegurar que estes concluam o ciclo em tempo oportuno, de modo a permitir maior fluxo dos alunos entre os ciclos de

aprendizagem, aos alunos das escolas públicas só será permitida, excepcionalmente, uma reprovação em cada ciclo.

A reforma do sistema de exames, que foi introduzida em 2008, compreende mudanças importantes, pois os exames da 12ª classe passarão a ser de múltipla escolha e a respectiva correcção será feita através de técnicas computadorizadas. Esta correcção será descentralizada, gradualmente, para as províncias. Este tipo de exame, numa segunda fase, será também introduzido na 10ª classe.

A reforma do sistema de exames assume um papel importante na redução do tempo de realização e correcção de provas e permitirá a extensão do período lectivo, ou seja, do calendário escolar.

Com este sistema, será possível avaliar todos os alunos de uma forma centralizada e conhecer a situação de cada escola, assim como o desempenho dos professores por disciplina. A análise dos dados dos exames, permitirá realizar intervenções de formação orientadas para os conteúdos e disciplinas identificadas como mais críticas.

3.2.7 Sistema de supervisão e apoio pedagógico

No âmbito da reforma do sector público e da filosofia do actual Governo, que considera o distrito como pólo de desenvolvimento, os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) deverão ser potenciados com recursos humanos, materiais e financeiros, no sentido de realizarem a supervisão às escolas do Ensino Secundário da sua área de jurisdição.

No sentido de capacitar os SDEJT, numa primeira fase, as Direcções Provinciais deverão realizar um trabalho conjunto de supervisão às escolas no âmbito da capacitação institucional daquelas.

Os IFP's podem desempenhar um papel importante no apoio pedagógico às escolas secundárias, particularmente na área das ciências naturais e nas disciplinas de Desenho e Matemática, onde se verificam as maiores dificuldades das escolas rurais. Para o efeito, os IFP's devem ser preparados para este efeito em termos de estrutura orgânica, através da criação de um departamento para o ensino secundário, encarregado de apoiar este nível de ensino. Em paralelo, a capacitação dos recursos humanos das IFP e o financiamento destes para levarem a cabo estas actividades é essencial.

3.2.8 Avaliação do sistema de ensino

O MEC deverá introduzir, a partir de 2010, um sistema para avaliar a qualidade da formação no ensino secundário. Esta avaliação deverá incluir também a avaliação das escolas. Através deste exercício de avaliação o MEC poderá verificar de forma sistemática o funcionamento das escolas e do sistema de educação, bem como os seus constrangimentos e criar mecanismos para a tomada de medidas correctivas para resolver os problemas encontrados.

Tabela 14: Qualidade

Objectivos estratégicos	Acções Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Melhorar a qualidade e relevância da educação secundária	Reduzir a relação alunos professor; Providenciar materiais escolares para alunos e professores Aumentar o tempo lectivo	Aumentar a taxa de aprovação para 90% em 2012 Reduzir a taxa de repetição e de desistência para 10% em 2012 Sistema de avaliação da aprendizagem introduzido em 2012	Reforma do currículo e do sistema de avaliação

Objectivos estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Formar e recrutar professores em número suficiente	<p>Expandir os cursos de formação de professores</p> <p>Formar professores do ensino primário e de 12+0, através do EAD para leccionar o ESG1</p> <p>Formar um número suficiente de professores para atender à procura em todas as disciplinas do ESG</p>	<p>70% dos professores do ESG1 formados nos IFPs em 2012</p> <p>2.700 professores graduados em 2010 nos IFP</p> <p>90% dos professores do ESG2 formados em 2012</p> <p>1.000 professores primários formados, através do cursos à distância até 2012;</p> <p>A partir de 2012, 2.000 professores de 12+0 certificados anualmente pelo curso de 12+1</p> <p>40% dos professores do ESG2 são bacharéis e 20% licenciados. Os restantes 40% são professores de N3.</p>	Implementar a estratégia de formação e recrutamento dos professores

Objectivos estratégicos	Acções Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
	<p>Desenvolver um sistema de incentivos para que os professores de 12^a+1 se formem numa segunda disciplina via EAD</p> <p>Formar professores em duas disciplinas no ESG2 (cursos de bacharelados).</p>	<p>50% dos professores formados numa segunda disciplina até 2015</p> <p>50% dos bacharéis formados para leccionar uma 2^a disciplina até 2015</p>	
	<p>Formar professores para as novas disciplinas do novo currículo</p> <p>Desenvolver um sistema de incentivos que motive os alunos a formarem-se em disciplinas com maiores carências de professores, (ciências naturais, desenho e inglês)</p> <p>Formar professores para atender crianças com necessidades educativas especiais (NEE).</p>	<p>1.000 professores formados para leccionarem as novas disciplinas como disciplina segunda</p> <p>20% dos estudantes dos IFP formados em disciplinas de ciências, desenho e inglês em 2012</p> <p>10% dos professores formados para atender crianças com necessidades educativas especiais (NEE)</p>	
<p>Lançar um programa de EAD para a Formação de professores.</p>	<p>Desenvolver programas de EAD para a formação de professores</p> <p>Formar tutores.</p>	<p>Programas desenvolvidos e lançados em 2010</p> <p>300 tutores (2 por distrito) formados</p>	

Objectivos estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Aumentar o tempo lectivo de ensino e aprendizagem.	Aumentar o ano escolar em uma semana anualmente até atingir as 39/40 semanas de aulas por ano Reduzir o número de conselhos de nota de 3 para 1 por ano.	Aumentado o número de horas lectivas das actuais 650/700 para 850 horas por ano em 2015.	Revisão do calendário escolar
Disponibilizar livros e outros materiais instrucionais	Elaborar livros escolares para os alunos e manuais para os professores Adoptar e implementar procedimentos que assegurem a existência de materiais instrucionais e equipamento nas bibliotecas escolares e laboratórios	Português e matemática 1:1; restantes disciplinas 1:3 em 2010; 95% das escolas têm bibliotecas com livros de leitura e referência até 2010	Currículo desenvolvido e aprovado Política do livro escolar e de outros materiais de ensino elaborada e aprovada
Melhorar as habilidades pedagógicas dos professores	Implementar programas de formação em serviço de professores	100% dos professores participam em cursos de formação em serviço até 2012.	Descentralizar o apoio e supervisão pedagógica para escola e distritos

3.3 Desenvolvimento Institucional

A reforma do sector público registou, nos últimos anos, progressos assinaláveis dos quais se destaca o processo de descentralização de competências para os níveis provincial e distrital, incluindo, nalguns casos, a transferência de recursos financeiros para a gestão dos órgãos locais.

A transferência de poderes e de recursos financeiros para os órgãos locais nem sempre foi acompanhada do reforço da capacidade institucional, para levar a cabo as diferentes tarefas que agora se exigem destas instituições.

No sector da Educação foram transferidos para as províncias alguns programas importantes, nomeadamente a gestão dos professores e do processo de nomeação das direcções do EP, abertura de escolas primárias, o programa de construções escolares, entre outros.

O MEC lançou em 2007 um programa para financiar a supervisão a nível local, que foi implementado em 2008. Espera-se que este programa, à semelhança do programa de Apoio Directo às Escolas Primárias, contribua para melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis. Estas acções constituem parte da estratégia do sector no âmbito da modernização da administração do Estado.

No ESG ainda não ocorrem acções significativas no quadro da descentralização e desconcentração. Contudo, o programa de construções com apoio das comunidades, que foi instituído para o EP, deverá ser expandido para o ESG. Este programa ainda enfrenta alguns problemas de implementação, cuja solução vai permitir que o processo decorra de maneira mais célere. A contratação de mais técnicos médios de construção para trabalharem nas DPEC's constitui um passo importante para melhorar o funcionamento deste programa.

O ADE foi introduzido no ESG em 2008 e vai constituir um desafio para as escolas e as administrações locais da educação no quadro da planificação e gestão de recursos financeiros. Pretende-se que o ADE para o ESG seja diferente do EP, uma vez que a complexidade neste nível de ensino é maior.

A implementação da reforma do sistema de avaliação e exames e do registo escolar vai exigir a criação de capacidade humana e material a nível local e em particular nas escolas secundárias.

No âmbito da reforma do sector público, em curso, novos desafios se colocam à educação, sobretudo no domínio da planificação, gestão financeira, monitoria e avaliação de programas a nível local. É importante que as metas sejam definidas a nível local, em consonância com os parâmetros nacionais, e a expansão do ensino seja feita considerando a disponibilidade de capacidades humanas, materiais e financeiras. Neste contexto, a formação dos quadros das DPECs e SDEJT, nas áreas acima referidas, é de vital importância.

A nível central, os grandes desafios que se colocam estão relacionados com a implementação do projecto de transição dos melhores graduados do EPC para o ESG1 e do ESG1 para o ESG2, bem como o aumento do tempo lectivo nas escolas. Estas actividades exigirão uma reforma substancial do sistema de avaliação e exames.

O financiamento às escolas para a aquisição de material escolar (livros e materiais de ciências naturais), a formação e colocação de professores e a introdução do ESG, via EAD, exigirá esforços adicionais por parte do MEC e das províncias.

A Estratégia do ESG define os Recursos Humanos, a Planificação e Gestão financeira como elementos chaves para aumentar a capacidade de gestão do sistema educativo a todos os níveis.

A formação de directores de escolas e quadros para a supervisão e inspecção é fundamental para assegurar uma gestão escolar eficiente e centrada na qualidade da educação. O desenho e implementação de um sistema de supervisão e inspecção escolar descentralizado têm um papel preponderante para o acompanhamento e monitoria do sistema.

Considerando a complexidade das tarefas e responsabilidades dos directores de escola, a estratégia preconiza a criação da carreira de gestores escolares e a redefinição do perfil do director de escola, pelo que será necessário aprovar qualificadores para o efeito.

Tabela 15: Desenvolvimento Institucional

Objectivos estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Melhorar a gestão e garantir a transparência do sistema educativo a todos os níveis	<p>Formar gestores escolares a todos níveis, em técnicas de gestão escolar</p> <p>Promover o uso das TICs para a administração escolar</p> <p>Promover auditorias regulares do sistema financeiro escolar</p>	<p>Capacidade de liderança escolar melhorada a todos os níveis</p> <p>Introduzido sistema de gestão escolar informatizada em 50% de escolas em funcionamento até 2015</p> <p>100% das escolas com Conselhos de Escola</p> <p>Todas as escolas prestam contas publicamente;</p> <p>10% de escolas auditadas anualmente a partir de 2010</p>	<p>Programa de desenvolvimento institucional do MEC implementado.</p>

Desenvolver um sistema efectivo de comunicação	Manter a sociedade informada sobre o desenvolvimento da educação	Estratégia de Comunicação desenvolvida e implementada	
Descentralizar a alocação de recursos às escolas	Estabelecer Comitês de Gestão Escolar (CGE)	Em todas escolas funciona o Conselho de Escola e o Comité de Gestão Escolar	Regulamentos sobre o financiamento às escolas secundárias estabelecidos; Definidos e aplicados a composição e responsabilidades dos Conselhos de Escola
	Reforçar a capacidade para a implementação descentralizada de um programa de construção de salas de aula a custos sustentáveis	Directores de escolas e distrito e presidentes e membros dos conselhos de escola e pessoal técnico formado	
	Descentralizar o, apoio e supervisão para o distrito e escolas	Visitadas todas as escolas, anualmente, pelos SDEJT.	Política de descentralização implementada

3.4 Questões transversais

Na Educação as questões transversais são de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade democrática que oferece igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. A valorização dos aspectos transversais vai contribuir para o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) no sector da educação em 2015.

3.4.1 Género

O objectivo do sector é de alcançar a paridade de género no ESG1 em 2015, o que pressupõe que o mesmo seja atingido no EP2. Para a concretização deste objectivo serão realizadas as seguintes acções:

1. Implementar medidas para assegurar que mais meninas concluam a 7^a classe e possam ingressar no ESG1.
2. Implantar mais escolas secundárias junto às comunidades;
3. Implementar um sistema de incentivos à frequência do ESG1 por parte das meninas;

A reforma do currículo do ensino secundário prevê que os materiais a serem desenvolvidos incorporem os aspectos de género, de modo a promover a igualdade de oportunidades para rapazes e raparigas. O processo de ensino na sala de aula deve privilegiar métodos de ensino que promovam a participação efectiva de rapazes e raparigas, encorajando, em particular, as raparigas a melhorarem o seu desempenho escolar.

A formação de mais professoras para o ESG, sobretudo para a área das ciências naturais, é de grande importância para se atingir a equidade de género no ESG1, a médio e longo termos. No sentido de assegurar a formação de mais professoras, os IFP's e a UP deverão assegurar que, pelo menos, 50% de vagas para a formação de professores sejam destinadas para a formação de mulheres. Com o objectivo de aumentar a participação feminina na formação de professores, o MEC deverá criar incentivos, como bolsas de estudo, para que estas frequentem os IFP, sobretudo nas disciplinas com menos professoras, como é o caso das Ciências Naturais e Desenho.

3.4.2 HIV/SIDA

O HIV/SIDA é um grande factor de risco para o desenvolvimento harmonioso do sistema de educação, principalmente do ESG, cujos alunos têm idades susceptíveis de infecção pelo HIV. Neste contexto, particular atenção deverá ser prestada ao ESG, através de um currículo que permita desenvolver nos jovens comportamentos e atitudes responsáveis perante a

pandemia, incluindo outras formas de prevenção e disseminação do conhecimento sobre o HIV/SIDA.

A implementação da política sobre a pandemia do HIV no local de trabalho vai minorar os efeitos da pandemia no seio dos docentes. Neste contexto, serão realizadas as seguintes acções:

- Substituição dos professores falecidos devido à pandemia e outras causas. Estima-se que cerca de 16% a 17% do corpo docente do ESG poderá estar afectado pela pandemia, sendo a taxa de mortalidade anual estimada entre 1,5 e 1,7% ao longo do período;
- Tratamento e apoio dos professores infectados;
- Formação dos professores em matérias relacionadas com a Saúde Escolar, incluindo o HIV/SIDA;
- Apoio aos professores e alunos infectados pela pandemia, através do desenvolvimento de centros de aconselhamento nas escolas secundárias.

O cálculo das necessidades de formação de professores para o ESG tem em conta as possíveis perdas por diversas razões, incluindo o HIV/SIDA. Todas estas actividades serão orçamentadas pelos programas dos MEC.

3.4.3 Educação ambiental

A conservação do meio ambiente é um dever de todo o cidadão. Para que se viva num ambiente saudável é importante introduzir acções temáticas educativas orientadas para a promoção da participação de alunos na conservação do ambiente que o rodeia, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento sustentável do país.

Os objectivos e acções estratégicas, indicadores e pressupostos de reformas para a materialização das questões transversais estão sistematizados na tabela que se segue.

Tabela 16: Questões transversais

Objectivos estratégicos	Acções Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Assegurar o acesso equitativo ao ESG	Alcançar a paridade de género em termos de graduações no EP2	50% dos graduados do EP2 são mulheres até 2012;	Estratégia de Género implementada
	Reduzir as disparidades	Aumentar a frequência	

Objectivos estratégicos	Acções Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
	<p>regionais e de género no ESG</p> <p>Formar professoras particularmente para a área das ciências</p>	<p>feminina até 50% em 2015;</p> <p>Atingir 50% de vagas para mulheres na FP até 2012.</p>	
<p>Assegurar um ambiente escolar saudável</p>	<p>Implementar um programa de prevenção e mitigação do HIV e doenças endémicas</p> <p>Formar estudantes dos IFP em assuntos relacionados com a saúde escolar</p> <p>Promover e disseminar informação sobre a prevenção de doenças endémicas;</p> <p>Formar estudantes em assuntos relacionados com a conservação do meio ambiente, com vista ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>Consolidar os materiais desenvolvidos sobre educação ambiental</p>	<p>100% das escolas oferecem serviços de aconselhamento em Infecções de Transmissão Sexual (ITS) e outras doenças até 2009</p> <p>85% dos professores do ESG formados em matérias de saúde escolar até 2012</p> <p>Currículo das IFP contém matérias relacionadas com a saúde escolar e HIV</p>	<p>Consolidar parcerias com o MISAU e MICOA</p>

3.5 Financiamento

O financiamento ao ensino secundário geral continuará a ser feito, fundamentalmente, através do Estado e dos pais e encarregados de educação. O Governo deverá continuar a disponibilizar 20% do Orçamento do Estado para o sector da Educação. A parte do Orçamento da Educação dedicada ao Ensino Secundário Geral deverá crescer dos actuais cerca de 15% para os 35% em 2015. Este crescimento vai ocorrer, considerando a redução do orçamento para o Ensino Primário de 50% para 37% em 2015, uma vez que se espera que este reduza os efectivos até 2011, devido à redução dos alunos com idade superior à exigida para frequentar este nível de ensino.

3.5.1 Pressupostos de financiamento

Para a estimativa dos custos da Estratégia assumiram-se os seguintes pressupostos:

1. Que a economia do país continuará a crescer a um ritmo de 7% ao ano;
2. Que o financiamento do Estado (Orçamento do Estado) ao sector da educação vai aumentar dos actuais 16 para os 20% a partir de 2009, mantendo-se nesse nível até 2015;
3. Que o financiamento ao Ensino Secundário vai aumentar dos actuais 16% para os 35%;
4. Que o financiamento ao Ensino Primário vai decrescer, em parte devido à redução de alunos neste subsistema como fruto da estabilização dos efectivos neste nível do Educação Geral;
5. Que, ao longo do período da implementação da estratégia, vai-se manter a proporção do financiamento ao Ensino Superior em 15% do Orçamento da Educação;
6. Que haverá um incremento no financiamento do Estado às escolas públicas através do ADE;
7. Que os pais e encarregados de educação, progressivamente, vão aumentar a sua contribuição para o funcionamento das escolas secundárias.

Tabela 17: Financiamento da Estratégia

Objectivos estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
Assegurar financiamento adequado ao ESG.	Incrementar a proporção do orçamento da Educação para o Ensino Secundário.	20% do Orçamento do Estado, incluindo o apoio externo é destinado ao sector da Educação a partir de 2009; 35% do orçamento da Educação financia o ESG em 2015.	Política do Governo continua a privilegiar a Educação e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) reflecte estas prioridades.
	Reforçar o financiamento às escolas secundárias através do ADE.	A partir de 2010, 100% das escolas recebem entre 750 Mt e 1000 Mt por aluno no ESG1 e ESG2 respectivamente.	Regulamentação do ADE para financiar materiais de ensino no ESG aprovada e implementada.
	Os pais e encarregados de educação com capacidade contribuem para as despesas das escolas.	90% dos alunos pagam propinas que variam entre os 450 Mt e 900 Mt anuais até 2010; Sistema de isenção de propinas para alunos carentes desenvolvido e implementado.	Regulamento de propinas aprovado e implementado ao longo da vigência da Estratégia. Conselhos de Escola monitoram a implementação do regulamento.
Incrementar a eficiência da utilização dos recursos	Formar professores bi e polivalentes. Contratar em sistema de tempo parcial os professores especializados apenas numa disciplina e com número de horas reduzido. Priorizar a construção de novas escolas a custos reduzidos e sustentáveis.	50% dos professores têm qualificações em pelo menos 2 disciplinas em 2012. Recursos para contratação de professores a tempo parcial disponibilizados às escolas rurais (pequenas). Construções de novas escolas secundárias realizadas com o apoio das comunidades a partir de 2010.	Estratégia de construções de escolas do EP a custos sustentáveis adoptada para a construção de novas escolas

Objectivos estratégicos	Ações Estratégicas	Indicadores e metas	Pressupostos de reformas
		Construções a custos reduzidos realizadas também nas zonas urbanas.	secundárias.
Promover parcerias com os privados e comunidades para assegurar o ensino e outros serviços.	Providenciar incentivos ao investimento privado e comunitário para abertura de novas escolas secundárias.	15% dos estudantes do ESG1 e 20% dos do ESG2 frequentam escolas privadas e comunitárias em 2012.	Simplificar o regulamento para abertura e registo de escolas e centros de internamento privados e comunitários.
	Contratar entidades privadas e comunitárias para operar e construir centros internatos.	Reduzido o número de alunos que vivem nos centros internatos até 2015. Regulamento das escolas privadas e comunitárias desenvolvido e aplicado.	Sistema de financiamento às instituições de ensino privadas estabelecido e implementado.

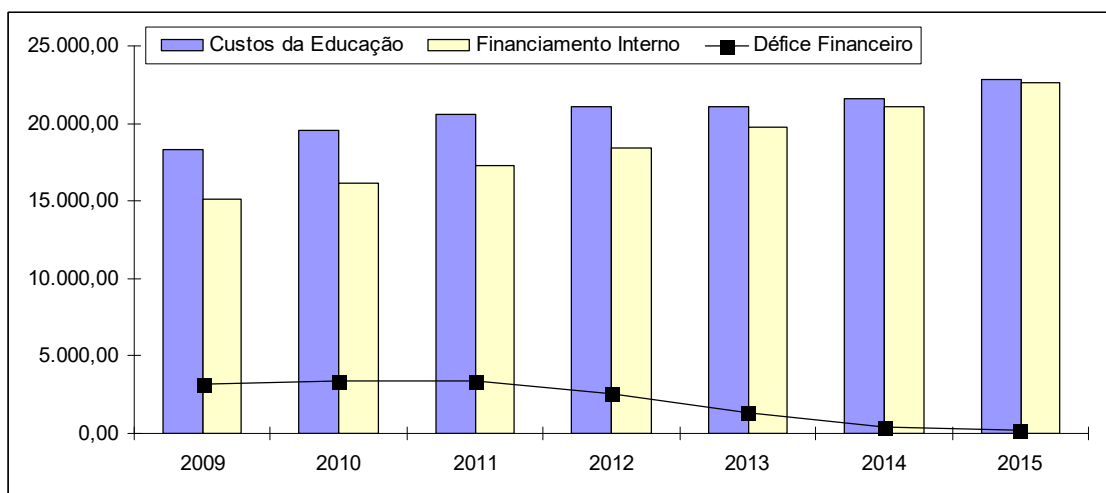
Considerando estas condições e usando o modelo de simulação financeira, foi possível obter os custos totais do programa da Educação assim como o défice financeiro do sector ao longo do período da implementação da estratégia, como mostra a tabela 18. Com efeito, prevê-se uma redução do défice financeiro, em termos relativos, dos 17% em 2007 para 1% em 2015, o que significa, em termos absolutos, uma redução dos 3,2 Mil Milhões de Mt em 2009, para os 208,6 Milhões de Mt em 2015.

Tabela 18: Previsão de despesa do sector da Educação (em Milhões de Mt)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custos da Educação	18.278,0	19.533,3	20.620,6	21.069,8	21.069,3	21.573,5	22.814,3
Financiamento Interno	15.084,1	16.136,2	17.261,8	18.465,8	19.753,9	21.131,7	22.605,7
Défice Financeiro	3.193,9	3.397,1	3.358,9	2.604,0	1.315,4	441,8	208,6

O gráfico 12 torna mais visível a previsão das despesas para o sector da Educação, não incluindo a área da Cultura.

Gráfico 12: Previsão de despesas para o sector da Educação



O sucesso da implementação da Estratégia está assente na utilização eficiente dos recursos humanos (professores qualificados para leccionarem 2 ou mais disciplinas) e dos recursos financeiros, nomeadamente os fundos para a construção acelerada de escolas a custos sustentáveis e a participação da sociedade civil nos programas de construções escolares e no pagamento de propinas, para o financiamento do livro e outros materiais escolares.

3.5.2 Financiamento às Escolas

O Apoio Directo às Escolas (ADE) foi introduzido em 2008 como forma de aumentar o financiamento às escolas para a aquisição de livros, materiais e equipamentos para as ciências, TICs, formação em serviço dos professores, manutenção e despesas com material desportivo e material para os jovens com necessidades educativas especiais, para além de outros elementos necessários ao funcionamento das escolas secundárias.

O ADE deverá contribuir, anualmente, com 750,00 Mt por aluno no ESG1 e 1000,00 Mt por aluno no ESG2, como forma de financiar as actividades relacionadas com a melhoria da qualidade de ensino.

3.5.3 Envolvimento dos pais e encarregados de educação

O ESG não é gratuito. Neste momento os pais e encarregados de educação contribuem com valores diferenciados para o financiamento das escolas. Porém, este financiamento não é suficiente para assegurar a aquisição de materiais para o funcionamento adequado das mesmas. Por isso, os pais e encarregados de educação que dispõem de meios financeiros são chamados a aumentar a sua contribuição como forma de apoiar o ensino público.

A nova Estratégia do ESG propõe-se a aumentar, gradualmente, o financiamento às escolas através das taxas de matrículas e propinas diferenciadas, tendo em conta a localização da escola, o nível e o turno que o aluno frequenta. O financiamento proveniente das contribuições deverá ser administrado com a intervenção dos Conselhos de Escola, para garantir a transparência na sua gestão, e será destinado essencialmente a financiar programas relacionados com a promoção da qualidade de ensino, funcionamento e manutenção das escolas e ainda garantia da segurança das mesmas.

Neste contexto, torna-se importante consolidar os procedimentos de preservação e manutenção das infra-estruturas de ensino com o envolvimento de todos os actores do processo educativo. A Estratégia preconiza a introdução, no currículo, de conteúdos sobre higiene e manutenção de infra-estruturas escolares.

As escolas secundárias cobrarão duas taxas: a de matrícula e a da propina. As taxas de matrícula, que serão pagas uma vez por ano, cobrem o direito à frequência à escola e devem ser pagas por todos os alunos.

As taxas de propinas serão pagas trimestralmente, com o objectivo de proporcionar às escolas fundos adicionais para o seu correcto funcionamento. Poderão ser definidas em conjunto com os Conselhos de Escolas que terão, inclusive a possibilidade de deliberar quais os critérios de isenção do seu pagamento.

Com o propósito de desencorajar a reprovação, os alunos nestas condições deverão pagar o dobro do valor estipulado para as propinas trimestrais.

As taxas de matrículas e de propinas serão actualizadas pelo MEC bianualmente, em função das desvalorizações que vierem a ocorrer. O Governo garante o financiamento dos alunos com dificuldades de pagamento de propinas.

As taxas de matrículas e de propinas deverão servir essencialmente para a aquisição de materiais escolares (livros, kits de ciências e apoio ao funcionamento e manutenção das salas de informática das escolas), apoio a alunos vulneráveis e com necessidades educativas especiais, pagamento de despesas de energia eléctrica e água, para além de despesas de segurança não previstas, desde que autorizadas pelo Conselho de Escola.

Dentro dos parâmetros definidos, os Conselhos de Escola terão um papel importante na definição dos critérios para a redução e isenção das taxas a pagar e na gestão dos fundos de matrículas e de propinas, exercendo um papel de assistentes das direcções de escolas e de fiscalizadores da boa utilização destes recursos. Os Conselhos de Escola decidirão sobre os mecanismos de isenção de propinas, a nível local.

As novas taxas de matrícula devem entrar em vigor em 2010 e será implementada de forma faseada e com base na tabela abaixo indicada. Dois terços do valor da taxa de matrícula deverão financiar a aquisição de livros, kits de ciências e outro material didáctico. A parte restante poderá servir para o financiamento de pessoal (guardas, pessoal de limpeza, etc.), despesas de manutenção e outras despesas correntes como água e energia. Conforme foi anteriormente definido, o MEC apoiará as escolas com 750 Mt no ESG1 e com 1000 Mt no ESG2, por aluno/ano, a fim de financiar a parte restante das despesas inerentes à qualidade de ensino.

Tabela 19: Taxas de matrícula (Meticais)

Nível	Taxa de matrícula		Taxa de propinas			
	Diurno	Nocturno	Escolas urbanas		Escolas rurais	
			Diurno	Nocturno	Diurno	Nocturno
ESG1	100-150	150-200	150-200	200-250	100-150	150-200
ESG2	150-200	200-300	200-250	250-300	150-200	200-250

3.5.4 Despesas do Ensino Secundário Geral

Para a concretização da Estratégia, deve ser aumentada a proporção do financiamento para o ensino secundário que deverá passar dos 15% para os 35% até 2015, o que significará, de acordo com as projecções, a duplicação (de 4,4 mil milhões de Mt para 8,2 mil milhões de Mt).

Entretanto, os custos do ESG1 deverão aumentar, como indicado na tabela 20, de 4,027,0 Milhões de Mt para cerca de 5.558,7 Milhões de Mt em 2015. Contudo, os custos correntes por aluno irão aumentar paulatinamente dos actuais cerca de 2.000 Mt para os 3.300 Mt, em resultado do aumento do financiamento às escolas (ADE). Destes, cerca de 45% representarão despesas não salariais, o que indica o aumento das despesas para a melhoria da qualidade de ensino.

Tabela 20: Previsão de despesas do ESG1 (Milhões de Mt)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custos totais do ESG1	4.027,0	4.321,1	4.752,8	5.060,1	4.890,9	5.155,6	5.558,7
Total de despesas correntes	2.188,7	2.442,9	2.771,4	2.985,7	3.298,6	3.452,3	3.516,5
Pessoal	1.148,5	1.313,8	1.500,7	1.630,1	1.805,8	1.902,0	1.945,8
Outras despesas correntes	1.040,2	1.129,1	1.270,7	1.355,6	1.492,8	1.550,3	1.570,7
Investimento	1.838,3	1.878,2	1.981,4	2.074,4	1.592,3	1.703,4	2.042,2

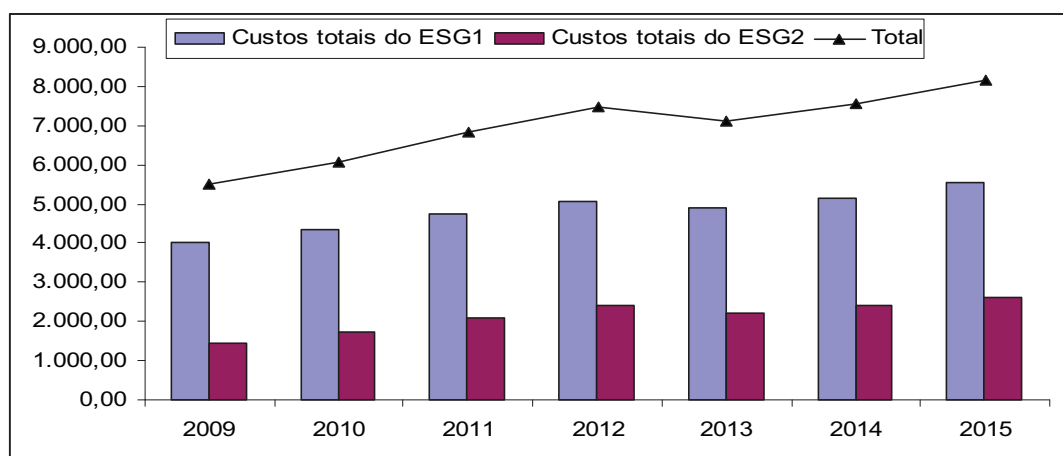
No ESG2, os custos irão aumentar dos 1.461,7 Milhões de Mt para os 2.605,6 Milhões de Mt em 2015. As despesas de investimento aumentarão até 2012, altura em que haverá maiores crescimentos do ESG2, seguidos de um período de redução, o que resultará numa diminuição do crescimento das despesas totais deste nível de ensino em 2013. Assim, as despesas correntes, em média, por aluno deverão aumentar dos 4.622 Mt em 2006, para os 6.240 Mt em 2015.

Tabela 21: Previsão de despesas do ESG2 (Milhões de Mt)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custos totais do ESG2	1.461,7	1.741,8	2.074,6	2.398,9	2.208,1	2.392,6	2.605,6
Total de despesas correntes	749,0	1.013,7	1.306,5	1.583,6	1.783,4	1.938,0	2.044,1
Pessoal	398,9	548,9	717,4	879,4	1.001,6	1.098,8	1.170,6
Outras despesas correntes	350,1	464,8	589,2	704,2	781,8	839,2	873,5
Investimento	712,6	728,1	768,1	815,2	424,7	454,6	561,5

O gráfico 13 mostra a previsão das despesas para o primeiro e segundo ciclo do ensino secundário.

Gráfico 13: Previsão de despesas do ESG1 e ESG2



3.5.5 Prestação de contas

Para tornar a gestão das escolas mais transparente e estimular a participação de todos no financiamento da educação é fundamental desenvolver uma cultura de prestação de contas a nível das escolas. Neste sentido o MEC vai:

- Desenvolver e introduzir instrumentos para o controlo de fundos nas escolas, sobretudo os fundos da Acção Social Escolar (ASE), do ADE e das propinas.
- Formar as direcções de escolas em matéria de planificação, orçamentação e gestão escolar e prestação de contas, incluindo os membros dos conselhos de escola;
- Auditar anualmente, pelo menos, 10% das escolas estatais, divulgando os resultados dessas auditorias.

3.5.6 Divulgação

A sociedade, como principal beneficiária e parceira do Governo no processo de implementação da Estratégia do ESG, deverá ser permanentemente informada sobre o programa do sector para este nível de ensino. Será importante que toda a sociedade conheça os objectivos da estratégia, as suas grandes linhas de acção e os resultados pretendidos a médio e longo prazo, assegurando a participação de todos para o alcance destes objectivos. Deverão ser definidos mecanismos para garantir a divulgação permanente da estratégia envolvendo a sociedade na sua implementação.

3.5.7 Acções Estratégicas de curto e médio prazo

Para a implementação da Estratégia foram definidas as seguintes acções estratégicas a curto e médio e longo prazo:

Tabela 22: Acções estratégicas

Acções de curto prazo (com início em 2009)	Acções de médio prazo (com início em 2012)
Provisão de manuais escolares (regulamentação e definição dos rácios e custos no ESG1 e no ESG2).	
Aplicar os critérios de admissão de novos ingressos ao ESG1 baseada em competências, acompanhada de medidas para garantir que as meninas e os jovens com necessidades educativas especiais não sejam discriminados.	
	Criação de quadro de legislação para estimular o desenvolvimento da parceria público-privada.
Estabelecimento de um regulamento de propinas que permita aumentar a contribuição dos que têm capacidade financeira para pagar, sem discriminar os que têm menos posses.	
Generalização de um programa de construção de escolas de baixo custo com apoio das comunidades.	
Estabelecimento do Apoio Directo às Escolas (num valor de 750 Mt por aluno das ESG1 e 1000 para os alunos das ESG2).	
Limitação da contratação anual de professores formados no nível de bacharel e licenciatura para assegurar a sustentabilidade da estratégia (1.000 por ano para o ESG1 e ESG2).	
	Desenvolvimentos de sistema para a formação dos jovens que não entram ou não concluem o ESG1.
Aumento do ano lectivo escolar em 4/5 semanas entre 2009 e 2015.	

Tabela 23: Acções estratégicas no período 2009-2015

Acções de curto prazo (com início em 2009)	Acções de médio prazo (com início em 2012)
Estabelecimento de um programa de ensino à distância para professores formados em cursos de 10+2 e para a formação dos professores de 12+1 numa segunda disciplina).	Avaliação do programa de Formação de Professores de 12 ^a + 1 para a introdução de reformas.
Desenvolvimento de programas de formação profissional e EAD para jovens que não entrem ou não concluem o ESG1.	Expansão da formação e recrutamento de professores com 12 ^a +1.
	Avaliação de meio-termo e revisão da Estratégia do ESG em articulação com a estratégia do ETP.
Revisão do programa de EAD do ESG1.	
Encorajar a provisão do ESG pelos privados.	
Desenvolvimento de uma política sustentável para providenciar materiais escolares para as ciências e para a implementação das TICs no ESG.	
	Revisão do currículo do ESG para assegurar a integração das disciplinas.
	Revisão do currículo de Formação de Professores para dar mais atenção às questões de género e ao HIV.
Implementação de um plano de formação de professores, construção de escolas e provisão de livros e outros materiais escolares.	
Desenho e implementação de um programa de formação de directores de escolas.	
Reforço da supervisão e do apoio pedagógico e administrativo às escolas.	

4. Condições para o sucesso da Estratégia

A Estratégia do Ensino Secundário Geral fundamenta-se na necessidade da gestão do acesso e a melhoria da sua qualidade, tendo em vista a formação de jovens competentes e empreendedores. Apenas uma educação de qualidade terá os efeitos desejados para o desenvolvimento do Capital Humano, condição fundamental para o combate à pobreza e para o desenvolvimento sócio-económico a médio e a longo prazo.

Existem condições apropriadas para a implementação com sucesso da estratégia do ensino secundário entre as quais se destacam:

- A nível nacional, o ambiente de estabilidade e de paz que o país vive, conjugados com o crescimento económico (entre 7 – 8% anualmente), permitirá aumentar a receita do Governo e o conseqüente aumento dos investimentos para o sector da Educação e, em particular para o Ensino Secundário.
- A nível internacional, o país tem vindo a granjear a atenção dos parceiros, que têm apoiado de forma multifacetada o desenvolvimento nacional, incluindo o sector da Educação. O apoio ao orçamento do Estado e as parcerias com o sector da Educação mostram o cometimento dos parceiros de cooperação para com o desenvolvimento do país em geral e da Educação em particular. Em 2007 a comunidade internacional, através da parceria do FTI, comprometeu-se a aumentar o apoio financeiro ao sector da educação para assegurar a implementação do PEEC, o qual terá um impacto positivo para o desenvolvimento do ensino secundário.

As reformas do Ensino Secundário não poderão ser feitas sem uma visão de longo prazo, partilhada entre as autoridades centrais, provinciais e locais do Governo e a sociedade em geral. Para o alcance dos objectivos propostos, o Governo, a todos os níveis, e em particular a nível das províncias, deverá dinamizar o processo de reforma do ensino secundário em parceria com a sociedade civil. A liderança política do Governo e a partilha de responsabilidades entre este e a sociedade (incluindo o sector privado) será fundamental para assegurar a expansão de um ensino secundário relevante e de qualidade em todo o país.

Considerando o princípio de que *“a educação é tarefa de todos”*, o Governo estimula que iniciativas de outros sectores concorram para reforçar a educação formal através de programas que contribuam para a melhoria da qualidade.

4.1 Mobilização de recursos financeiros internos e externos

Para a implementação da Estratégia do Ensino Secundário será necessário mobilizar entre 25 a 33% dos recursos internos do sector, calculados com base no modelo de simulação. Este factor, por si só, constitui um enorme desafio para o sector tendo em conta a necessidade de financiar o Ensino Primário, Técnico e Superior.

A melhoria da qualidade do ensino vai exigir o aumento das despesas com professores, construção, equipamento e materiais de ensino (livros e materiais de laboratórios) e, conseqüentemente o aumento da despesa por aluno. A mobilização de recursos financeiros através de outras fontes externas, nomeadamente os parceiros de cooperação e o sector privado nacional, será fundamental para a implementação da presente estratégia, sem prejuízo dos demais níveis e subsistemas.

A previsibilidade dos recursos a médio prazo será outro elemento importante para assegurar a realização do programa. Eventuais falhas no financiamento podem originar a revisão ou alteração dos objectivos e metas traçadas na Estratégia.

4.2 Melhoria da capacidade de administração

A Estratégia propõe a introdução do ADE e o aumento do financiamento pela via das taxas de matrículas e das propinas. Estas formas de financiamento apontam para a necessidade da sua utilização para melhorar a qualidade da educação e para melhor gestão e transparência no uso dos fundos. Isto requer o envolvimento da comunidade (pais e encarregados de educação) na gestão dos fundos da escola. Na perspectiva de melhorar a capacidade de gestão a nível da escola e aumentar a transparência, torna-se importante a realização de auditorias às escolas. Esta medida vai aumentar a pressão sobre o sector uma vez que deverá organizar-se para aumentar a fiscalização no âmbito da gestão financeira.

A formação dos gestores escolares e de funcionários distritais e provinciais e ainda da comunidade em áreas de planificação, gestão escolar, supervisão e monitoria será crítica para o sucesso do programa no seu todo.

A informatização da gestão escolar (gestão de recursos humanos e financeiros da escola, dos resultados da avaliação e do registo escolar) em todo o país contribuirá para reduzir o tempo de realização das actividades administrativas e melhorar o controlo, facilitando a monitoria dos resultados.

4.3 Capacidade para construção acelerada de salas a custos sustentáveis:

O aumento do número de efectivos escolares nos próximos anos será inevitável. No sentido de assegurar a integração destes, sem agravar as condições de ensino e aprendizagem, o MEC deverá garantir a construção de salas de aula suficientes.

A experiência do programa de construção de escolas do EP com apoio das comunidades será de grande utilidade para a concepção de um programa similar para o ESG. O objectivo de um programa desta natureza, será de acelerar a construção de mais salas a um menor custo, por forma a aumentar a capacidade da oferta escolar e reduzir o rácio alunos por turma.

O envolvimento das comunidades na construção e apetrechamento das escolas será fundamental para baixar os custos e o tempo para a construção de novas salas de aula.

4.4 Capacidade de formação de professores

A condição primordial para uma expansão do acesso a um ensino secundário de qualidade será, sem dúvidas, a formação de professores, tanto inicial como em serviço. O aumento da qualificação dos professores, a contratação de professores suficientes para atender às necessidades das turmas criadas, numa relação alunos professor aceitável, terá um impacto muito forte na melhoria da aprendizagem e redução do desperdício escolar. Neste contexto, é necessário aumentar a capacidade de formação de professores para todas as disciplinas e, em particular, para as de Ciências Naturais e Desenho, identificadas como sendo as mais deficitárias.

4.5 Provisão de materiais de ensino

O ESG funciona praticamente sem materiais de ensino, nomeadamente livros e manuais para os professores, equipamentos e consumíveis para os laboratórios. Por este motivo, urge desenvolver um sistema de produção e distribuição destes materiais para que as escolas disponham de condições apropriadas para o seu funcionamento. A formação dos professores, sobretudo no âmbito da utilização dos materiais laboratoriais, será de grande ajuda para que possam melhorar a qualidade do seu trabalho.

4.6 Impacto da pandemia do HIV/SIDA

Reduzir o impacto do HIV-SIDA é um dos maiores desafios do sistema em geral e do ESG em particular. A Estratégia aponta a prevenção como base de intervenção para o combate e redução do impacto do HIV/SIDA. Os estudantes e professores do ESG deverão ter acesso aos programas de prevenção e apoio na escola. A criação de centros de aconselhamento vai contribuir para minimizar o impacto negativo da pandemia.

4.7 Monitoria e avaliação

O Ensino Secundário deverá instalar um sistema de monitoria e avaliação permanente da Estratégia para identificar e disseminar as experiências positivas assim como corrigir eventuais aspectos negativos constatados no processo da sua implementação.

5. Órgão implementador

Cabe ao MEC a implementação da presente Estratégia, em estreita articulação com outros órgãos do Governo ao nível central e local.

6. Cronograma de Implementação 2009-2015

Ano	Actividade
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da Estratégia do ESG
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano Operacional e Cronograma (Março); • Reorganização curricular, tornando o currículo mais integrado e com forte componente profissionalizante; • Fortalecimento da formação de professores para a componente profissionalizante, com envolvimento de várias instituições (Ex. UP, UEM e sector privado); • Contratação de professores especializados para a componente profissionalizante • Introdução do Ensino a Distância para o ESG2 • Formação de gestores escolares • Construção de escolas secundárias pequenas e seu apetrechamento (equipamento); • Realização de acções de monitoria (Permanente) • Identificação de escolas com potencial para excelência; • Apetrechamento das bibliotecas escolares;
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de escolas de excelência
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do currículo integrado
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de meio-termo da implementação da estratégia do ESG • Formação de todos os gestores das escolas secundárias
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação preliminar da implementação do currículo integrado do ESG
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da Estratégia do ESG

7. Bibliografia

Lei 4/83 “Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação”, BR. 12, I Série de 23 de Março de 1983.

Decreto 11/90, de 1 de Junho de 1990 “Autoriza o exercício de actividades de ensino particular e de explicador e revoga os artigos 1 e 6 do Decreto nº 12/75, de 6 de Setembro”.

Diploma ministerial 61/2003 de 11 de Junho, “Regulamenta o Ensino Secundário Geral”, BR. 24, I série, de 11 de Junho 2003.

Diploma Ministerial 68/96 de 7 de Agosto, “Reformula o Plano de Estudos do 2º ciclo do ESG”, BR 35, I série de 7 de Agosto de 1996.

Diploma Ministerial 79/96, de 28 de Agosto, “Aprova o Regulamento de Avaliação do ESG”, BR. 35, I série. de 28 de Agosto de 1996.

Lei 6/92, “Reajusta o quadro geral do SNE e adequa as disposições nele contidas”, BR. 19, I série, de 6 de Maio de 1992.

Diploma Ministerial 126/94, “Procede à revisão do Regulamento do Ensino Particular e revoga o Diploma Ministerial 63/91”, de 26 de Junho de 1991, BR. 40, I série, de 5 de Outubro de 1994.

Diploma Ministerial 6/86, de 22 de Janeiro de 1986, “Aprova o Regulamento de Propinas e Taxas de Internamento no SNE.

Diploma Ministerial 153/87, de 9 Dezembro 1987, “Introduz alterações ao Regulamento de Propinas e taxas e internamento aprovado pelo Diploma Ministerial 6/86 de 22 de Janeiro”.

Plano Estratégico da Educação e Cultura, Aprovado pela 14ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, Maputo, Junho 2006.

Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o período de 2007 a 2009, Maputo, Novembro 2006.

Lei 4/94 “Lei do Mecenato” de 13 de Setembro de 1994.

Estatísticas da Educação, Ministério da Educação e Cultura.

Política Nacional da Educação, Maputo 1995.

Plano Curricular do Ensino Secundário Geral, Documento Orientador, Maputo, Fevereiro, 2007.

Protocol of Education and Training SADC.

A Pobreza na Infância em Moçambique, Uma análise da situação e das tendências. UNICEF, Maputo, 2006.

Sub-Saharan Africa – 2007 AIDS epidemic update, Regional Summary, UNAIDS, 2007.

Science Teaching and Learning in Mozambique - A Report to the Secondary Education Working Group Ministry of Education Mozambique, Andrew Clegg, Dezembro 2007.